



Ana Cláudia da Silva Carvalho

Reserva Natural do Paul de Arzila: Plano de Valorização

Projeto de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural,
orientado pela Prof.^a Doutora Joana Brites, apresentado ao Departamento de
História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra

2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Reserva Natural do Paul de Arzila: Plano de Valorização

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Trabalho de projeto
Título	Reserva Natural do Paul de Arzila: Plano de Valorização
Autor/a	Ana Cláudia da Silva Carvalho
Orientador/a	Prof.ª Doutora Joana Rita Costa Brites
Júri	Presidente: Doutora Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade Vogais: 1. Prof. Paulo Nuno Maia de Sousa Nossa 2. Prof.ª Doutora Joana Rita Costa Brites
Identificação do Curso	2º Ciclo em História da Arte, Património e Turismo Cultural
Área científica	Património e Turismo Cultural
Data da defesa	11-01-2016
Classificação	16 valores



Aos meus Pais

Índice

Tábua de Siglas.....	4
Índice de Imagens.....	6
Resumo	7
Agradecimentos.....	9
Introdução.....	10
Capítulo I – Património da Reserva Natural do Paul de Arzila.....	13
1.1. Património Natural	13
1.2. Património Cultural	17
Capítulo II – Património e Identidade: Caso da Reserva Natural do Paul de Arzila.....	20
Capítulo III – Plano de Valorização	33
3.1. Programas de Financiamento Europeus e Nacionais.....	33
3.2. Manutenção.....	41
3.3. Gestão e Promoção do Património.....	45
3.4. O Turismo de Natureza nas Áreas Protegidas	57
3.5. Novas Tecnologias.....	69
3.6. Divulgação	71
3.7. Associação dos Amigos do Paul de Arzila	73
3.8. Propostas de Atividades no Âmbito da Educação Ambiental	74
Conclusão	87
Anexos	92
Bibliografia.....	103

Tábua de Siglas

AAPA – Associação Amigos do Paul de Arzila
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
CEAVG – Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçálinho
DCV – Departamento de Ciências da Vida
DVT – Departamento de Ciências da Terra
FCNB – Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade
FCTUC – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
GNR – Guarda Nacional Republicana
GPS – *Global Positioning System*
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude
IUCN – International Union for Conservation of Nature
LPN – Liga para a Proteção da Natureza
NUT – Nomenclatura de Unidades Territoriais
ONGA – Organização Não-Governamental do Ambiente
PNM – Parque Natural de Montesinho
PNTN – Plano Nacional de Turismo de Natureza
RFCN – Rede Fundamental de Conservação da Natureza
RNPA – Reserva Natural do Paul de Arzila
PO – Plano de Ordenamento
PRODER – Programa de Desenvolvimento Local
SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

Índice de Imagens

Fig. 1 – Imagem da capa. Proveniência: *Arzila*. União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila [Em linha]. [Consult. 13 de novembro 2015] Disponível em <http://www.uftaveiroamealarzila.pt/>.

Fig. 2 – Área da Reserva Natural do Paul de Arzila	93
Fig. 3 – Áreas de proteção da Reserva Natural do Paul de Arzila	93
Fig. 4 – Mosaicos romanos com a representação do Caimão	94
Fig. 5 – Cestaria em vime.....	94
Fig. 6 – Fisga	94
Fig. 7 – Rabuda	95
Fig. 8 – Sertela	95
Fig. 9 – Esteira	95
Fig. 10 – Poceiro e calcão	96
Fig. 11 – Apanha do bunho	96
Fig. 12 – Manufatura das esteiras	96
Fig. 13 – “Igreja dos Mouros”	97
Fig. 14 – Aspeto da água da vala do Paul	97
Fig. 15 – Falta de limpeza de uma área particular após o corte das árvores	97
Fig. 16 – Exemplo do trabalho executado pelos Escuteiros no PNM	98
Fig. 17 – Centro de Interpretação da RNPA	98
Fig. 18 – Peças e legenda presentes na exposição permanente no Centro de Interpretação da RNPA	98
Fig. 19 – Placares interpretativos do Centro de Interpretação da RNPA	99
Fig. 20 – Mesa de um parque de merendas na RNPA	99
Fig. 21 – Local onde deveria existir equipamento para depositar os eventuais resíduos	99
Fig. 22 – Resíduos no solo	100
Fig. 23 – Observatório da RNPA	100

Fig. 24 – Instalações Sanitárias	100
Fig. 25 – Espaço para confecção de refeições.....	101
Fig. 26 – Percurso interpretativo da RNPA.....	101
Fig. 27 – Exemplo da degradação da sinalética interpretativa	101
Fig. 28 – Exemplo do excesso de informação da sinalética interpretativa	102
Fig. 29 – Exemplo da sinalética coberta por fungos	102
Fig. 30 – <i>Puzzle</i> da RNPA.....	102

Resumo

O presente projeto pretende, a partir da caracterização patrimonial da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) e da sua situação atual, expor um conjunto de medidas que visam a sua revalorização. Num primeiro momento, analisar-se-á o Paul, bem como os processos que originaram a sua classificação. De seguida, desenvolver-se-á uma análise crítica da situação presente na RNPA. Esta centra-se na existência de uma problemática patrimonial e identitária relacionada com o Paul, em grande parte consequência do modo como se operou a sua classificação como património natural. A classificação contribuiu para a existência de um afastamento em relação ao Paul por parte das populações, cessando, assim, a maioria das suas práticas que contribuía para o sustento das famílias. Algumas dessas práticas relacionavam-se com a existência de manifestações artesanais, como a construção de instrumentos de pesca e a manufatura de esteiras.

A ausência de atividades agrícolas no Paul, aliadas à situação financeira da Reserva Natural, contribuíram para um desleixo da sua manutenção. A Reserva apresenta, também, problemas ao nível da sua divulgação e dos programas e atividades direcionados aos visitantes. Estas situações originaram críticas de ambas as partes e uma monotonia que se reflete no decréscimo do número de visitantes.

Numa tentativa de resolução dos problemas existentes, o projeto propõe um plano de valorização. Este plano apresenta possíveis soluções de financiamento, promoção, divulgação e diversidade de programas. Estas propostas têm como principais objetivos a captação de visitantes, a reaproximação das populações ao Paul e a preservação das manifestações culturais que representam a identidade das populações.

Palavras-chave: Património Natural, Património Cultural, Identidade, Valorização, Turismo de Natureza, Atividades

Abstract

The present project intends to, from the patrimonial characterization of the Natural Reserve of the Paul de Arzila (RNPA) and their current situation, expose a set of measures for its revalorization. At first, analyze the Paul, as well as the processes that led to its classification. Then, will develop a critical analysis of the present situation in RNPA. The situation focuses on the existence of a heritage and identity problems related to Paul, largely as a result of the way they operated their classification as natural heritage. The classification has contributed to the existence of a removal from Paul on the part of the populations, ceasing, as well, most of its practices that contributed to the sustenance of families. Some of these practices related with the existence of craft demonstrations, such as the construction of fishing instruments and manufacture of mats.

The absence of agricultural activities in Paul, combined with the financial situation of the Natural Reserve, contributed to a neglect of its maintenance. The reservation features, too, problems at the level of its dissemination and the programs and activities targeted to visitors. These situations led to criticism from both parties and a monotony that is reflected in the decrease of the number of visitors.

In an attempt to resolve the existing problems, the project proposes a valorization plan. This plan presents possible solutions for financing, promotion, disclosure and diversity of programs. These proposals have as main objectives the attraction of visitors, the rapprochement of the peoples to Paul and the preservation of the cultural events that represent the identity of the populations.

Keywords: Natural Heritage, Cultural Heritage, Identity, Valorization, Nature Tourism, Activities

Agradecimentos

Gostaria de deixar registado o meu agradecimento às pessoas e instituições que contribuíram para a realização do presente trabalho. À minha orientadora, Prof.^a Doutora Joana Brites, por todos os conselhos, auxílio e disponibilidade prestados ao longo da realização do projeto.

À minha família, especialmente aos meus pais, por todo o apoio fornecido ao longo da minha formação académica. Aos meus amigos, pela compreensão e apoio ao longo deste último ano.

Agradeço, ainda, à Reserva Natural do Paul de Arzila, em especial ao Dr. Luís Leitão, pela abertura, disponibilidade, ajuda e entusiasmo com que acompanhou o desenvolvimento deste trabalho de projeto desde o seu início.

Introdução

O presente projeto, no âmbito do 2º ano do Mestrado de História da Arte, Património e Turismo Cultural, apresenta como objeto de estudo a RNPA e visa, a partir da caracterização do seu património natural e cultural, bem como da sua presente situação de debilidade, propor um plano de valorização da mesma.

Localizado na margem esquerda do Rio Mondego, a 11 km a oeste de Coimbra, o Paul foi desde tempos remotos o local de estabelecimento de muitas civilizações e o seu meio de sustento, mesmo antes da formação do reino português. Ao longo da história encontramos referências ao Paul em inventários de propriedades e em documentação de doação relacionada com os senhores de Arzila¹.

A intenção de criar uma Reserva Natural no Paul deve-se ao cuidado com a defesa das zonas húmidas existentes em Portugal. As zonas húmidas, como o Paul de Arzila, constituem um meio adequado à fixação, alimentação, reprodução e desenvolvimento de variadas espécies faunísticas, apresentando assim uma elevada diversidade biológica². O reconhecimento da RNPA como uma importante área protegida levou a que lhe conferissem diversos estatutos nacionais e internacionais, devido à sua riqueza ao nível da fauna e flora.

A escolha do tema para o presente projeto ocorreu após o contacto com o texto de Paulo Peixoto, *O Património Mata a Identidade*, na unidade curricular de Teoria e História do Património, do 1º ano do Mestrado de História da Arte, Património e Turismo Cultural. Neste texto o autor defende que a atribuição de um estatuto patrimonial pode contribuir para a perda identitária de uma comunidade. Ao efetuar a análise do texto tornaram-se evidentes as semelhanças entre ele e a presente relação das populações envolventes com a RNPA.

O projeto detém como objetivos principais a tentativa de compreensão do enfraquecimento identitário das populações para as quais a RNPA constituiria, à partida, um eixo patrimonial vital, bem como a valorização da mesma. Procurou-se mapear os motivos que contribuíram para o desmazelo da Reserva, pois esta encontra-se com dificuldades ao nível da manutenção dos espaços verdes e da sua promoção, que conseqüentemente se reflete no decréscimo do número de visitantes.

¹ Cfr. PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paul e a Comunidade. Seis Séculos de História*. Arzila – Coimbra: Junta de Freguesia de Arzila, 2013. p. 246-247.

² Cfr. HENRIQUES, Pedro C. [et. al] – *Paulis do Baixo Mondego*. Instituto da Conservação da Natureza, 2002. p. 6; CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA – *Percursos da Natureza de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2005. p. 78.

Para a valorização da RNPA ponderaram-se possíveis soluções para a concretização da manutenção e melhoria do serviço prestado aos visitantes através de estratégias de comunicação, divulgação e de apresentação do património. Verificou-se a necessidade de uma maior oferta de atividades diversificadas, destinadas ao público escolar e ao público geral. Apostou-se na continuação e enriquecimento de algumas práticas existentes e em programas de educação ambiental, para os dois públicos, com o objetivo de consciencializar os participantes para a realidade atual do ambiente e contribuir para a sua preservação.

A metodologia utilizada para a realização do projeto assentou num intenso contato com a RNPA (entrevistas com os funcionários, visitas frequentes, inscrição em atividades para análise da adesão às mesmas), conjugado com a leitura crítica de bibliografia sobre a mesma e com uma pesquisa intensa de alternativas e propostas, ancoradas em bibliografia de referência e casos de sucesso dentro do âmbito dos dispositivos ligados ao património natural.

A maior dificuldade encontrada no desenvolvimento do projeto prendeu-se com a necessidade de encontrar soluções e atividades com um custo mínimo ou, mesmo, nenhum de execução, pois a Reserva Natural do Paul de Arzila não tem ao seu dispor verbas para a concretização de diversas ações. Muitas propostas não chegaram a ser consideradas porque implicavam um grande investimento financeiro.

A organização do projeto estrutura-se em três capítulos. O primeiro capítulo divide-se em duas partes e consiste na apresentação da Reserva Natural do Paul de Arzila. Na primeira parte descrevem-se as suas características e o percurso que conduziu à sua classificação como Reserva Natural. Na segunda parte é descrito o património cultural relacionado com o Paul de Arzila. Este património cultural abarca atividades artesanais relacionadas com o trabalho da população no Paul de Arzila. A maioria destas atividades encontra-se extinta, persistindo, apenas, o saber fazer por parte de uma população envelhecida.

O segundo capítulo trata a relação entre os conceitos de património e identidade. Expõe-se a problemática identitária das populações agregadas ao Paul, o estado em que se encontra a relação entre elas e a Reserva Natural e o contributo desta precária relação para a frágil situação em que o Paul se encontra. Ao mesmo tempo, sublinha-se a necessidade de preservação da identidade das populações como veículo de proteção do seu património natural e cultural.

O terceiro capítulo divide-se em oito partes. A primeira parte descreve os programas de financiamento europeus e nacionais, aos quais a RNPA poderá concorrer. A segunda parte apresenta propostas de resolução para os problemas de manutenção. Através do conceito de uso público e do seu modo de atuação nas áreas protegidas, na terceira parte, propõem-se

sugestões para melhorar o funcionamento do Centro de Interpretação da Reserva Natural, ao nível da gestão, da promoção e da publicidade. A quarta parte trata a realização de turismo e desporto de natureza nas áreas protegidas, onde se fornece exemplos de possíveis atividades de acordo com o Plano de Ordenação da Reserva Natural do Paul de Arzila³. A quinta parte descreve as propostas de modernização dos meios interpretativos da RNPA através da utilização de novas tecnologias. Na sexta parte trata-se os possíveis meios de divulgação que a Reserva pode utilizar para melhorar a sua divulgação com o objetivo de atração de visitantes. A sétima parte propõe a reativação da Associação Amigos do Paul de Arzila (AAPA). A última parte propõe-se a realização de programas de Educação Ambiental e atividades lúdicas, para o Paul de Arzila.

Este projeto adota o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O mesmo não se verifica na ortografia presente nos textos citados, mantendo-se a versão original do texto. Os textos citados apresentam-se em itálico, ao longo do corpo do texto e nas notas de rodapé. Optou-se pela utilização da Norma Portuguesa 405 como modelo de citação nas notas de rodapé, abreviando-se a citação, a partir da segunda vez em que a referência bibliográfica é mencionada. Para conceber este trabalho socorri-me de diversos auxiliares, como cartografia, bibliografia e fotografia. Estes materiais constituíram elementos indispensáveis. Em anexo apresentam-se fotografias e mapas necessários à compreensão visual deste estudo para os quais se fazem remissões ao longo do texto. Na bibliografia indica-se somente o material citado ao longo do corpo do texto, não abrangendo, assim, todas as obras consultadas nas fases de pesquisa.

³ SIMÕES, Anabela [et al.] – *Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila* [Em linha]. Instituto de Conservação da Natureza. Vol. I/II. [Consult. 30 dezembro 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap/pornpa/pornpa-doc>.

Capítulo I

Património da Reserva Natural do Paul de Arzila

1.1. Património Natural

Anterior à formação do reino português, o Paul de Arzila pertence ao Vale do Baixo Mondego. Este, outrora uma imensa zona húmida, “*proporcionou condições ideais para a existência e desenvolvimento de muitas espécies de animais*”⁴. Hoje em dia sobram apenas algumas zonas húmidas, como o Paul da Madriz⁵, o Paul do Taipal⁶ e o Paul de Arzila, todos classificados.

Desde muito cedo nota-se uma preocupação especial com o Paul. A título de exemplo, refira-se que, no final do século XVII e durante o século XVIII⁷, os Condes de Óbidos e Sabugal, os primeiros senhores de Arzila, em troca das pensões que recebiam do Paul, ou seja um quarto da produção de todas as terras, se comprometiam a proceder à abertura e limpeza das valas⁸.

O Paul de Arzila situa-se no vale da Ribeira de Cernache e na margem esquerda do rio Mondego. Pertence à Nomenclatura das Unidades Territoriais I (NUT) – Portugal Continental, NUT II – Região Centro, NUT III – Baixo Mondego e encontra-se inserido nas freguesias de Arzila, Pereira e Anobra, concelhos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Condeixa-a-Nova⁹, respetivamente¹⁰.

Só nas últimas três décadas do século XX se reconheceu o valor histórico, social e científico do Paul e começaram as primeiras ações no sentido de proteção deste património.

⁴ RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. [Texto policopiado] julho de 2011. p. 21.

⁵ O Paul da Madriz, classificado como Zona de Proteção Especial, situa-se na margem direita do rio Arunca. Apresenta uma grande diversidade de habitats e possui um grande valor como local de migração outonal para as aves. Cfr. *Paul da Madriz: Zona de Proteção Especial – Turismo do Centro* [Em linha]. [Consult. 23 de junho 2014]. Disponível em http://www.turismodocentro.pt/pt/produtos_.2/paul_da_madriz_-_zona_de_proteccao_especial_.a208.html.

⁶ O Paul do Taipal, classificado como Zona de Proteção Especial, é uma zona húmida de importância internacional. À semelhança com o Paul da Madriz, este apresenta, também, um grande valor como local de migração outonal para as aves. Cfr. *Paul do Taipal: Zona de Proteção Especial – Turismo do Centro* [Em linha]. [Consult. 23 de junho 2014]. Disponível em http://www.turismodocentro.pt/pt/produtos_.2/paul_do_taipal_-_zona_de_proteccao_especial_.a207.html.

⁷ Cfr. PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paul e a Comunidade. Seis Séculos de História*. Arzila / Coimbra: Junta de Freguesia de Arzila, 2013. p. 64-67.

⁸ Cfr. PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paul e a Comunidade. Seis Séculos de História*. p. 247-248.

⁹ Cfr. Fig. 2, Anexos, p. 93.

¹⁰ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paul de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. Instituto da Conservação da Natureza, 2004. p. 9.

Em Montemor-o-Velho ocorreu a 26 de junho de 1980 uma reunião com o Gabinete da Fiscalização da Obra do Baixo Mondego onde se apresentou um estudo sobre a flora, a fauna e a geologia¹¹.

Este estudo contribuiu para a alteração do plano inicial de drenagem, que resultaria na extinção do Paul, posteriormente confirmada pela Secretaria de Estado das Obras Públicas e a Direção Geral dos Recursos e Aproveitamento Hidráulicos¹². Mais tarde este movimento de defesa do património natural recebeu diferentes apoiantes, como as Câmaras Municipais de Coimbra e de Condeixa-a-Nova e, também, de organizações internacionais¹³. Após estas ações, em novembro de 1981, o Departamento de Zoologia da Universidade de Coimbra apresentou um projeto elaborado ao Governo, que consistia na instalação de uma Reserva Natural¹⁴ e no combate à drenagem do Paul¹⁵.

A preocupação com o destino do Paul aumentou, o que levou a mais manifestações de defesa. Uma delas relaciona-se como a ocorrência da ave peneireiro-cinzento no Paul, ave cada vez mais rara em Portugal, o que vem reforçar a necessidade urgente de se criar uma Reserva Natural, para a proteção desta ave e de outras espécies¹⁶. Assim, no ano de 1988, através do Decreto de Lei n.º 219/88 de 27 de junho, nasce a RNPA. Em 1997 procedeu-se à sua reclassificação pelo Decreto Regulamentar n.º 45/97 de 17 de novembro. Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004 de 19 de junho aprovou-se o seu Plano de Ordenamento¹⁷.

¹¹ Cfr. PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paúl e a Comunidade. Seis Séculos de História*. p. 255; ALMEIDA, Francisco Ferrand de – Paul de Arzila: Futura Reserva da Biosfera. *Cyanopica*. Porto, n.º 4, Vol. III (1986). p. 498.

¹² Cfr. PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paúl e a Comunidade. Seis Séculos de História*. p. 255; ALMEIDA, Francisco Ferrand de – Paul de Arzila: Futura Reserva da Biosfera. p. 498.

¹³ Cfr. PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paúl e a Comunidade. Seis Séculos de História*. p. 255; ALMEIDA, Francisco Ferrand de – Paul de Arzila: Futura Reserva da Biosfera. p. 498.

¹⁴ “Entende-se por Reserva Natural uma área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa. A classificação de uma Reserva Natural visa a proteção dos valores naturais existentes, assegurando que as gerações futuras terão oportunidade de desfrutar e compreender o valor das zonas que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado período de tempo, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação”. Cfr. *Reserva Natural* – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 23 de junho 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/ap/nac/res-natur>.

¹⁵ Cfr. PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paúl e a Comunidade. Seis Séculos de História*. p. 254.

¹⁶ Cfr. ALMEIDA, Francisco Ferrand de – Paul de Arzila: Futura Reserva da Biosfera. p. 506-507.

¹⁷ O Plano de Ordenamento “estabelece os regimes de salvaguarda dos valores naturais e fixa os usos e normas de gestão a observar com vista a assegurar as condições naturais”. Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. p. 42; RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paúl de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. Instituto da Conservação da Natureza. p. 12.

A RNPA apresenta uma área de 585 hectares, dividida em zonas sujeitas a vários regimes de proteção, os quais regulam a intervenção humana em cada área¹⁸. A área de proteção total dispõe de 114,12 ha, com formações de pântanos, valas, caniçal, bunhal e vegetação autóctones¹⁹. Aqui as práticas humanas são proibidas, sendo apenas permitidas atividades de manutenção e limpeza. Das áreas de proteção parcial e de proteção complementar, com 85,50 ha e 384,16 ha, respetivamente, fazem parte terrenos agrícolas e florestas, o que possibilita práticas de ação humana²⁰. Na RNPA, também se pode observar áreas de intervenção específica para conservação dos valores naturais e de utilidade pública²¹. Juntamente com as áreas descritas existem outras não sujeitas a regime de proteção, que totalizam uma área de 23,10 ha e incluem solos com vocação para o processo de urbanização e edificação²².

A RNPA recebeu vários estatutos de proteção que se encontram ao abrigo de diretivas comunitárias e de convenções internacionais²³. Em 1988 foi designada pelo Estado Português como Zona de Proteção Especial (ZPE) para a Avifauna ao abrigo da Diretiva Aves 79/409/CEE, do Conselho de 2 de abril²⁴. Classificou-se como Reserva Biogenética do Conselho da Europa em fevereiro de 1990²⁵.

A 9 de maio de 1996 procedeu-se à classificação como Sítio Ramsar²⁶. Esta classificação advém da Convenção sobre Zonas Húmidas, também conhecida por Convenção de Ramsar, realizada a 2 de fevereiro de 1971, em Ramsar no Irão. Portugal assinou a Convenção em 1980 e tinha como deveres a designação de Zonas Húmidas para a sua inserção na Lista de Zonas Húmidas de Importância Internacional, a elaboração de Planos de

¹⁸ Cfr. Fig. 3, Anexos, p. 93.

¹⁹ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paúl de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 10.

²⁰ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paúl de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 10.

²¹ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paúl de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 10.

²² Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paúl de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 10.

²³ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paúl de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 12.

²⁴ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paúl de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 12.

²⁵ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paúl de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 12.

²⁶ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paúl de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 13.

Ordenamento e Gestão para uma utilização sustentável e a promoção e conservação das Zonas Húmidas estabelecendo Reservas Naturais²⁷.

Com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de agosto denominou-se de Sítio PTCO0005 – Paul de Arzila²⁸. Passou a integrar a Rede Natura 2000²⁹, uma “*rede ecológica para o espaço da União Europeia*” que tem como objetivo “*assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade*”³⁰. Recentemente atribuiu-se à RNPA o estatuto de *Important Bird Area in Europe*, pela sua diversidade de aves³¹.

A atribuição destes estatutos e dos regimes de proteção justificou-se pelos valores naturais presentes no Paul de Arzila, local de nidificação e de refúgio de inverno ou área de repouso e alimentação durante as migrações, o que contribui para a grande variedade faunística. É de salientar também a importância do Paul como “*laboratório natural para estudos biológicos no âmbito de actividades da Universidade de Coimbra*”³². Recentemente ocorreu um projeto do Instituto do Mar da Universidade de Coimbra em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), esse projeto recebeu o nome de *Projeto Porphyrio – Reintrodução do Caimão no Baixo-Mondego*.

O Caimão é uma ave aquática outrora muito comum, pois aparece em mosaicos romanos nas ruínas de Conímbriga³³. A sua extinção, na década de 1970, nas Zonas Húmidas do Baixo Mondego deveu-se à redução do seu habitat e à caça intensiva. Seguindo as normas da União Internacional para a Conservação da Natureza, o projeto desenvolveu-se, em 1998, a partir de vários passos³⁴. Primeiramente efetuou-se uma melhoria do habitat na RNPA, com a

²⁷ Cfr. *Convenção de Ramsar*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 30 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/ramsar>.

²⁸ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paul de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 12.

²⁹ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paul de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 12.

³⁰ Cfr. *Rede Natura 2000*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 27 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000>; cfr. BRITO, Sérgio Palma – *Turismo: Sustentabilidade, Ordenamento do Território e Ambiente*. Porto: SPI: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2010. p. 53.

³¹ RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paul de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 13.

³² RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. p. 45.

³³ Cfr. CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA – *Percursos da Natureza de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2005. p. 83. Cfr. também, Fig. 4, Anexos, p. 94.

³⁴ Cfr. NEVES, J. P. [et al.] – Reintrodução do Caimão (Porphyrio Porphyrio) no Baixo Mondego. In I CONGRESSO IBÉRICO DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FAUNA SELVAGEM [Em linha], Castelo Branco, 2002. [Consult. 23 de dezembro 2014]. Disponível em http://encontroiberico.no.sapo.pt/docs/ReintroducaoCaimao_JNeves.pdf.

abertura de clareiras e plantação de espécies vegetais. De seguida, construiu-se instalações em Coimbra para a reprodução em cativeiro, para depois se reintroduzirem 107 aves na RNPA³⁵.

A RNPA abarca espécies características da Região Mediterrânica e da Região Eurossiberiana, apresentando, assim, uma diversidade florística³⁶. A zona paludosa é constituída principalmente por caniço, bunho, com grande importância para várias espécies de animais, pois fornecem alimento e local de abrigo e de nidificação³⁷. O bunho era, igualmente, importante como matéria-prima para a população.

1.2. Património Cultural

A RNPA apresenta um património cultural ligado ao trabalho da população no Paul, como a pesca, a cestaria em vime³⁸ e o fabrico de esteiras em bunho.

A pesca desenvolvida no Paul era artesanal e para proveito da população. Entre as técnicas mais utilizadas encontram-se a pesca com a físga, a rabuda, a sertela, a esteira e o calcão e poceiro. A físga³⁹ constituída por um cabo de freixo e um garfo de ferro ou aço era lançada repetidamente até se capturar o peixe⁴⁰. A rabuda⁴¹ é elaborada com as hastes novas de diversos tipos de árvore e o seu processo de utilização é idêntico ao do calcão⁴².

A pesca à sertela⁴³, também denominada por remolhão, recorria a um novelo com minhocas preso na extremidade de uma vara. Depois mergulhava-se o novelo na água sem tocar no fundo e erguia-se muito lentamente para poder sentir a presa, quando se apanhava o peixe a vara retirava-se da água e colocava-se o pescado num guarda-chuva⁴⁴.

A esteira⁴⁵ servia para a captura de uma única espécie de peixe, a tainha. Na água aplica-se um obstáculo e uma esteira depois deste, de seguida o peixe é afugentado na direção do obstáculo e para tentar transpô-lo ele salta e cai sobre esteira⁴⁶.

³⁵ Cfr. NEVES, J.P. [et. al.] – Reintrodução do Caimão (Porphyrio Porphyrio) no Baixo Mondego.

³⁶ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paul de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 10; HENRIQUES, Pedro C. [et. al.] – *Pauls do Baixo Mondego*. Instituto da Conservação da Natureza, 2002. p. 4.

³⁷ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paul de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 24-26.

³⁸ Cfr. Fig. 5, Anexos, p. 94.

³⁹ Cfr. Fig. 6, Anexos, p. 94.

⁴⁰ Cfr. INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, Delegação de Coimbra – *As Artes de Pesca Antiga do Baixo Mondego*. 1999. p. 1.

⁴¹ Cfr. Fig. 7, Anexos, p. 95.

⁴² Cfr. INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, Delegação de Coimbra – *As Artes de Pesca Antiga do Baixo Mondego*. p. 2.

⁴³ Cfr. Fig. 8, Anexos, p. 95.

⁴⁴ Cfr. INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, Delegação de Coimbra – *As Artes de Pesca Antiga do Baixo Mondego*. p. 5.

⁴⁵ Cfr. Fig. 9, Anexos, p. 95.

O poceiro, utilizado juntamente com o calcão e desenvolvido com freixo ou vimeiro, apresenta uma forma de cesta com duas pegas⁴⁷. Usado nas margens das valas, o poceiro coloca-se na água, de seguida com o auxílio do calcão afugenta-se o peixe para dentro do poceiro⁴⁸.

O fabrico das esteiras constitui uma atividade muito importante para a população. Fabricavam-se dois tipos de esteiras, as de Montemor ou maltês e as do Cabouco⁴⁹. Para se criar a esteira necessita-se de um longo e árduo processo de manufatura. Esse processo começa com a apanha do bunho no verão, tarefa realizada por homens com um foição, de seguida cabia à mulher a escolha do bunho⁵⁰.

Depois de escolhido, o bunho coloca-se a secar durante oito dias, até ficar dourado, e de seguida ata-se em manhotas emoreadas⁵¹. Mais tarde, transportava-se para os alpendres, para proteger o bunho das eventuais chuvas. Na véspera de ser trabalhado, molha-se o bunho com água, de forma a hidratá-lo para não se quebrar. No dia seguinte procede-se à manufatura da baraça, para se utilizar na confeção das esteiras. A baraça consiste num cordão formado pelas folhas do junção (*carex riparia*)⁵² torcidas. Em cada ponta é atada uma pedra que atua como contrapeso. Para o fabrico das esteiras é necessário um tear constituído por dois canenhos⁵³ e uma vara de 245 cm de comprimento com seis ranhuras de 1 cm, onde se coloca a baraça.

A esteireira assenta sobre a baraça duas hastes de bunho, retiradas de um molho⁵⁴. De seguida passa sobre as hastes três baraças, trocando as pedras de posição. Sobre essas hastes coloca-se mais duas de outro molho e troca-se as restantes pedras. Este processo repete-se até se atingir o tamanho pretendido para a esteira. Este tipo de artesanato teve diferentes utilizações como proteção e transporte de plantas nos viveiros, utensílio de pesca, assentos, tapete, forro de telhados e em muitos casos era o sítio onde as pessoas dormiam.

⁴⁶ Cfr. INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, Delegação de Coimbra – *As Artes de Pesca Antiga do Baixo Mondego*. p. 4.

⁴⁷ Cfr. Fig. 10, Anexos, p. 96.

⁴⁸ Cfr. INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, Delegação de Coimbra – *As Artes de Pesca Antiga do Baixo Mondego*. p. 3.

⁴⁹ ABADE, Augusto; ROMÃO, José – Esteiras de Arzila. *Antropologia*. Coimbra. Vol. 6. 1988. p. 13.

⁵⁰ Cfr. Fig. 11, Anexos, p. 96.

⁵¹ “Manhota – Molhe de bunho que da para 1-1,5 esteiras das grossas ou para 4-6 das finas; Emorear – Colocar as manhotas ao alto encostadas umas as outras, em moreias de forma cónica”. Cfr. ABADE, Augusto; ROMÃO, José – Esteiras de Arzila. p. 20.

⁵² Cfr. CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA – *Percursos da Natureza de Coimbra*. p. 84.

⁵³ “Hastes de madeira com 2 metros de comprimento e cerca de 4 centímetros de diâmetro, assentes no chão e encosta dos a uma parede, que sustentam a vara do tear”. Cfr. ABADE, Augusto; ROMÃO, José – Esteiras de Arzila. p. 20.

⁵⁴ Cfr. Fig. 12, Anexos, p. 96.

A RNPA não apresenta apenas património natural e cultural móvel, nela existe vestígios de um edifício, que a população denomina de “Igreja dos Mouros”⁵⁵. A sua cronologia, tipologia e funcionalidade continuam desconhecidas, embora tenha ocorrido uma pequena escavação arqueológica no ano de 1990, a cargo do arqueólogo Artur Côrte-Real, não tendo, todavia, sido encontrados quaisquer vestígios arqueológicos⁵⁶. Este sítio arqueológico não se encontra classificado, embora esteja designado por Arzila/Igreja dos Mouros, com o Código Nacional de Sítio 5763, freguesia de Arzila, concelho de Coimbra⁵⁷.

⁵⁵ “Segundo informações, nesta freguesia existe uma Quinta dos Mouros, onde havia uma capela muito antiga que deitaram abaixo, vendo-se muitas das pedras que lhe pertenciam, aplicadas nos edifícios da propriedade, que tomou êsse nome por a capela «ser obra dos Mouros»”. Cfr. CORREIA, Vergílio – *Notas de Arqueologia e Etnografia do Concelho de Coimbra*. Coimbra, 1940. p. 106. Cfr, também, Fig. 13, Anexos, p. 97.

⁵⁶ Cfr. *Arzila/Igreja dos Mouros*. Portal do Arqueólogo, Direção-Geral do Património Cultural [Em linha]. [Consult. a 12 de janeiro de 2015]. Disponível em <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=trabalhos.resultados&subsid=126247&vp=2441874>.

⁵⁷ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – Reserva Natural do Paúl de Arzila, *Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. p. 38.

Capítulo II

Património e Identidade:

Caso da Reserva Natural do Paul de Arzila

Património constitui um conceito dinâmico, que evoluiu ao longo do tempo. Se etimologicamente o património correspondia a “*bens que herdámos dos nossos pais ou avós*”⁵⁸, na atualidade entende-se, segundo Françoise Choay, por “*todos os objectos naturais, todas as obras culturais, materiais e imateriais*”⁵⁹, *todas as tradições, atividades, crenças, pertencentes a um passado distante e cada vez mais recente, e valorizadas devido ao seu interesse histórico, científico, artístico, afectivo, identitário*”⁶⁰.

Através do conceito proposto pela autora depreende-se que o património se tornou numa “*categoria aberta*”⁶¹ onde se associam os novos conteúdos com os já consolidados pela tradição. A sua noção requalifica-se através de “*diversos adjetivos (genético, natural, histórico...), que fizeram dela um conceito «nómada», prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório*”⁶².

Ao estudar conceito de património deve-se compreender que este se relaciona intimamente com o conceito de identidade⁶³. Ambos constituem construções sociais cujos significados dependem do tempo histórico em que se inserem e, também, por quem e para que fins são utilizados, desde logo os diversos campos de estudo onde são estudados e empregues

64

Numa perspetiva mais linear da relação entre os dois conceitos afirmar-se-ia que o património reforça a identidade de uma sociedade. Este reforço acontece pois o património

⁵⁸ DICCIONÁRIO da Língua Portuguesa. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, Lda, 1999. p. 741.

⁵⁹ O conceito de património imaterial encontra-se definido no Artigo 2.º da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, realizada em Paris, entre 29 de setembro e 7 de outubro de 1972. Entende-se por património imaterial “*as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural*”. Cfr. UNESCO – *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* [Em linha]. [Consult. 15 de junho 2015]. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>.

⁶⁰ Cfr. CHOAY, Françoise – *Património e Mundialização*. Évora: Casa Sul Editora, Centro de História da Arte de Universidade de Évora, 2005. p. 17.

⁶¹ CHOAY, Françoise – *Património e Mundialização*. p. 9.

⁶² CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. 3ª Edição. Lisboa: Edições 7º, janeiro de 2008. p. 11.

⁶³ Cfr. PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (org.) – *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, 2006. p. 1.

⁶⁴ Cfr. MARCOS ARÉVALO, Javier – La Tradición, el Patrimonio y la Identidad. *Revista de Estudios Extremeños* [Em linha]. Vol. 60, n.º 3 (2004). p. 925-926. [Consult. 14 de junho 2015]. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1125260>.

consiste num testemunho das suas expressões identitárias e dos seus modos de vida, provando, assim, a sua existência⁶⁵.

O património acaba por funcionar como um elo de continuidade entre as gerações, de modo a que uma população se consiga identificar com os bens materiais ou imateriais herdados das gerações antecessoras, originando um sentimento de posse⁶⁶. Este sentimento auxilia a reativação sustentável do património, de forma a preservar os vestígios e os conhecimentos legados pelos seus antepassados, ao mesmo tempo que defendem a sua identidade.

Contudo, esta relação entre património e identidade não percorre um percurso linear, pois estes conceitos apresentam-se complexos e ambíguos. Como exemplo da complexa relação entre o património e a identidade, as atitudes de preservação e de defesa, acima descritas, não se alastram a todo o património existente, podendo verificar-se situações que se tornam controversas para uma sociedade. Deste modo, em alguns casos o património entende-se como problemático e opressivo, tornando-se indesejável, pois a sociedade não se identifica e preferia não o possuir. Esta situação encontra-se presente na Alemanha devido ao seu passado nazi e às estruturas materiais remanescentes⁶⁷.

O estudo de caso reflete, também, a problemática da relação entre património e identidade. A população critica os processos de patrimonialização efetuados com a finalidade de proteção do Paul, resultando num afastamento e numa falta de cooperação, por parte da mesma, na reativação e preservação do seu património natural e da sua identidade, não contribuindo para o “*bem-estar geral, para a sociabilidade e para o reconhecimento de símbolo identitário*”⁶⁸.

⁶⁵ Cfr. MARCOS ARÉVALO, Javier – La Tradición, el Patrimonio y la Identidad. p. 929; PEIXOTO, Paulo – A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Em linha]. n.º 70 (dezembro 2004). p. 184. [Consult. 28 de setembro 2014]. Disponível em <https://rccs.revues.org/1056>.

⁶⁶ Cfr. SILVA, Elsa Peralta – Património e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural. *Antropológicas* [Em linha]. Lisboa, n.º 4 (2000), p. 218. [Consult. 15 outubro 2014]. Disponível em <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1713/1/217-224.pdf>; SOUSA, Acácio – Património, Identidade e os Registos Escritos. In VIEIRA, Ricardo; MAGALHÃES, Fernando – *Património e Identidade*. Porto: Profedições; Leiria: CIID-Centro de Investigação, Identidade e Diversidade(s), 2009. p. 99. SOUSA, Acácio – Património, Identidade e os Registos Escritos. p. 99.

⁶⁷ Cfr. MCDONALD, Sharon – Undesirable Heritage: Fascist Material Culture and Historical Consciousness in Nuremberg. *International Journal of Heritage Studies*. Vol. 12, n.º 1 (janeiro 2006), p. 9; MCDONALD, Sharon – Heranças Difíceis. Identidade e Relíquias Nazis na Alemanha. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (org.) – *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. p. 103.

⁶⁸ SOUSA, Acácio – Património, Identidade e os Registos Escritos. p. 99.

No final do século XIX ocorreu um debate entre ambientalistas norte-americanos. Estes encontravam-se divididos em duas fações para tentar responder a uma questão: “*Conservar um bem natural ou preservá-lo*”⁶⁹?

Os conservacionistas declararam que a conservação mantinha a área protegida e que poderia ser utilizada desde que não se colocasse em risco a “*sua dinâmica natural e atributos físicos*”⁷⁰. Já os ambientalistas, que defendiam a preservação, tomaram uma atitude radical⁷¹. Para eles as áreas naturais protegidas deveriam permanecer sem “*presença humana para que apenas processos naturais influenciem sua dinâmica*”⁷².

A questão continua ainda hoje sem resposta e, como tal, verifica-se um afastamento das populações, em alguns casos, das áreas protegidas o que contribui para a perda de identidade de uma comunidade ou para a fragilização da própria área protegida⁷³.

Ao longo do último século e do atual realizaram-se, por todo o mundo, diversas conferências e convenções para se chegar a um consenso sobre a problemática em volta do património natural. Destas reuniões resultou a definição de património natural. Proposta no artigo 2.º da *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*⁷⁴, o património natural constitui-se por formações físicas, biológicas e geológicas, por habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e por locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural⁷⁵.

Para além da definição, procedeu-se a uma nova compreensão do património natural. Esta valoriza a importância dos conhecimentos tradicionais não só para a sua conservação e preservação, como também para o conhecimento da etnografia de um povo e o reforço da sua

⁶⁹ ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa – Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História* [Em linha]. Vol. 26, n.º 51 (2006), p. 255. [Consult. 25 de setembro 2014]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/12.pdf>.

⁷⁰ ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa – Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. p. 255.

⁷¹ ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa – Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. p. 255.

⁷² ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa – Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. p. 255-256.

⁷³ ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa – Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. p. 256.

⁷⁴ Realizada em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Cfr. UNESCO – *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* [Em linha]. [Consult. 15 de junho 2015]. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.

⁷⁵ Cfr. UNESCO – *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. p. 2.

identidade⁷⁶. Este novo entendimento dever-se-ia aplicar à relação entre o Paul e as populações envolventes, de modo a resolver os problemas ligados às questões identitárias.

Cada população relaciona-se de forma muito própria com o património natural existente, umas dependendo mais que outras das riquezas do Paul. As populações cultivavam, caçavam e pescavam, tornando o Paul o seu principal meio de subsistência⁷⁷. Esta relação advém do facto de não existir um grande número de terras aráveis devido à grande extensão de área pantanosa, forçando a adaptação aos recursos existentes no Paul⁷⁸. As Freguesias de Arzila e Anobra exibem um “*sentido de pertença*”⁷⁹ em relação ao Paul, evidenciando uma grande afeição com o seu património natural⁸⁰.

Ao longo das últimas décadas do século passado notou-se um abandono do Paul. Entre os vários fatores explicativos, destaca-se o aumento de trabalhos assalariados no meio urbano, o que permitiu à população novas condições de vida⁸¹ e a classificação do Paul como Reserva Natural⁸².

Embora fosse muito importante a criação de uma Reserva para que se reconhecesse todo o valor histórico, social e científico ligado ao Paul⁸³, esta foi, talvez a maior causa para o abandono deste. Esta possibilidade pode ser justificada pela leitura interpretativa de Paulo Peixoto de que “*o momento da atribuição de um estatuto patrimonial corresponde ao reconhecimento da morte da identidade*”⁸⁴. O autor afirma, também, que o património substitui as identidades vividas e partilhadas, podendo levar ao seu branqueamento ou

⁷⁶ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa – *Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável*. p. 260; AMANTE, Maria de Fátima Calça – Fronteira e identidade local: Estratégia para a produção de localismos na zona raiana. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (org.) – *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. p. 85-86.

⁷⁷ SIMÕES, Anabela [et al.] – *Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila* [Em linha]. Instituto de Conservação da Natureza. Vol. I. p. 14 [Consult. 30 de dezembro de 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap/pornpa/pornpa-doc>.

⁷⁸ Cfr. REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. In III CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 1996 – *Práticas e Processos da Mudança Social* [Em linha]. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. p. 3. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4926fa623f7b6_1.pdf.

⁷⁹ AMANTE, Maria de Fátima Calça – *Fronteira e identidade local: Estratégia para a produção de localismos na zona raiana*. p. 66.

⁸⁰ KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan – *Cultura e Identidade e Desenvolvimento Local: Conceitos e Perspetivas para Regiões em Desenvolvimento*. *Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. [Em linha] vol.3, n.º 4 (março 2002). p. 36. [Consult. 22 de fevereiro 2015]. Disponível em <http://anagrama.art.br/textos/livros/culturadesenvKASHIM.pdf>.

⁸¹ Cfr. REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 3.

⁸² Cfr. REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 4.

⁸³ Cfr. PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paul e a Comunidade. Seis Séculos de História*. p. 254.

⁸⁴ PEIXOTO, Paulo – *O património mata a identidade*. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (org.) – *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. p. 66.

deapuração⁸⁵. As populações deixaram de se identificar com o seu património natural, pois não concordavam com a legislação imposta.

Paula Reis, no seu estudo sobre as reações por parte da população de Arzila à criação da RNPA, identifica, dentro desta população, três de reações distintas à criação da Reserva Natural⁸⁶. O primeiro grupo é constituído por trabalhadores a favor da criação da Reserva que não colocam qualquer tipo de objeções⁸⁷. Para eles a criação da Reserva Natural veio dar prestígio à localidade e “representou uma forma de valorização de um espaço que de outro modo estaria abandonado pela população ou em vias de o ser num futuro próximo”⁸⁸.

O segundo grupo, muito heterogéneo, constitui-se por indivíduos em que a grande maioria trabalha no setor terciário⁸⁹. Estes consideram a Reserva como uma medida positiva, porém aponta algumas falhas no que ficou instituído e na gestão do espaço, atitude que nos leva a crer que as expectativas criadas, não foram satisfeitas⁹⁰.

O terceiro grupo é totalmente contra a criação da Reserva. Compõem-no caçadores, pescadores e recolectores de bunho que cessaram as suas atividades⁹¹. Mostra um descontentamento em relação à Reserva, sentindo-se os seus membros “prejudicados pessoalmente pelas restrições que vigoram agora sobre o espaço, em particular pela cessação da caça e da pesca”⁹².

Com a classificação do património natural, os bens comuns e as atividades que se praticavam no Paul perderam “as suas funcionalidades, deixaram de estar integrados nas

⁸⁵ Cfr. FARIA, Margarida Lima de; ALMEIDA, Renata – A problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita. *Comunicação & Cultura* [Em linha]. n.º 1 (2006). p. 128-129. [Consult. 10 de junho 2015]. Disponível em http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/01_06_M_Lima_Faria_Renata_Almeida.pdf; PEIXOTO, Paulo – A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Em linha]. n.º 70 (dezembro 2004), p. 184-185. [Consult. 28 setembro 2014]. Disponível em <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/70/RCCS70-Paulo%20Peixoto-183-204.pdf>.

⁸⁶ Cfr. REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 4.

⁸⁷ Cfr. REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 4.

⁸⁸ REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 4-5.

⁸⁹ Cfr. REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 4-5.

⁹⁰ Cfr. REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 4-5.

⁹¹ Cfr. REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 5.

⁹² REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 5.

práticas económicas e sociais quotidianas”⁹³. Esta situação contribuiu para o abandono gradual do Paul.

Nos artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 219/88 de 27 de junho, publicado no número 146 do Diário da República, pode observar-se as atividades que foram proibidas e as que se podem manter mesmo com a classificação:

“Art. 8.º — *I — Na Reserva é proibido:*

- a) Lançar águas residuais, industriais ou de uso doméstico, poluentes e não devidamente tratadas;*
- b) Captar ou desviar águas de forma que prejudique o nível normal das águas no Paúl;*
- c) Caçar;*
- d) O sobrevoo por aeronaves circulando com um tecto de voo inferior a 200m;*
- e) Fazer campismo fora dos locais a esse fim destinados, salvo com fins científicos devidamente autorizados pelo director;*
- f) Transitar com quaisquer veículos, salvo em serviço da Reserva ou das explorações agrícolas situadas na sua área ou ainda por motivos imprevisto ou com autorização do pessoal afecto à Reserva.*

Art. 9.º — *Na área do núcleo central da Reserva é proibido:*

- a) Edificar, construir ou reconstruir quaisquer construções ou equipamentos;*
- b) Enxugar quaisquer terrenos ou superfícies húmidas para além das já agricultadas à data da publicação do presente diploma;*
- c) Alterar a morfologia do solo e áreas húmidas e fazer aterros ou depósitos de lixo ou sucata;*
- d) Fazer fogo;*
- e) Pescar;*
- f) Introduzir espécies zoológicas exóticas, domésticas ou não, salvo em casos excepcionais autorizados pelo director, com fins científicos ou para restabelecimento do equilíbrio entre as espécies;*
- g) Cortar ou colher espécies botânicas não cultivadas, salvo a colheita de bunho feita de forma tradicional pela população local, e introduzir espécies botânicas exóticas de cultivo ou silvestre.”*⁹⁴

Embora muitas atividades se encontrem proibidas, outras poderiam continuar a ser executadas. Todavia existe uma lacuna de informação por parte da administração da Reserva e da Junta de Freguesia. Por seu turno, também por parte da população deveria haver o

⁹³ PEIXOTO, Paulo – O património mata a identidade. p. 73.

⁹⁴ DECRETO-LEI n.º 219/88. *D.R. I Série*. 146 (27-6-1988). p. 2619. [Em linha]. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/eventos/dia-rnpa>.

cuidado de se informar junto das duas instituições, para que se pudesse manter algumas das tradições tão características desta aldeia.

Um dos casos mais exemplificativos desta falta de informações e da sua procura é o da atividade piscatória. Paula Reis trata a cessação da atividade piscatória como uma “*falta de esclarecimento sobre as implicações ecológicas que resultariam da manutenção da prática da pesca*”⁹⁵. Esta atividade encontra-se proibida na alínea e) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 219/88 de 27 de junho e, mais tarde, revista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004 no artigo 7.º⁹⁶ referente às interdições na área de intervenção do plano. Os interessados na prática da pesca à sertela devem apresentar a sua intenção na RNPA ou nas autarquias, onde se procede ao estudo dos limites da área de pesca e da melhor altura do ano para a sua prática. Os limites e as datas apresentam-se, posteriormente em edital.

A pesca era muito importante para a população, não só ao nível da sua alimentação, como da comercialização do pescado porta a porta nas terras vizinhas. Para esta atividade eram necessários barcos com características especiais⁹⁷, o que impulsionou a uma pequena indústria de fabrico de barcos, a qual foi desaparecendo com o abandono do Paul⁹⁸.

A colheita do bunho é outra ocupação que se apresenta como exceção à proibição de colheita de espécies vegetais, como se verifica na alínea g) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 219/88 de 27 de junho e na alínea g) do artigo 7.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004⁹⁹.

Todos os anos o bunho era vendido para a Nazaré e para Estarreja, onde eram fabricadas esteiras e cestaria. Exportava-se igualmente para França, mas desconhece-se o

⁹⁵ REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 5.

⁹⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004. *D.R. I. Série-B*. 143 (19-6-2004). p. 3732: “*b) Atividade piscatória, com exceção da pesca da enguia à sertela e segundo determinadas especificações a publicar anualmente em edital, condicionadas por estudos de monitorização*”. [Em linha]. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.legislacao.org/primeira-serie/resolucao-do-conselho-de-ministros-n-o75-2004-area-proteccao-intervencao-areas162500>.

⁹⁷ Para que se pudesse navegar com facilidade no Paul os barcos deveriam apresentar um comprimento entre os 3.5m e os 6m e com 1m de largura. Cfr. PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paul e a Comunidade. Seis Séculos de História*. p. 357; DUARTE, Nélia Marisa Batista – *Levantamento dos Recursos Turísticos das Freguesias de Pereira, Arzila e Anobra*. Coimbra: 2000. Relatório de Estágio. p. 46-47.

⁹⁸ Cfr. PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paul e a Comunidade. Seis Séculos de História*. p. 357; DUARTE, Nélia Marisa Batista – *Levantamento dos Recursos Turísticos das Freguesias de Pereira, Arzila e Anobra*. p. 46.

⁹⁹ DECRETO-LEI n.º 219/88. *D.R. I Série*. 146 (27-6-1988). p. 2619: “*g) Cortar ou colher espécies botânicas não cultivadas, salvo a colheita de bunho feita de forma tradicional pela população local, e introduzir espécies botânicas exóticas de cultivo ou silvestres*.” [Em linha]. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/eventos/dia-rnpa>; Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004. *D.R. I. Série-B*. 143 (19-6-2004). p. 3732: “*g) Colheita de qualquer espécime vegetal, com exceção da colheita do bunho quando efetuada de forma tradicional e das colheitas decorrentes da normal atividade agrícola e florestal*.” [Em linha]. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.legislacao.org/primeira-serie/resolucao-do-conselho-de-ministros-n-o75-2004-area-proteccao-intervencao-areas162500>.

objetivo da sua utilização. Com se elaboravam as famosas esteiras de Arzila, sustento das famílias que as comercializavam nas grandes feiras da região, em Coimbra e Montemor-o-Velho, bem como porta a porta.

A colheita do bunho servia, ainda, para a limpeza da área de bunhal impedindo, assim, que o caniço se alastrasse e dominasse a área. Este tornou-se hoje um dos grandes problemas existente na RNPA. Com efeito, o aumento da densidade da área de caniço, acelera a desoxigenação da água e o caniçal envelhecido deixa de facultar locais de habitat e de nidificação, contribuindo para degradação da paisagem¹⁰⁰.

A confeção de esteiras encontra-se comprometida, pois é difícil encontrar quem queira manter esta arte devido à dureza do trabalho, restando apenas uma habitante da aldeia que ainda se dedica à colheita do bunho, numa pequena área, para a manufatura das esteiras por encomenda e para mostras artesanais¹⁰¹.

Como forma de relembrar esta arte coube ao Grupo Folclórico e Etnográfico de Arzila a iniciativa de se criar a I Feira da Esteira em 1988, que “*para além da componente de animação cultural, conseguiu sensibilizar para a existência de um vastíssimo Património Natural, uma grande fonte de subsistência do presente, mas também do passado*”¹⁰². Após alguns anos de interregno esta mostra artesanal regressou à aldeia e, desde então, tem ocorrido anualmente com uma nova denominação, a *Festa da Esteira – Doçaria e Artesanato*. Esta importante mostra artesanal contribui, assim, para que a atividade de trabalhar o bunho não caia no esquecimento, preservando o património cultural tangível da Freguesia de Arzila, o qual tem uma dimensão imaterial relacionada com o saber fazer ligado ao artesanato tradicional, segundo o ponto n.º 5 do artigo 2.º da Convenção para o Património Cultural Imaterial da Humanidade¹⁰³.

A questão do direito de posse do Paul tem sido, ao longo dos tempos, um dos motivos de afastamento das diferentes freguesias, reforçado, atualmente, com a aquisição de alguns dos terrenos, por parte da RNPA. Esta aquisição tem como finalidade uma melhor gestão da área protegida. Segundo Paula Reis existe um descontentamento que resulta do facto de a

¹⁰⁰ RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. p. 51-52.

¹⁰¹ Cfr. DUARTE, Nélia Marisa Batista – *Levantamento dos Recursos Turísticos das Freguesias de Pereira, Arzila e Anobra*. p. 46 e 52.

¹⁰² Cfr. GÓIS, Correia – *Recados de Património/88*. Carapinheira: Liga dos Amigos dos Campos do Mondego, abril de 1989. p. 52.

¹⁰³ BRITO, Joaquim Pais de – *Patrimónios e identidades: A difícil construção do presente*. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (org.) – *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. p. 50-51.

RNPA ter “*subvertido os direitos sobre a propriedade privada*”¹⁰⁴. A população considerou tratar-se de uma violação à propriedade coletiva e o facto de ter sido excluída do processo da constituição da área protegida causou a opinião de que se tratou de uma “*conspiração*”¹⁰⁵. A população contesta a liberdade de ação, numa área maioritariamente de propriedade privada, por parte dos funcionários da RNPA, percecionados como intrusos que impõem regras de conduta num espaço onde não existia restrições¹⁰⁶.

Em 2001 a RNPA analisou e atualizou o cadastro dos terrenos inseridos no núcleo central do Paul de 1964. Este novo relatório permitiu verificar que em 1964 “*a área integrada actualmente no NC [núcleo central] da RNPA se subdividia em 39 zonas, nas quais existiam 711 terrenos pertencentes a 362 proprietários*”¹⁰⁷. Ao mesmo tempo permitiu verificar que os terrenos do Paul pertenciam a proprietários de diferentes localidades, sendo a maioria de Arzila, Anobra e Pereira, e que pelo menos quatro proprietários residiam no Brasil¹⁰⁸.

Até à altura da elaboração do relatório a RNPA, tinha adquirido apenas 63 dos 711 terrenos¹⁰⁹. Para além dos terrenos de propriedade privada e do Estado existem, também, os pertencentes ao Domínio Hídrico e à Junta de Freguesia de Arzila¹¹⁰. A aquisição dos terrenos torna-se difícil, pois eles passam de geração em geração e em muitos casos não existem registos de propriedade.

Desta situação resultam consequências graves do ponto de vista da RNPA, como se poderá comprovar no estudo preliminar para a Carta de Desporto da Natureza. Aqui considera-se que o facto de mais de 80% da área do Paul pertencer a privados implica uma deficiente gestão do espaço, pois dificulta as intervenções necessárias, pelo que é imperativo uma aquisição de toda a área paludosa e a sua zona envolvente¹¹¹.

Regista-se também da parte da população uma crítica à manutenção da Reserva e aos seus funcionários. Segundo os habitantes, estes não atuam em conformidade com as suas

¹⁰⁴ REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 5.

¹⁰⁵ REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 5.

¹⁰⁶ REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 5.

¹⁰⁷ BARATA, Carlos Manuel da Silva – *Cadastro dos Terrenos do Núcleo Central (Análise e Atualização do Cadastro da DGSH de 1964)*. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território; Instituto de Conservação da Natureza; Reserva Natural do Paul de Arzila, outubro de 2001. p. 4.

¹⁰⁸ Cfr. BARATA, Carlos Manuel da Silva – *Cadastro dos Terrenos do Núcleo Central (Análise e Atualização do Cadastro da DGSH de 1964)*. p. 51.

¹⁰⁹ Cfr. BARATA, Carlos Manuel da Silva – *Cadastro dos Terrenos do Núcleo Central (Análise e Atualização do Cadastro da DGSH de 1964)*. p. 51.

¹¹⁰ Cfr. SIMÕES, Anabela [et al.] – *Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila*. Vol. III. p. 8.

¹¹¹ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. p. 45.

funções. Esta situação deve-se a diversos fatores, entre os quais sobressai a falta de pessoal. Com a criação da Reserva contrataram-se três funcionários, levando a população a considerar o seu trabalho “*pouco produtivo*”¹¹².

Atualmente trabalham seis funcionários, sendo apenas um o responsável pela manutenção. Este dificilmente consegue resolver “*os pequenos/grandes trabalhos atempados de limpeza e manutenção*”¹¹³, o que impede que o Paul se apresente “*mais aliciante, nomeadamente no se refere aos percursos e outros locais e estruturas de visita*ção”¹¹⁴. Os restantes funcionários não podem executar a manutenção, pois não se trata da sua função, segundo ordens do ICNF. Esta entidade não procede à contratação de mais funcionários, embora exija a manutenção da Reserva.

A falta de apoios financeiros contribui para agravar a contestação da população. Com efeito, impossibilita a reabilitação do Paul e a sua manutenção, pois a maquinaria apropriada à manutenção dos espaços verdes danifica-se e não existe verba para que seja reparada.

Outra situação criticada diz respeito à limpeza dos cursos de água¹¹⁵. Esta fica a cargo da Administração da Região Hidrográfica do Centro, que nos últimos tempos não executa essa tarefa. Como consequência o estado da água das valas que, anteriormente, se achava límpida e hoje em dia encontra-se turva, o que não contribui para as boas condições de vida das espécies e para a atração de visitantes. Como se pode observar pela estatística efetuada pelo ICNF, no presente ano, sobre o número de visitas guiadas efetuadas nas áreas protegidas e o número de visitantes durante o ano de 2014, a RNPA contabilizou um total de 18 visitas e 901 visitantes¹¹⁶. Ao comparar com outras áreas protegidas a RNPA encontra-se entre as áreas com menos visitantes¹¹⁷.

Os problemas com a manutenção do Paul não se verificam apenas ao nível dos funcionários da RNPA. A maioria dos proprietários, particulares ou até a Junta de Freguesia, não realizam a sua limpeza, dado que não usufruem dos terrenos, criando ao longo do tempo

¹¹² REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 5.

¹¹³ RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. p. 45.

¹¹⁴ RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. p. 46.

¹¹⁵ Cfr. Fig. 14, Anexos, p. 97.

¹¹⁶ Cfr. *Número de Visitas Guiadas*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 26 de outubro 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/resource/docs/visit/visitantes-visitas2014/view>.

¹¹⁷ Cfr. *Número de Visitas Guiadas*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 26 de outubro 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/resource/docs/visit/visitantes-visitas2014/view>.

uma densa vegetação. A falta de manutenção pode originar acidentes florestais, contribuindo, também, para o afastamento de turistas, pois transmite descuido com o património natural¹¹⁸.

Na área de proteção complementar encontram-se terrenos agrícolas que ainda hoje são cultivados, mas apenas por uma pessoa. Um outro proprietário cedeu os seus terrenos em pousio, sem a necessidade de arrendamento, a quem estivesse interessado. Um pequeno número de interessados na proposta pretendia uma exploração de eucaliptos e pinheiros, substituindo as espécies autóctones como o carvalho e o sobreiro, o que causava uma alteração da matriz e a consequente perda da área pantanosa¹¹⁹, situação que se encontra proibida na alínea *b*) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 219/88 de 27 de junho e revista na alínea *f*) do ponto n.º 1 do artigo 12.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004¹²⁰.

Também contestada pela população é a proibição da circulação de veículos, como podemos observar na alínea *f*) do artigo 8.º do *Decreto-Lei n.º 219/88* de 27 de junho e revista na alínea *j*) no artigo 7.º da *Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004*¹²¹. A população entende que esta proibição se torna injusta, pois não afeta os funcionários da Reserva de igual modo como os residentes, colocando-os numa posição de desigualdade e relembra-os de que já não são os “*protagonistas no delinear dos destinos daquela zona húmida e dos seus principais recursos já terminou*”¹²². Esta situação contribui para a origem de conflitos entre a população e a RNPA.

A Freguesia de Anobra apresenta, igualmente, um sentimento de perda de vínculo identitário e afetivo em relação ao Paul. Outrora existia uma forte dependência, pois através

¹¹⁸ Cfr. Fig. 15, Anexos, p. 97.

¹¹⁹ Cfr. SIMÕES, Anabela [et al.] – *Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila*. Vol. I. p. 14.

¹²⁰ DECRETO-LEI n.º 219/88. *D.R. I Série*. 146 (27-6-1988). p. 2619: “*b*) *Enxugar quaisquer terrenos ou superfícies húmidas para além das já agricultadas à data da publicação do presente diploma.*” [Em linha]. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/eventos/dia-rnpa;Resolucao-do-Conselho-de-Ministros-n-75/2004>. *D.R. I. Série-B*. 143 (19-6-2004). p. 3733: “*f*) *Enxugo e drenagem de terrenos, alteração da rede de drenagem natural de águas superficiais e subterrâneas e a destruição das compartimentações existentes de sebes vivas.*” [Em linha]. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.legislacao.org/primeira-serie/resolucao-do-conselho-de-ministros-n-o75-2004-area-proteccao-intervencao-areas162500>.

¹²¹ DECRETO-LEI n.º 219/88. *D.R. I Série*. 146 (27-6-1988). p. 2619: “*f*) *Transitar com quaisquer veículos, salvo em serviço da Reserva ou das explorações agrícolas situadas na sua área ou ainda por motivos imprevistos ou com autorização do pessoal afeto à Reserva.*” [Em linha]. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/eventos/dia-rnpa;Resolucao-do-Conselho-de-Ministros-n-75/2004>. *D.R. I. Série-B*. 143 (19-6-2004). p. 3732: “*j*) *Trânsito de quaisquer veículos fora das estradas ou caminhos municipais, com exceção dos tratores e máquinas agrícolas e veículos de carga, quando ao serviço de explorações agrícolas ou pecuárias sitas na área da Reserva Natural.*” [Em linha]. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.legislacao.org/primeira-serie/resolucao-do-conselho-de-ministros-n-o75-2004-area-proteccao-intervencao-areas162500>.

¹²² REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 5.

da agricultura e da prática da pesca, com o auxílio dos barcos adquiridos ao fabricante de Arzila, as famílias de Anobra retiravam do Paul os seus rendimentos.

Esta Freguesia, em tudo idêntica à de Arzila, no que respeita à utilização do Paul, deixou também de realizar a sua exploração devido às proibições que foram implementadas com a criação da Reserva. Pode ainda verificar-se a manutenção da apanha do bunho, em pequena escala, utilizado para o fabrico de esteiras no lugar de Lameira, freguesia de Anobra.

Aquando da criação da Reserva Natural, outras problemáticas incomodaram as populações além das proibições. A nomenclatura do Paul foi um dos alvos de críticas “*com movimentações políticas no sentido de atribuírem ao espaço a designação de Reserva Natural do Paúl de Arzila e Anobra*”¹²³.

Em comparação com as outras freguesias, a população da Vila de Pereira, dado que a sua área do Paul é florestal, não efetua um uso ativo da zona pantanosa, registando-se apenas alguns casos pontuais em que alguns populares utilizavam o bunho para auxílio à atividade agrícola e não para a sua comercialização¹²⁴. Em suma, a Vila de Pereira não apresenta um vínculo identitário e afetivo em relação ao Paul, pois não se verifica que tenha existido uma dependência exclusiva do Paul.

Paralelamente à resolução das fragilidades existentes na RNPA, torna-se urgente a preservação da identidade e o reforço da relação das populações com o Paul. Estas duas ações contribuiriam para a resolução de uma parte significativa dos problemas apontados à Reserva, os quais poderiam ter sido evitados se, aquando da criação da RNPA, tivessem sido ouvidos representantes das populações.

Segundo Paula Reis, esta situação ocorre frequentemente em vários locais, pois “*o Estado promulga por decreto a criação de uma determinada área natural, mas esquece-se de consultar os intervenientes humanos que a compõem*”¹²⁵.

O antropólogo Conrad Kottak considera que a falta de consulta dos habitantes, por parte das entidades oficiais, conduz a que estes não cooperem com os projetos que exijam alterações no seu modo de vida e nas suas práticas quotidianas, que asseguravam a subsistência da população e dos seus costumes¹²⁶.

Existe um saudosismo, facilmente observável, no seio das populações. Ressente-se, em particular, a perda da “posse” do Paul. Por esta razão deve-se encorajar a participação

¹²³ PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paúl e a Comunidade. Seis Séculos de História*. p. 263.

¹²⁴ Cfr. SIMÕES, Anabela [et al.] – *Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila*. Vol. I. p. 15.

¹²⁵ REIS, Paula Maria Ricacho dos – *Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal)*. p. 6.

¹²⁶ Cfr. KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan – *Cultura e Identidade e Desenvolvimento Local: Conceitos e Perspetivas para Regiões em Desenvolvimento*. p. 39.

ativa das populações em várias áreas de ação como a identificação, interpretação, conservação e estudo do seu património. Uma participação ativa viria a contribuir para uma utilização sustentável do património¹²⁷.

A preservação da identidade de uma comunidade deve também ancorar-se numa educação aliada “*ao processo de conhecimento da identidade cultural local*”¹²⁸ em que seja considerado o “*conhecimento científico e a reflexão acerca das experiências e conhecimentos*”¹²⁹ do legado deixado pelos seus antepassados. Esta educação deveria “*valorizar a memória e os costumes da comunidade, em prol do afloramento da identidade e do fortalecimento da auto-estima*”¹³⁰. Igualmente importante seria a junção de esforços entre as populações que, embora apresentem identidades distintas, têm um elo de união, que necessita urgentemente de uma intervenção, não só técnica mas, também, social. Com a reaproximação das populações, estas poderiam partilhar e dar a conhecer entre si as diferentes identidades.

Para esta partilha de identidades é importante apreender as considerações de Guilherme d’Oliveira Martins de que não “*se trata de ver as comunidades patrimoniais como factores de identidades encerradas sobre si, mas de considerá-las como grupos*”¹³¹, “*abertas*”¹³², logo assegurando uma comunicação entre a tradição e a modernidade, construindo-se e transformando-se ao longo da nossa existência¹³³.

¹²⁷ MARTINS, Guilherme d’Oliveira – Património como valor humano. In CUSTÓDIO, Jorge (coord.) [et al.] – *100 Anos de Património: Memória e Identidade: Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2010. p. 339.

¹²⁸ KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan – *Cultura e Identidade e Desenvolvimento Local: Conceitos e Perspetivas para Regiões em Desenvolvimento*. p. 40.

¹²⁹ KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan – *Cultura e Identidade e Desenvolvimento Local: Conceitos e Perspetivas para Regiões em Desenvolvimento*. p. 40.

¹³⁰ KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan – *Cultura e Identidade e Desenvolvimento Local: Conceitos e Perspetivas para Regiões em Desenvolvimento*. p. 40.

¹³¹ MARTINS, Guilherme d’Oliveira – Património como valor humano. p. 337-338.

¹³² MARTINS, Guilherme D’Oliveira – *Património, Herança e Memória: A Cultura como Criação*. Lisboa: Gradiva, 2009. p. 14.

¹³³ MARGARIDO, Cristóvão – Condições sociais objetivas e subjetivas na construção da(s) identidade(s). In VIEIRA, Ricardo; MAGALHÃES, Fernando – *Património e Identidade*. Porto: Profedições; Leiria: CIID-Centro de Investigação, Identidade e Diversidade(s), 2009. p. 28.

Capítulo III

Plano de Valorização

3.1. Programas de Financiamento Europeus e Nacionais

Para a concretização de ações de gestão, promoção, manutenção e de valorização na RNPA pode recorrer-se a fundos nacionais e a programas desenvolvidos pela União Europeia financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)¹³⁴. Entre eles encontram-se o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Programa LIFE 2014-2020 e o CENTRO 2020. Estes instrumentos financeiros desenvolvem-se, presentemente, no nosso país. Para a obtenção de tais apoios a Reserva terá que criar um projeto com o qual se candidata. Este deve conter a descrição das áreas que necessitam de uma intervenção urgente, bem como as propostas de atividades a serem implementadas para a obtenção de um maior número de visitantes. Após a candidatura, o projeto passa por uma fase de seleção.

Como forma de apoio à gestão da conservação da natureza, principalmente das áreas que compõem a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), criou-se através do Decreto-Lei n.º 171/2009 de 3 de agosto de 2009 o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade (FCNB), no âmbito do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, atualmente denominado de ICNF¹³⁵. A sua missão e objetivos constam no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 171/2009:

“1 — O Fundo tem por missão financiar iniciativas de apoio à gestão da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), promover a conservação da natureza através da valorização económica da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.

2 — Na prossecução da sua actividade, o Fundo visa os seguintes objetivos:

- a) Apoiar projectos de conservação da natureza e da biodiversidade com incidência nas áreas que compõem a RFCN;*
- b) Promover projectos ou estudos que contribuam para o alargamento das áreas incluídas da RFCN;*

¹³⁴ “O FEDER foi instituído em 1975 com o grande objetivo de financiar a ajuda estrutural através de programas de desenvolvimento regional orientados para as regiões menos desenvolvidas, atuando em função de uma estratégia global e integrada com os restantes fundos estruturais”. Cfr. *Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER*. Quadro Comunitário de Apoio III Portugal 2000-2006 [Em linha]. [Consult. 8 de setembro 2015]. Disponível em <http://www.qca.pt/fundos/feder.asp>.

¹³⁵ Cfr. Decreto-Lei n.º 171/2009. *D.R. I Série*. 148 (3-8-2009) 4991- 4993. [Em linha]. [Consult. 3 de setembro 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/file/492868>.

- c) *Incentivar projetos de conservação de espécies ameaçadas a nível nacional;*
- d) *Apoiar a aquisição ou o arrendamento, por entidades públicas, de terrenos nas áreas que compõem o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, ou fora delas quando os mesmos se revestirem de grande importância para a conservação da natureza;*
- e) *Participar em fundos ou sistemas de créditos de biodiversidade;*
- f) *Promover e apoiar acções de educação e sensibilização para a conservação da natureza e da biodiversidade;*
- g) *Apoiar acções específicas de investigação aplicada e de demonstração em conservação da natureza e biodiversidade;*
- h) *Promover iniciativas de comunicação, divulgação e de visitação nas áreas protegidas;*
- i) *Criar, ou contribuir para, mecanismos financeiros específicos de apoio ao empreendedorismo nas áreas que compõem o Sistema Nacional de Áreas Classificadas com relevância para a conservação da natureza da biodiversidade;*
- j) *Apoiar acções de renaturalização em áreas degradadas da RFCN.*

3 — *O Fundo pode estabelecer mecanismos de articulação com outros fundos públicos ou privados, de direito nacional, comunitário ou internacional, relacionados com o desenvolvimento de mecanismos de valorização económica dos serviços dos ecossistemas através, designadamente, de instrumentos de mercado ou de sistemas de créditos de biodiversidade.*¹³⁶

A Portaria n.º 487/2010 de 13 de julho de 2010 aprova o regulamento de gestão do FCNB, disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 171/2009¹³⁷. Este regulamento estabelece o processo de apresentação e seleção das candidaturas de projetos e a tipologia de apoios e beneficiários elegíveis¹³⁸. O FCNB concede apoios financeiros aos projetos relacionados com os objetivos fixados no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 171/2009¹³⁹.

A apresentação de candidaturas à obtenção de apoios financeiros pode efetuar-se por pessoas, singulares ou coletivas, independentemente da sua natureza, forma de constituição ou fim, desde que cumpram as condições fixadas pelo regulamento¹⁴⁰. Existe, também, a possibilidade de se apresentar candidaturas em parceria, devendo-se indicar o representante para efeitos do procedimento concursal e o financiamento pretendido para cada entidade¹⁴¹. A seleção dos projetos decorre de acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 171/2009:

¹³⁶ Decreto-Lei n.º 171/2009. *D.R. I Série*. 148 (3-8-2009). p. 4992.

¹³⁷ Cfr. Portaria n.º 487/2010. *D.R. I Série*. 134 (13-07-2010). p. 2580 [Em linha]. [Consult. 15 de julho 2015]. Disponível em http://www.confagri.pt/legislaca/Portaria_487_2010.pdf.

¹³⁸ Cfr. Portaria n.º 487/2010. *D.R. I Série*. 134 (13-07-2010). p. 2580; *Fundo da Biodiversidade*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 15 de julho 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/fundos/fundo-biodiversidade>.

¹³⁹ Cfr. Portaria n.º 487/2010. *D.R. I Série*. 134 (13-07-2010). p. 2581.

¹⁴⁰ Cfr. Portaria n.º 487/2010. *D.R. I Série*. 134 (13-07-2010). p. 2581.

¹⁴¹ Cfr. Portaria n.º 487/2010. *D.R. I Série*. 134 (13-07-2010). p. 2581.

“Art. 5.º — Gestão técnica

1 — A gestão técnica do Fundo é realizada, na definição da planificação anual e plurianual da sua actividade e na selecção dos projectos a financiar, de acordo com os seguintes critérios e prioridades:

- a) Grau de importância e contributo para a concretização da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade;*
- b) Racionalidade económica e eficácia, maximizando o impacto no terreno das medidas a financiar;*
- c) Diversificação dos projectos a financiar e seu contributo para a gestão activa das áreas que integram o Sistema Nacional de Áreas Classificadas;*
- d) Capacidade demonstrativa dos projectos a financiar e viabilidade da sua replicação ao nível das áreas que compõem o Sistema Nacional de Áreas Classificadas;*
- e) Funcionamento em rede de entidades envolvidas em projectos de conservação activa nas áreas que integram o Sistema Nacional de Áreas Classificadas;*
- f) Aumento do potencial de visitação das áreas protegidas;*
- g) Valorização ambiental, económica e social do património natural dos territórios que integram a RFCN;*
- h) Reforço da capacidade empreendedora na área da conservação da natureza e da biodiversidade com projectos localizados nas áreas que compõem o Sistema Nacional de Áreas Classificadas.*

2 — A direcção do Fundo pode estabelecer protocolos de colaboração com outras entidades públicas no sentido de complementar e de otimizar os meios disponíveis para maximizar o impacto positivo das suas aplicações sobre a conservação da natureza nas áreas da RFCN.”¹⁴²

Após a selecção dos projetos e a disponibilização dos apoios financeiros, os beneficiários devem cumprir diversas obrigações. Essas obrigações encontram-se descritas no artigo 12.º da Portaria n.º 487/2010:

“São obrigações dos beneficiários, designadamente:

- a) Executar pontual e integralmente o projecto, investimento ou acção nos termos, condições e prazos definidos no contrato de financiamento ou no protocolo celebrado;*
- b) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada quanto às contribuições para a segurança social e quanto a impostos;*
- c) Manter uma conta bancária específica para a execução do projecto, investimento ou acção financiado;*
- d) Comunicar ao director do Fundo a mudança de domicílio ou de conta bancária específica no prazo máximo de 30 dias a contar da ocorrência do facto;*
- e) Informar o director do Fundo de qualquer alteração ou modificação que ponha em causa a execução do projecto, investimento ou acção financiado;*

¹⁴² Decreto-Lei n.º 171/2009. D.R. I Série. 148 (3-8-2009). p. 4992-4993.

f) Manter a posse e guarda dos documentos originais relacionados com o projecto, investimento ou acção financiado pelo prazo de cinco anos a contar da data de atribuição do apoio, sendo obrigatória a sua apresentação ao director do Fundo ou outra entidade por este indicada quando solicitada.”¹⁴³

O Programa LIFE, a decorrer no período entre 2014 e 2020, direciona-se para o ambiente e para a ação climática e consiste num instrumento financeiro da União Europeia¹⁴⁴. Este programa rege-se pelo Regulamento N.º 1293/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013¹⁴⁵ que revoga o Regulamento N.º 614/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de maio de 2007, referente ao anterior programa, o LIFE+¹⁴⁶.

Este instrumento financeiro divide-se em dois subprogramas e cada um com três domínios prioritários distintos. O primeiro – subprograma Ambiente – apresenta como domínios o ambiente e eficiência dos recursos, a natureza e biodiversidade e a governação e informação em matéria de ambiente¹⁴⁷. O segundo, subprograma da Ação Climática, centra-se na mitigação das alterações climáticas, a adaptação às alterações climáticas e a governação e informação em matéria de clima¹⁴⁸.

Durante o período de 2014-2020 o programa LIFE apoia, além das tipologias tradicionais¹⁴⁹, novas tipologias de projetos, como os Projetos Integrados, Projetos de

¹⁴³ Portaria n.º 487/2010. *D.R. I Série*. 134 (13-07-2010). p. 2582-2583.

¹⁴⁴ Cfr. *LIFE 2014-2020*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/gest-biodiv1/prog-life/life-2014-2020>; *Programa LIFE 2014-2020*. Agência Portuguesa do Ambiente [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015]. Disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=160&sub2ref=1021>.

¹⁴⁵ Regulamento (UE) n.º 1293/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013. *Jornal Oficial da União Europeia* [Em linha]. 20 dezembro 2013. p. 185-208. [Consult. 6 de agosto 2015]. Disponível em

http://www.apambiente.pt/_zdata/Instrumentos/Instrumentos%20Financeiros/ProgramaLiFE20142020/RegLIFE20142020PT.pdf.

¹⁴⁶ Cfr. *Programa LIFE 2014-2020*. Agência Portuguesa do Ambiente [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015]. Disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=160&sub2ref=1021>.

¹⁴⁷ Cfr. *Programa LIFE 2014-2020*. Agência Portuguesa do Ambiente [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015]. Disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=160&sub2ref=1021>; Regulamento (UE) n.º 1293/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013. p. 194-195.

¹⁴⁸ Cfr. *Programa LIFE 2014-2020*. Agência Portuguesa do Ambiente [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015]. Disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=160&sub2ref=1021>; Regulamento (UE) n.º 1293/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013. p. 195.

¹⁴⁹ As tipologias tradicionais consistem em Projetos Piloto – projetos inovadores para aplicar técnicas/métodos que não foram ainda aplicados; Projetos de Demonstração – projetos que ponham em prática ações/metodologias/abordagens que sejam novas ou desconhecidas no contexto específico do projeto; Projetos de Boas Práticas – são projetos que apliquem técnicas/métodos/abordagens que sejam do estado da arte, apropriadas, tenham custos adequados e tenham em consideração o contexto específico do projeto; Projetos de informação, consciencialização e divulgação – são projetos que apoiem a comunicação, divulgação da informação e consciencialização no âmbito dos subprogramas para o Ambiente e Ação Climática. Cfr. *LIFE 2014-2020*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015].

Assistência Técnica e Projetos de Desenvolvimento de Capacidades¹⁵⁰. Os projetos integrados executam, numa escala alargada, as estratégias para o ambiente e para o clima desenvolvidas de acordo com outros atos da União Europeia, ou pelas autoridades dos Estados-Membros incluindo a gestão da rede Natura 2000¹⁵¹. Os Projetos de Assistência Técnica prestam apoio financeiro para auxiliar os candidatos na preparação dos projetos integrados de forma a garantir que esses projetos cumpram os requisitos em matéria de prazos, técnicos e financeiros do Programa LIFE¹⁵². Os Projetos de Desenvolvimento de Capacidades apoiam financeiramente as atividades necessárias para o desenvolvimento de capacidades nos Estados-Membros com vista a viabilizar uma participação mais efetiva dos Estados-Membros no Programa LIFE¹⁵³.

O LIFE apresenta como principais objetivos a contribuição para a transição para uma economia eficiente em termos de recursos, para a proteção e a melhoria da qualidade do ambiente e para sustentar e inverter a perda de biodiversidade, incluindo o apoio à rede Natura 2000 e o combate à degradação dos ecossistemas; melhorar o desenvolvimento com a aplicação e o controle da execução da política e da legislação da União Europeia em matéria de ambiente e de clima; dinamizar e promover a integração dos objetivos ambientais e climáticos noutras políticas da União Europeia e na prática dos setores público e privado; apoiar a melhoria da governação ambiental e climática, incluindo uma maior participação da sociedade civil, das ONG e dos intervenientes a nível local; apoiar a execução do 7.º Programa de Ação¹⁵⁴ em matéria de Ambiente¹⁵⁵.

A nível nacional a entidade coordenadora deste programa é a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) cabendo-lhe a prestação de auxílio aos potenciais candidatos na fase de

Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/gest-biodiv1/prog-life/life-2014-2020>; Regulamento (UE) n.º 1293/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013. p. 192-193.

¹⁵⁰ Cfr. *LIFE 2014-2020*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/gest-biodiv1/prog-life/life-2014-2020>.

¹⁵¹ Cfr. Regulamento (UE) n.º 1293/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013. p. 192.

¹⁵² Cfr. Regulamento (UE) n.º 1293/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013. p. 192.

¹⁵³ Cfr. Regulamento (UE) n.º 1293/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013. p. 192.

¹⁵⁴ Este programa de ação pertence à Estratégia Europeia 2020 e destina-se ao ambiente e à ação climática. Esta estratégia centra-se no crescimento e o emprego. Ela visa a saída da crise, da qual as nossas economias estão a recuperar gradualmente, mas também colmatar as deficiências do nosso modelo de crescimento e criar condições para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Cfr. *A estratégia Europa 2020 em poucas palavras*. Comissão Europeia [Em linha]. [Consult. 5 setembro 2015]. Disponível em http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/index_pt.htm.

¹⁵⁵ Cfr. *Objetivos gerais*. Agência Portuguesa do Ambiente [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015]. Disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=160&sub2ref=1021&sub3ref=1023>; Regulamento (UE) n.º 1293/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013. p. 193.

preparação das suas candidaturas¹⁵⁶. A APA para desenvolver as suas obrigações conta com a colaboração ICNF na análise dos aspetos técnicos relacionados com a natureza, a biodiversidade, a floresta e o solo, que integram os domínios prioritários Natureza e Biodiversidade, Ambiente e Eficiência dos Recursos e Governança e Informação em matéria de Ambiente, e na organização de *workshops* temáticos, como complemento à promoção e divulgação do LIFE¹⁵⁷.

O CENTRO 2020 ou Programa Operacional Regional do Centro, para o período de 2014-2020, integra-se no Programa Portugal 2020¹⁵⁸ e pretende responder aos diversos desafios da região centro, entre eles a promoção do emprego e a proteção e utilização eficiente dos recursos regionais¹⁵⁹. O programa desenvolve-se a partir de diversos eixos de intervenção.

O estudo de caso relaciona-se com o “*Eixo 7 – Afirmar a sustentabilidade dos territórios*”¹⁶⁰. Este eixo, financiado pelo FEDER e destinado às iniciativas ligadas à conservação do património natural e cultural, tem como objetivos principais a proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos¹⁶¹. Os projetos candidatos ao programa podem surgir de diversas entidades como as Organizações Não Governamentais do Ambiente (ONGA), a administração pública, empresas municipais, entidades privadas sem fins lucrativos e agentes culturais¹⁶².

O CENTRO 2020, ao nível património natural, apoia o desenvolvimento das áreas classificadas e da sua oferta para fins turísticos, recreativos, informativos e didáticos; cria percursos e rotas turísticas em áreas e espaços naturais; apoia a qualificação das áreas protegidas/classificadas com relevância turística; apoia a execução do Programa Nacional de Sinalização de áreas classificadas; cria e valoriza as infraestruturas verdes em áreas não

¹⁵⁶ Cfr. *Gestão do Programa LIFE*. Agência Portuguesa do Ambiente [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015]. Disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=160&sub2ref=1021&sub3ref=1024>.

¹⁵⁷ Cfr. *Gestão do Programa LIFE*. Agência Portuguesa do Ambiente [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015]. Disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=160&sub2ref=1021&sub3ref=1024>.

¹⁵⁸ Este programa trata-se de um acordo de parceria realizado entre Portugal e a União Europeia “*que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020*”. Cfr. *O que é o Portugal 2020*. Portugal 2020 [Em linha]. [Consult. 8 de setembro 2015]. Disponível em <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>.

¹⁵⁹ Cfr. *CENTRO 2020: Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020* [Em linha]. p. 1. [Consult. 8 de setembro 2015]. Disponível em <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/BROCHURAS%20P O/BrochuraCentro2020.pdf>.

¹⁶⁰ *CENTRO 2020: Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020*. p. 3.

¹⁶¹ Cfr. *CENTRO 2020: Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020*. p. 33-34.

¹⁶² Cfr. *CENTRO 2020: Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020*. p. 35.

urbanas¹⁶³. Ao nível do turismo o programa auxilia a promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico; promove a oferta do turismo da natureza, do turismo de aventura ou de práticas mais tradicionais de turismo cultural e turismo religioso; desenvolve novas rotas turísticas, centradas em recursos e produtos endógenos, artes e saberes e na produção cultural; utiliza as tecnologias de informação, comunicação e eletrónica, a sinalética e outros instrumentos de aproximação e visibilidade da região e do seu património nos mercados e junto dos visitantes¹⁶⁴.

Na eventualidade da não seleção do projeto da RNPA aos programas de apoio financeiro acima referidos torna-se difícil a resolução dos problemas que a Reserva atravessa. Então, poder-se-ia recorrer à “adoção” ou ao “apadrinhamento” de espécies animais ou vegetais. Por todo o mundo assiste-se ao desenvolvimento destas campanhas. Em Zeist, na Holanda, para sensibilizar a população para a agricultura biológica, criaram-se algumas iniciativas, como por exemplo a adoção de uma macieira, prevendo-se a possibilidade de oferecer um cheque de adoção, no valor de 14,75 euros¹⁶⁵. Os que ela aderem passam a beneficiar, durante meio ano, de cinco maçãs por mês, que podem levantar numa loja de produtos biológicos ou colher no pomar onde se encontra a macieira adotada¹⁶⁶.

Em Portugal existem ações semelhantes realizadas por diversas entidades sem fins lucrativos, dedicadas à proteção de espécies ameaçadas, como a LPN e a Associação Aldeia. A LPN criou uma campanha intitulada *Adopte um Casal de Peneireiro-das-Torres*¹⁶⁷. Este projeto pretende o restabelecimento da população do Peneireiro-das-Torres, apoiando a realização de obras de recuperação das edificações com colónias em risco de derrocada, o melhoramento dos locais de nidificação e a construção de novas paredes de nidificação¹⁶⁸. A adoção de um casal tem um custo de 25 euros por ano, sendo possível e incentivada a sua renovação¹⁶⁹.

¹⁶³ Cfr. *CENTRO 2020: Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020*. p. 35.

¹⁶⁴ Cfr. *CENTRO 2020: Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020*. p. 35.

¹⁶⁵ FIRMINO, Ana – Educação Ambiental em Tempo de Mudança. *GeoINova* [Em linha]. n.º 9 (2009). p. 96-97. [Consult. 24 de junho 2015]. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/numero9.htm>.

¹⁶⁶ Cfr. FIRMINO, Ana – Educação Ambiental em Tempo de Mudança. p. 97.

¹⁶⁷ Cfr. FIRMINO, Ana – Educação Ambiental em Tempo de Mudança. p. 97; *Campanha de PrendONGAs – Natal 2014*. Liga para Proteção da Natureza. [Em linha] [Consult. 24 de junho 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/O-que-fazemos/Iniciativas/Realizadas/Events.aspx?olderEvents=true&tabid=2463&code=pt&ItemID=1873>.

¹⁶⁸ Cfr. FIRMINO, Ana – Educação Ambiental em Tempo de Mudança. p. 97; *Campanha de PrendONGAs – Natal 2014*. Liga para Proteção da Natureza [Em linha]. [Consult. 24 de junho 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/O-que-fazemos/Iniciativas/Realizadas/Events.aspx?olderEvents=true&tabid=2463&code=pt&ItemID=1873>.

¹⁶⁹ Cfr. *Campanha de PrendONGAs – Natal 2014*. Liga para Proteção da Natureza [Em linha]. [Consult. 24 de junho 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/O-que-fazemos/Iniciativas/Realizadas/Events.aspx?olderEvents=true&tabid=2463&code=pt&ItemID=1873>.

A adaptação destas iniciativas ao caso da RNPA pode contribuir para a sensibilização das populações para a extinção de espécies da fauna e flora, ao mesmo tempo que se torna possível a angariação de fundos, contribuindo para a salvaguarda e preservação das espécies existentes e auxiliando na resolução dos problemas da RNPA.

Com efeito, o estado atual em que se encontra origina um decréscimo de visitantes e para o evitar deve-se proceder a uma tentativa de resolução, conferindo-se importância às necessidades dos visitantes, como a segurança, a pertença, a atualização, o conhecimento e a estética, descritas na obra *Marketing del Patrimonio Cultural*. O visitante obtém a sensação de segurança se o espaço a visitar fornecer os instrumentos necessários para que ele se mova com tranquilidade, inspirando confiança¹⁷⁰. Através da variedade de programas e atividades destinadas à participação do público, conferindo-lhe um papel de protagonista, o seu sentimento de pertença em relação ao lugar aumenta¹⁷¹. As áreas protegidas proporcionam a existência de programas dinâmicos, recreativos e educativos, conferindo uma atualização dos serviços, em que se conjuga os sistemas básicos com as novas tecnologias, contribuindo para a atração de visitantes¹⁷². O conhecimento adquire-se pela mensagem que o espaço visitado pretende transmitir, para isso pretende-se a transmissão de uma mensagem compreensível¹⁷³. Já uma estética qualificada permite a criação de um espaço mais atrativo em que todos os objetos e suportes interpretativos se relacionem com o espaço envolvente¹⁷⁴.

Como alternativa a estes programas de financiamento propõe-se de seguida soluções de baixo ou nenhum custo para os vários problemas relativos à manutenção do espaço e à monotonia do seu funcionamento.

¹⁷⁰ Cfr. CAMARERO IZQUIERDO, Carmen; GARRIDO SAMANIEGO, María José – *Marketing del Patrimonio Cultural*. Madrid: Ediciones Pirámide, 2004. p. 83; MORALES MIRANDA, Jorge; GUERRA ROSADO, Francisco – *Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos: La Atención a los Visitantes Reales y Potenciales* [Em linha]. p. 7. Sevilha, junho de 1992. [Consult. 28 de setembro 2014]. Disponível em <http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/docs/docs/UsoPublico.pdf>.

¹⁷¹ Cfr. CAMARERO IZQUIERDO, Carmen; GARRIDO SAMANIEGO, María José – *Marketing del Patrimonio Cultural*. p. 83-84; MORALES MIRANDA, Jorge; GUERRA ROSADO, Francisco – *Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos: La Atención a los Visitantes Reales y Potenciales*. p. 7.

¹⁷² Cfr. CAMARERO IZQUIERDO, Carmen; GARRIDO SAMANIEGO, María José – *Marketing del Patrimonio Cultural*. p. 84; MORALES MIRANDA, Jorge; GUERRA ROSADO, Francisco – *Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos: La Atención a los Visitantes Reales y Potenciales*. p. 7; FONSECA, C; PEREIRA, M. – Reflexões Sobre o Contributo dos Instrumentos de Gestão para a Resiliência de Áreas Protegidas em Portugal. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território* [Em linha]. n.º 3 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. p. 68. [Consult. 8 de junho 2015]. Disponível em <file:///C:/Users/utilizador/Downloads/101-507-1-PB.pdf>.

¹⁷³ Cfr. CAMARERO IZQUIERDO, Carmen; GARRIDO SAMANIEGO, María José – *Marketing del Patrimonio Cultural*. p. 84; MORALES MIRANDA, Jorge; GUERRA ROSADO, Francisco – *Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos: La Atención a los Visitantes Reales y Potenciales*. p. 7.

¹⁷⁴ Cfr. CAMARERO IZQUIERDO, Carmen; GARRIDO SAMANIEGO, María José – *Marketing del Patrimonio Cultural*. p. 84; MORALES MIRANDA, Jorge; GUERRA ROSADO, Francisco – *Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos: La Atención a los Visitantes Reales y Potenciales*. p. 8.

3.2. Manutenção

A escassa manutenção dos espaços representa o maior problema existente na RNPA. A sua concretização torna-se muito difícil devido à falta de funcionários. Para combater este problema, já que a presente debilidade financeira não permite a admissão de mais funcionários, apresentam-se, de seguida, medidas complementares aos programas de financiamento citados, viáveis para a realização da manutenção.

Uma das vias a explorar é o voluntariado¹⁷⁵. Esta opção não deixa de acarretar também dificuldades, porque existe a necessidade de que cada voluntário possuir um seguro. Todavia a administração da RNPA não consegue arcar com tais custos, consequência da falta de apoios financeiros, ficando, assim, o seguro a cargo do voluntário.

Para combater esta dificuldade pode-se solicitar o auxílio de algumas entidades que já possuam seguros. Uma dessas entidades seria os Agrupamentos de Escuteiros, que no passado executaram trabalhos de limpeza na RNPA. À semelhança do Parque Natural de Montesinho (PNM) poder-se desenvolver uma parceria com o Serviço Voluntário Internacional¹⁷⁶. Em julho de 2014 o PNM recebeu “*campos de voluntariado internacionais de 102 escuteiros belgas*”¹⁷⁷. Os escuteiros levaram a cabo diversos trabalhos de acordo com um “*projeto de beneficiação de infraestruturas*”¹⁷⁸ elaborado pelo PNM¹⁷⁹. Entre os trabalhos executados pelos escuteiros encontram-se a recuperação, a limpeza e manutenção de infraestruturas, rios e percursos pedestres, parques de merendas¹⁸⁰.

Para além da cooperação com agrupamentos de escuteiros existe a possibilidade de se estabelecer o contato com outras entidades que efetuem serviços de voluntariado, como o Instituto da Conservação da Natureza e das Floresta (ICNF), o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e as ONGA.

¹⁷⁵ Lei n.º 71/98. D.R. I Série-A. 254 (3-11-1998). p. 5694: Art. 2º:1 – *Voluntariado é o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.* [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em http://www.voluntariado.pt/preview_documentos.asp?r=116&m=PDF.

¹⁷⁶ Cfr. *Mês do Voluntariado no Parque Natural de Montesinho*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/gloablnews/vol-pnm>.

¹⁷⁷ *Mês do Voluntariado no Parque Natural de Montesinho*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/gloablnews/vol-pnm>.

¹⁷⁸ *Mês do Voluntariado no Parque Natural de Montesinho*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/gloablnews/vol-pnm>.

¹⁷⁹ Cfr. Fig. 16, Anexos, p. 98.

¹⁸⁰ Cfr. *Mês do Voluntariado no Parque Natural de Montesinho*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/gloablnews/vol-pnm>.

O ICNF tem a cargo dos Departamentos de Conservação da Natureza e da Floresta, serviços regionais e locais, a realização de um programa de ações de voluntariado florestal e ambiental, inaugurado em março de 2014¹⁸¹. Estas ações pretendem a recuperação de habitats naturais, a inventariação da flora e da fauna, a manutenção de infraestruturas e dos trilhos pedestres em áreas naturais e a sensibilização das populações para a conservação da natureza e para a defesa da floresta¹⁸².

O IPDJ encontra-se a cargo da implementação e controlo do Programa Voluntariado Jovem para as Florestas, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2005¹⁸³ de 14 de março, após o desenvolvimento de um projeto de voluntariado jovem para as florestas, nos distritos de Coimbra e Castelo Branco. O programa apresenta como objetivo a preservação dos recursos florestais, através da sensibilização das populações e a prevenção contra os incêndios florestais¹⁸⁴. Segundo o artigo 8.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2005, as atividades a desenvolver são as seguintes:

- “a) Sensibilização das populações;*
- b) Inventariação, sinalização e manutenção de caminhos florestais e acessos a pontos de água;*
- c) Recuperação de caminhos de pé-posto;*
- d) Limpeza e manutenção de parques de merendas;*
- e) Vigilância móvel nas áreas definidas pelas entidades locais de coordenação;*
- f) Vigilância fixa nos postos de vigia;*
- g) Apoio logístico aos centros de prevenção e deteção de incêndios florestais;*
- h) Inventariação e monitorização de áreas ardidas e espécies animais e vegetais em risco;*
- i) Dinamização local de guias jovens da floresta;*
- j) Atividades de reflorestação e controlo de espécies invasoras.”*¹⁸⁵

Para os voluntários deste programa facultam-se diversos apoios através do IPDJ como uma bolsa diária no montante de 10 euros, um seguro de acidentes pessoais, equipamento e

¹⁸¹ Cfr. *Voluntariado*. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/agir/volunt>.

¹⁸² Cfr. *Voluntariado*. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/agir/volunt>.

¹⁸³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2005. *D.R. I. Série-B*. 51 (14-3-2005) 2170-2173. [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2005/03/051B00/21702173.pdf>.

¹⁸⁴ Cfr. Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2005. *D.R. I. Série-B*. 51 (14-3-2005) p. 2170. [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2005/03/051B00/21702173.pdf>.

¹⁸⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2005. *D.R. I. Série-B*. 51 (14-3-2005) p. 2171. [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2005/03/051B00/21702173.pdf>.

um certificado de participação¹⁸⁶. No ponto n.º 1 do artigo 10.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2005 estão descritos os direitos dos voluntários:

“1—Ao voluntário será assegurado:

- a) Seguro de acidentes pessoais;
- b) Reembolso de despesas com a alimentação e transporte, salvo se estes forem postos à sua disposição pelas entidades promotoras ou de acolhimento;
- c) Vestuário;
- d) Outro equipamento, designadamente meios de vigilância, bússolas, apitos e instrumento de comunicação à distância e instrumentos de limpeza não motorizados, que serão disponibilizados pelas entidades promotoras do projecto;
- e) O tratamento confidencial dos dados pessoais, bem como o acesso ao sítio do voluntariado jovem para inscrição e eventuais rectificações, só mediante utilização de identificação e palavra-passe.”¹⁸⁷

Este programa surge como opção para minorar o problema da manutenção, pois a RNPA constitui-se de uma grande área de floresta que necessita de uma limpeza de prevenção de incêndios florestais, contribuindo, também, para a sensibilização da população. Basta que a RNPA apresente um projeto ao IPDJ, onde se descreve quais as atividades a desenvolver, o número de voluntários necessários, os meios técnicos e o equipamento que se encontram à disposição do projeto¹⁸⁸.

Para a defesa e conservação do património natural as ONGA desempenham um papel preponderante. Várias ONGA executam serviços de voluntariado a nível nacional, regional ou local. Como não se verifica a existência deste tipo de organizações na região envolvente da RNPA, propõe-se o contacto com organizações de carácter nacional, como a QUERCUS e a Liga para a Protecção da Natureza (LPN)¹⁸⁹.

¹⁸⁶ Cfr. *Programa Voluntariado Jovem para as Florestas*. Portal da Juventude. [Em linha]. [Consult. 19 de fevereiro 2015]. Disponível em http://www.juventude.gov.pt/Voluntariado/VolFlorestas/Jovens/Paginas/Programa_Voluntariado_Jovem_para_a_s_Florestas_Jove.aspx.

¹⁸⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2005. *D.R. I. Série-B*. 51 (14-3-2005) p. 2172. [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2005/03/051B00/21702173.pdf>.

¹⁸⁸ Cfr. Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2005. *D.R. I. Série-B*. 51 (14-3-2005) p. 2172. [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2005/03/051B00/21702173.pdf>.

¹⁸⁹ A Liga para a Protecção da Natureza foi fundada em 1948 pela iniciativa do Professor Carlos Baeta Neves, depois de um apelo feito pelo Poeta Sebastião da Gama contra a destruição da Mata do Solitário na Arrábida. A partir daí a organização mantém contacto com várias entidades como universidades e instituições científicas. A LPN contribuiu para a criação de várias áreas protegidas e colaborou na sua gestão e conservação. Essas áreas são o Parque Nacional Peneda-Gerês (1971), o Parque Natural da Arrábida (1976), a Reserva Natural do

A QUERCUS aceita a inscrição de escolas, de associações de defesa do ambiente, de escuteiros e de cidadãos individuais para a realização de trabalhos de voluntariado como “*a recuperação de habitats raros ou ameaçados e a protecção de áreas sensíveis para a fauna e para a flora (...); a promoção de acções de (re)florestação, a apanha de sementes, o cuidar de árvores (...); a realização de acções de vigilância da floresta para prevenção de incêndios (...)*”¹⁹⁰.

Também, a LPN aceita candidaturas de pessoas para trabalhos de voluntariado direccionados para a conservação da natureza e para a transmissão dos valores defendidos por esta ONGA¹⁹¹. A LPN procede ao contacto com os seus voluntários sempre que existir uma “*missão ambiental*”¹⁹². A sua principal missão consiste na contribuição para a conservação da natureza e a defesa do ambiente através de um “*desenvolvimento sustentável, que assegure a qualidade de vida às gerações presentes e vindouras*”¹⁹³. Esta ONGA apresenta como objetivos de atuação o apoio e desenvolvimento de projetos para uma gestão sustentável dos recursos, a promoção da cidadania ambiental com o incentivo à participação pública através da formação e educação ambiental, a sensibilização para as questões relacionadas com o ambiente, o impedimento da destruição do património natural e cultural, a contribuição para a divulgação do conhecimento produzido pelas comunidades académicas e científicas e a participação no ordenamento e planeamento do território¹⁹⁴.

A organização encontra-se distribuída por todo o país e em 2002 criou-se o Núcleo LPN – Centro que tem vindo a alertar a comunidade para a preservação do Património Natural, com maior incidência para a “*denúncia da eucaliptização e a necessidade de proteger a flora indígena*”¹⁹⁵, situação grave que igualmente se regista na RNPA.

Estuário do Sado (1980), a Reserva Natural da Serra da Malcata (1981) e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (1988). Esta organização recebeu vários prémios e condecorações nacionais e internacionais, entre eles, em 1994 a condecoração com a Ordem do Infante Dom Henrique e em 2008 o Prémio *European Environment and Soil Management Award* promovido pelo *European Landowners Organization*. Cfr. *História*. Liga para Protecção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 11 de março 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/A-LPN/Sobre-a-LPN/Historia/Content.aspx?tabid=2372&code=pt>.

¹⁹⁰ *Voluntariado*. Quercus. [Em linha]. [Consult. 19 de fevereiro 2015]. Disponível em <http://www.quercus.pt/apoiar-conservacao-natureza/3106-voluntariado>.

¹⁹¹ Cfr. *Voluntariado*. Liga para Protecção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 19 de fevereiro 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/Apoiari/Voluntariado/FormMember.aspx?tabid=2443&code=pt>.

¹⁹² *Voluntariado*. Liga para Protecção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 19 de fevereiro 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/Apoiari/Voluntariado/FormMember.aspx?tabid=2443&code=pt>.

¹⁹³ *Apresentação*. Liga para Protecção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 11 de março 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/A-LPN/Sobre-a-LPN/Apresentacao/Content.aspx?tabid=2371&code=pt>.

¹⁹⁴ *Apresentação*. Liga para Protecção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 11 de março 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/A-LPN/Sobre-a-LPN/Apresentacao/Content.aspx?tabid=2371&code=pt>.

¹⁹⁵ *Núcleo LPN – Centro*. Liga para Protecção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 11 de março 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/A-LPN/Estruturas/List.aspx?tabid=2381&code=pt&ItemID=117>.

Um exemplo do trabalho da LPN centra-se no Projeto de Valorização do Património Natural do Campo Branco, financiado pelo Programa de Desenvolvimento Local (PRODER). Este projeto decorreu até ao final de 2014 e tinha como objetivos a melhoria das “*condições de visitação e acolhimento do Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho*”¹⁹⁶ (CEAVG). Entre as ações descritas no projeto a ser implementado no CEAVG destaca-se a melhoria das infraestruturas, a instalação de uma exposição permanente, a sinalização de um novo percurso pedestre e do caminho de acesso ao CEAVG, disponibilização de materiais informativos, interativos e de apoio à observação de aves e a elaboração de estudo sobre o património natural do Campo Branco de forma a sensibilizar a população residente e visitante¹⁹⁷. Com a execução deste projeto procurou-se o acréscimo de visitantes e a promoção da sensibilização ambiental¹⁹⁸. Algumas destas ações poderiam ser efetuadas na RNPA, pois solucionariam alguns dos problemas existentes.

3.3. Gestão e Promoção do Património

A RNPA carece de uma ação de promoção para combater o estado de monotonia em que se encontra atualmente. Para isso necessita urgentemente de uma alteração de alguns aspetos físicos e funcionais nos espaços verdes e no Centro de Interpretação, entre eles a sinalização dos percursos e a receção dos visitantes, respetivamente. Como auxiliar à promoção pode-se recorrer à LPN. Como esta entidade apresenta projetos de valorização em áreas protegidas, como o caso do CEAVG, torna-se possível a apresentação de propostas para a promoção da RNPA.

Para o melhoramento do funcionamento da Reserva deve ter-se em conta o conceito de “*Uso Público*” proposto por Jorge Morales Miranda e Francisco Guerra Rosado, na obra *Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos*. Esta noção compreende os mecanismos específicos necessários, juntamente com o serviço de receção, para a satisfação das necessidades dos visitantes. Se for bem concebido, ele contribui para a diminuição dos impactos

¹⁹⁶ *Projeto de Valorização do Património Natural do Campo Branco*. Liga para Proteção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 11 de março 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/O-que-fazemos/Projetos/Projetos-a-decorrer/List.aspx?tabid=2459&code=pt&ItemID=269>.

¹⁹⁷ *Projeto de Valorização do Património Natural do Campo Branco*. Liga para Proteção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 11 de março 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/O-que-fazemos/Projetos/Projetos-a-decorrer/List.aspx?tabid=2459&code=pt&ItemID=269>.

¹⁹⁸ *Projeto de Valorização do Património Natural do Campo Branco*. Liga para Proteção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 11 de março 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/O-que-fazemos/Projetos/Projetos-a-decorrer/List.aspx?tabid=2459&code=pt&ItemID=269>.

negativos provocados pelas atividades recreativas, canalizando os visitantes para as zonas mais apropriadas e para o fortalecimento e promoção da imagem da Reserva na obtenção de relações públicas positivas¹⁹⁹.

Para a criação de um bom serviço de Uso Público existem diversos programas dirigidos aos visitantes, para que a visita não se torne monótona. O Uso Público dispõe de uma metodologia que difere perante os diversos públicos, o público escolar e o público em geral, dividindo-se, assim, em dois programas, os didáticos e os interpretativos²⁰⁰.

Os programas didáticos destinam-se a pessoas e a grupos homogêneos com finalidade educativa, oferecendo equipamentos e atividades de acordo com as necessidades e o nível de escolaridade dos alunos²⁰¹. Estes programas, elaborados pelos educadores, apresentam como principais objetivos o conhecimento da importância da conservação dos espaços naturais, ao mesmo tempo que promove atitudes de respeito para com esses espaços²⁰².

Os programas interpretativos, criados pela administração da Reserva, dirigem-se ao público em geral e a grupos heterogêneos, que visitam os espaços voluntariamente para ocupar o seu tempo de ócio²⁰³. Aqui, torna-se imperativo tratar a noção de Interpretação do Património, através da visão de dois autores, que se destacaram no estudo deste tema.

Don Aldridge considera que a interpretação consiste na capacidade de explicar o lugar do homem no seu meio, “*con el fin de incrementar la conciencia*

¹⁹⁹ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 1998. p. 97-99; OSA TOMÁS, Jesús de la – *La Interpretación del Patrimonio: una herramienta para acercar el patrimonio natural y cultural de nuestra tierra a nuestros vecinos y a los turistas que nos visitan, en beneficio de todos: habitantes, visitantes y territorio*. [Em linha]. Huesca, 2006. p. 15 [Consult. 28 de setembro 2014]. Disponível em <http://cederul.unizar.es/sicoderxix/ponencia8.pdf>; MORALES MIRANDA, Jorge; GUERRA ROSADO, Francisco – *Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos: La Atención a los Visitantes Reales y Potenciales*. p. 4.

²⁰⁰ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 27; OSA TOMÁS, Jesús de la – *La Interpretación del Patrimonio: una herramienta para acercar el patrimonio natural y cultural de nuestra tierra a nuestros vecinos y a los turistas que nos visitan, en beneficio de todos: habitantes, visitantes y territorio*. p. 6.

²⁰¹ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 26; OSA TOMÁS, Jesús de la – *La Interpretación del Patrimonio: una herramienta para acercar el patrimonio natural y cultural de nuestra tierra a nuestros vecinos y a los turistas que nos visitan, en beneficio de todos: habitantes, visitantes y territorio*. p. 6.

²⁰² Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge; GUERRA ROSADO, Francisco – *Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos: La Atención a los Visitantes Reales y Potenciales*. p. 9-10.

²⁰³ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 26; OSA TOMÁS, Jesús de la – *La Interpretación del Patrimonio: una herramienta para acercar el patrimonio natural y cultural de nuestra tierra a nuestros vecinos y a los turistas que nos visitan, en beneficio de todos: habitantes, visitantes y territorio*. p. 6.

del visitante acerca de la importancia de esa interacción, y despertar en él un deseo de contribuir a la conservación del ambiente”²⁰⁴.

Para Paul Risk a interpretação é “*la traducción del lenguaje técnico y a menudo complejo del ambiente, a una forma no técnica, sin por ello perder su significado, con el fin de crear en el visitante una sensibilidad, conciencia, entendimiento, entusiasmo y compromiso hacia el recurso que es interpretado*”²⁰⁵.

Assim, embora se tratem de diferentes definições, pode-se reter delas a mesma conclusão, a interpretação do património serve para transmitir ao visitante a consciência sobre a conservação do património natural, ao mesmo tempo que contribui para a redução do incumprimento das normas e do número de visitantes insatisfeitos, diminuição do vandalismo, fortalecendo a imagem da Reserva e o desenvolvimento do sentido de identificação e respeito da população²⁰⁶.

Retomando a questão do “*Uso Público*”. Este precisa de ferramentas para que o seu principal objetivo, a satisfação das necessidades dos visitantes, se concretize. As ferramentas centram-se na comunicação, nos equipamentos e nos meios interpretativos. A RNPA deve utilizar estratégias para atingir o objetivo de satisfação das necessidades dos visitantes.

Para dar a conhecer o lugar aos visitantes através dos diferentes programas, a comunicação adquire um papel importante. Ela estabelece as normas sobre como se cria as mensagens a transmitir ao público, com o principal objetivo de que a mensagem criada mostre qualidade, para que atinga o público e seja compreendida. Para isso ela deve conter cinco características importantes, ser

²⁰⁴ HERNÁNDEZ CARDONA, Francesc Xavier – *Didáctica e Interpretación del Patrimonio*. In CALAF MASACHS, Roser; FONTAL MERILLAS, Olaia (coords.) – *Comunicación educativa del patrimonio: referentes, modelos y ejemplos*. Espanha: Ediciones Trea, 2004. p. 36; MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 31; OSA TOMÁS, Jesús de la – *La Interpretación del Patrimonio: una herramienta para acercar el patrimonio natural y cultural de nuestra tierra a nuestros vecinos y a los turistas que nos visitan, en beneficio de todos: habitantes, visitantes y territorio* p. 8.

²⁰⁵ HERNÁNDEZ CARDONA, Francesc Xavier – *Didáctica e Interpretación del Patrimonio*. p. 36; MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 31; OSA TOMÁS, Jesús de la – *La Interpretación del Patrimonio: una herramienta para acercar el patrimonio natural y cultural de nuestra tierra a nuestros vecinos y a los turistas que nos visitan, en beneficio de todos: habitantes, visitantes y territorio*. p. 8.

²⁰⁶ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 97-99; OSA TOMÁS, Jesús de la – *La Interpretación del Patrimonio: una herramienta para acercar el patrimonio natural y cultural de nuestra tierra a nuestros vecinos y a los turistas que nos visitan, en beneficio de todos: habitantes, visitantes y territorio*. p. 15; MORALES MIRANDA, Jorge; GUERRA ROSADO, Francisco – *Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos: La Atención a los Visitantes Reales y Potenciales*. p. 13.

atrativa, compreensível, “*relevante ao ego*”, lógica e possuir um tema interpretativo²⁰⁷.

Uma comunicação atrativa e compreensível pretende captar e manter a atenção dos visitantes durante uma visita autónoma ou numa visita com recurso a um guia²⁰⁸. Uma mensagem “*relevante ao ego*” alude diretamente ao visitante e às suas experiências comuns, de modo a interagir diretamente com o visitante²⁰⁹. A lógica obtém-se através de um esquema que auxilie o público a perceber a mensagem²¹⁰. Para a organização de uma comunicação lógica torna-se essencial a apresentação de cinco ou menos ideias, para facilitar a sua captação por parte do público²¹¹.

O tema interpretativo trata-se da ideia principal, sobre a qual o texto se foca, apresentando-a no início e no fim da comunicação²¹². Ele consiste numa frase simples, breve e completa, contendo apenas uma ideia e, ao mesmo tempo, interessante e motivadora²¹³. Segundo Jorge Morales Miranda o tema elabora-se ao determinar o tópico específico da apresentação e de seguida formula-se o tema conforme a sua forma de apresentação, escrita ou oral²¹⁴.

Para uma correta comunicação o autor apresenta três estratégias utilizadas na formação de funcionários de parques naturais, que consistem em estruturar, perguntar e responder²¹⁵. Cada uma divide-se em distintas formas de atuação.

A estratégia de estruturar ou organizar consiste no fornecimento de instruções aos visitantes de forma verbal, gestual, gráfica e da organização de grupo²¹⁶. As duas primeiras formas destinam-se às visitas guiadas, enquanto a

²⁰⁷ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 106.

²⁰⁸ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 107.

²⁰⁹ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 108-109.

²¹⁰ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 109.

²¹¹ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 110.

²¹² Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 110-111.

²¹³ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 111.

²¹⁴ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 111.

²¹⁵ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 112.

²¹⁶ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 113.

gráfica efetua-se através de textos disponibilizados para as visitas realizadas de forma autónoma²¹⁷. Já a estruturação pela organização do grupo apresenta diversas formas de interação com os visitantes como a estrutura por tarefas individuais, em que o guia distribui tarefas; a estrutura didática, na qual o guia recorre a diverso material para transmitir a mensagem; a estrutura de conferência, onde o público discute as ideias entre si sem a intervenção do guia; e a estrutura socrática, em que o guia expõe as perguntas e depois responde sem recorrer ao público²¹⁸.

A estratégia de perguntar contribui para a participação do visitante durante a visita guiada²¹⁹. Ela deve respeitar três tipos de perguntas – recordar, analisar e aplicar – ao mesmo tempo, deve respeitar esta ordem de formulação, pois exige-se um desenvolvimento do conhecimento ao longo da visita²²⁰. As primeiras pretendem que o visitante recorde dados para completar a visita, tratando-se de perguntas fáceis para que o público consiga responder²²¹. As perguntas de análise, por sua vez, formulam-se para que o visitante estabeleça relações entre dados e informações, apresentando um nível de complexidade maior e requerendo um conhecimento preliminar²²². Já as perguntas de aplicação, mais complexas, permitem que o público aplique os conhecimentos previamente trabalhados com o guia²²³.

Responder trata-se da última estratégia da comunicação. Esta pretende explicar a atitude que o guia deve tomar perante as respostas fornecidas pelo público às perguntas colocadas²²⁴. Também esta estratégia se decompõe em diversas formas de atuação por parte do guia.

²¹⁷ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 114.

²¹⁸ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 115-117.

²¹⁹ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 118.

²²⁰ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 119-120.

²²¹ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 119.

²²² Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 119.

²²³ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 120.

²²⁴ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 121.

A primeira forma refere-se ao aceitar sem julgar, transmitindo confiança ao público²²⁵. O guia evidencia esta atitude de diferentes maneiras, passivamente, demonstrando que ouviu a resposta sem julgar a qualidade da mesma; ativamente, repetindo ou fornecendo exemplos de acordo com a resposta, mostrando compreensão com o ponto de vista do visitante; e com empatia, evidenciando que compartilha as mesmas opiniões do visitante²²⁶.

A segunda forma consiste no uso do silêncio. A utilização do silêncio durante, mais ou menos, três segundos, após a resposta do visitante, permite que este a possa completar se o desejar ou, então, que outros visitantes, também, consigam partilhar a sua resposta²²⁷.

A terceira forma corresponde à ação de clarificar. Em algumas ocasiões o guia pode não entender a resposta fornecida pelo visitante. Ao deparar-se com esta situação o guia deve pedir para que o visitante clarifique a sua resposta, conferindo-lhe importância²²⁸.

A última forma consiste em facilitar a informação, completando a resposta do visitante, no caso de ela se encontrar incompleta²²⁹. Em suma, todas estas estratégias tornam a visita recreativa e instrutiva, criando uma experiência gratificante para o visitante, ao mesmo tempo que contribui para a boa imagem da Reserva, atraindo novos visitantes.

Para além da importância de uma boa comunicação, durante os programas desenvolvidos pelos serviços das áreas protegidas, torna-se igualmente importante a existência de um conjunto de equipamentos que complementem esses programas. Existem diversos tipos de equipamentos nas áreas protegidas, como os educativos, os de acolhimento e informação, os recreativos e os de apoio²³⁰.

²²⁵ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 121.

²²⁶ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 121-122.

²²⁷ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 122.

²²⁸ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 122-123.

²²⁹ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 123.

²³⁰ Cfr. HERNÁNDEZ DE LA OBRA, Joaquín; GÓMEZ-LIMÓN GARCÍA, Javier – *Conceptos de Uso Público en los Espacios Naturales Protegidos* [Em linha]. Madrid: EUROPARC-Espanha; Fundación Fernando González Bernáldez, 2005. Vol. 1. p. 45. [Consult. 8 de abril 2015]. Disponível em http://www.redeuroparc.org/documentos_Anexoss/Publicaciones/ligadas_a_plan_de_accion/manual_1.pdf.

Os equipamentos educativos prestam apoio às atividades de Educação Ambiental dirigidas ao público do setor do ensino²³¹. Os equipamentos de acolhimento e informação consistem nos centros de investigação, documentação e no caso da RNPA, de interpretação²³². Um centro de interpretação detém como funções os serviços de receção, informação e interpretação de forma a transmitir os valores agregados ao património natural existente, através do atendimento personalizado e de exposições interpretativas²³³.

A receção implica toda a sequência do uso do parque e não só a entrada dos visitantes. O seu principal objetivo passa pelo fornecimento de ajuda ao visitante, através da orientação, informação e sensibilização, favorecendo uma utilização mais consciente e eficiente do espaço natural²³⁴.

No Centro de Interpretação da RNPA, ao dispor dos visitantes, encontra-se uma exposição permanente e um conjunto de painéis com informações sobre a Reserva. A exposição permanente mostra os utensílios necessários para a colheita do bunho, o modo de execução das esteiras e outros produtos fabricados com o bunho. Outrora exibiu, também, os trajes típicos da população que trabalhava no Paul. Estes foram retirados, posteriormente, devido à degradação dos manequins e entregues ao Grupo Folclórico e Etnográfico de Arzila, detentores dos trajes. O material apresenta falhas na sua exibição, provocando um certo desinteresse por parte do público. Os problemas existentes consistem no modo de exposição das peças, que se encontram no chão, quase amontoadas e com as suas legendas, também, no chão ou sobre elas²³⁵.

Para melhorar a exposição necessita-se de uma reestruturação. Aquando da sua montagem os objetos devem distribuir-se pela sala sobre uma base, pois trata-se de objetos de pequenas dimensões, e com a utilização de uma base a peça torna-se mais fácil de ser observados pelos visitantes. Esta base pode-se construir em materiais menos dispendiosos como a madeira. Junto ao objeto deve permanecer uma etiqueta informativa, com a sua identificação, os materiais utilizados e a sua função.

A RNPA pode estabelecer, novamente, o contacto com o Grupo Folclórico e Etnográfico de Arzila com o intuito de enriquecer a exposição permanente, através do

²³¹ Cfr. HERNÁNDEZ DE LA OBRA, Joaquín; GÓMEZ-LIMÓN GARCÍA, Javier – *Conceptos de Uso Público en los Espacios Naturales Protegidos*. p. 48.

²³² Cfr. Fig. 17, Anexos, p. 98.

²³³ Cfr. HERNÁNDEZ DE LA OBRA, Joaquín; GÓMEZ-LIMÓN GARCÍA, Javier – *Conceptos de Uso Público en los Espacios Naturales Protegidos*. p. 45.

²³⁴ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge; GUERRA ROSADO, Francisco – *Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos: La Atención a los Visitantes Reales y Potenciales*. p. 4-5.

²³⁵ Cfr. Fig. 18, Anexos, p. 98.

empréstimo de trajes e utensílios utilizados no cotidiano do Paul. Este empréstimo deve ser a curto prazo, pois pertencem a uma exposição presente na Sede da entidade detentora.

Juntamente com a exposição existem, distribuídos pelo centro de interpretação, painéis com placares informativos sobre a riqueza natural do Paul e os seus estatutos internacionais. Tal como a exposição, estes placares apresentam problemas devido ao excesso de informação presente, fazendo com que os visitantes desistam de a ler na totalidade²³⁶.

Segundo Jorge Morales Miranda, os placares mais lidos criam-se com a finalidade de atrair o interesse do visitante ao apresentar o tema, responder às perguntas e estimular o pensamento²³⁷. O cartaz deverá chamar a atenção através de uma mensagem clara que mantenha o interesse do público, dando-se, assim, importância à estruturação do texto²³⁸.

Uma boa estruturação tem de apresentar os seguintes elementos constituintes: o título, com a finalidade de atrair a atenção e induzir a leitura; o parágrafo de atração apresentando-se de forma curta e dinâmica, evitando-se demasiados detalhes para manter o interesse do visitante; o parágrafo principal, contendo mais pormenores acerca do tema para desenvolver a compreensão do leitor; e os créditos, onde se encontram identificadas as entidades responsáveis pela concretização do cartaz interpretativo²³⁹.

Atuando como apoio às atividades desenvolvidas nas áreas protegidas os equipamentos recreativos detêm um papel muito importante²⁴⁰. Os equipamentos recreativos existentes na RNPA consistem em parques de merendas, observatórios e um percurso pedestre. Todos necessitam de uma urgente manutenção.

Os visitantes da RNPA podem usufruir de três parques de merendas. Dois dos parques de merendas encontram-se cobertos de vegetação e as poucas mesas existentes apresentam-se degradadas e frágeis, devido ao estado de deterioração da madeira²⁴¹. Nota-se, também, a inexistência de equipamento para depositar o lixo, verificando-se, assim, resíduos no solo²⁴². Outro parque, de maiores dimensões, embora se apresente limpo de vegetação, também, apresenta as mesas degradadas.

²³⁶ Cfr. Fig. 19, Anexos, p. 99.

²³⁷ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 225.

²³⁸ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 225.

²³⁹ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 226.

²⁴⁰ Cfr. HERNÁNDEZ DE LA OBRA, Joaquín; GÓMEZ-LIMÓN GARCÍA, Javier – *Conceptos de Uso Público en los Espacios Naturales Protegidos*. p. 49.

²⁴¹ Cfr. Fig. 20, Anexos, p. 99.

²⁴² Cfr. Fig. 21 e 22, Anexos, p. 99-100.

Relativamente aos observatórios, a RNPA dispõe de dois, contudo apenas um se encontra em funcionamento, embora se apresente com sinais de vandalismo²⁴³. O segundo observatório localiza-se numa área de acesso restrito aos visitantes e, segundo informações da Administração da Reserva Natural, encontra-se coberto de vegetação.

O único percurso interpretativo mostra aos visitantes a riqueza florística e faunística do Paul. Em virtude da escassa manutenção ele encontra-se, em variados pontos, com uma densa vegetação o que dificulta a deslocação dos visitantes e a visualização. O estado das ruínas da “Igreja dos Mouros”, cobertas pela vegetação, apresenta-se como um exemplo desta situação. Assim a sua manutenção evitará acidentes com os visitantes e, também, acidentes florestais. Na Carta de Desporto foram descritos diversas possibilidades de se criarem percursos de acordo com as diferentes modalidades, como hipismo e ciclismo²⁴⁴. Muitos destes percursos estendem-se pelas outras freguesias, não se concentrando, apenas, na freguesia de Arzila. Um desses percursos consiste em percorrer as três freguesias de bicicleta para ficar a conhecer o seu património cultural²⁴⁵.

Para além dos percursos propostos na Carta de Desporto propõe-se, também, a criação de um percurso, de grande interesse, pelas áreas classificadas do Baixo Mondego, pois a RNPA, juntamente com o Paul do Taipal e o Paul da Madriz, configura uma área de máxima importância para a conservação da natureza numa região em que as práticas agrícolas assumem um carácter intensivo e partilham entre si características²⁴⁶.

Os equipamentos de apoio consistem em espaços que podem complementar a visita, como os locais de alojamento²⁴⁷. Nas freguesias envolventes da RNPA, Anobra, Arzila e Pereira, não se verifica a existência de espaços de alojamento, o que contribui para que exista uma dificuldade em visitar do Paul. Estes locais de alojamento podem encontrar-se nas áreas urbanas, como Coimbra, Condeixa e Montemor-o-Velho.

Como forma de atração um diferente género de visitantes pode-se proceder à procura de zonas apropriadas para a criação de um espaço destinado a acampamento. Com a criação de um espaço de acampamento na RNPA pode-se organizar intercâmbios juvenis, onde se pratiquem diversas atividades pelo Paul.

²⁴³ Cfr. Fig. 23, Anexos, p. 100.

²⁴⁴ Cfr. RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. p. 53.

²⁴⁵ Algumas freguesias apresentam um vasto património cultural, como o caso da Vila de Pereira, com a Igreja Matriz, a Igreja da Misericórdia, as diversas capelas e as casas senhoriais.

²⁴⁶ HENRIQUES, Pedro C. [et. al] – *Pauls do Baixo Mondego*. p. 2.

²⁴⁷ Cfr. HERNÁNDEZ DE LA OBRA, Joaquín; GÓMEZ-LIMÓN GARCÍA, Javier – *Conceptos de Uso Público en los Espacios Naturales Protegidos*. p. 52.

Este acampamento terá de se apresentar de acordo com as permissões e restrições atribuídas a esta prática nas áreas protegidas, dotando-se de vários serviços, como os de higiene, de limpeza, de alimentação e de recolha de resíduos.

Uma zona de acampamento, direcionada para o público que busca o contacto com a natureza, deve encontrar-se controlada e vigiada. Na parte exterior do Centro de Interpretação existe um pequeno edifício destinado à higiene e um espaço com lavatório e grelhador, que possibilitam a realização das funções acima mencionadas²⁴⁸.

Como complemento aos equipamentos presentes nas áreas naturais, a existência de meios interpretativos torna-se muito importante, pois através deles transmite-se a informação pretendida aos visitantes da Reserva. Estes meios podem-se dividir entre meios atendidos por pessoal e por meios não atendidos por pessoal. Os meios atendidos por pessoal, existentes na RNPA, consistem nas visitas guiadas, efetuadas pelos funcionários da Reserva, e nas demonstrações, efetuadas por pessoas externas à Reserva.

As visitas guiadas devem efetuar-se através de um profissional que domine os conhecimentos acerca do lugar e que saiba interagir com os diferentes públicos. O guia ou intérprete realiza a interpretação do património e discute os problemas inerentes ao lugar, ao mesmo tempo que convida à participação dos visitantes.

No início da visita o guia não pode mostrar autoridade ao abordar o grupo de visitantes, optando por conversas triviais de modo a conhecer o público e a criar confiança, o que facilita a posterior interação ao longo do percurso²⁴⁹. Durante a visita a comunicação efetua-se de forma atrativa para que se mantenha a atenção e o interesse do grupo. No término da visita o agradecimento pela participação do grupo possibilita uma boa publicidade para a instituição, pois transmite ao público a importância da sua visita.

A realização de visitas guiadas proporciona ao visitante o contato com um intérprete, pois este permite a resposta a todas as dúvidas que possam surgir ao

²⁴⁸ Cfr. Fig. 24 e 25, Anexos, p. 100-101.

²⁴⁹ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 252.

longo da visita²⁵⁰. Cumpre, porém, assinalar a importância da comunicação por parte do guia ser clara²⁵¹.

Esporadicamente realiza-se demonstrações sobre a manufatura das esteiras para alguns grupos de visitantes. A RNPA recorre aos serviços de uma habitante de Arzila, a única que ainda se dedica a esta prática. Elas propiciam ao visitante o contato direto com as práticas tradicionais, possibilitando a recuperação destas atividades²⁵². Como as visitas guiadas, é importante a comunicação por parte do especialista ser clara²⁵³.

Entre os meios não atendidos por pessoal a sinalética reveste-se de uma grande importância. Esta fornece informações aos visitantes que realizam as visitas independentes e dela depende o uso correto dos espaços naturais. Segundo João Farinha, a sinalética das áreas protegidas, antes do ano de 1999, não respeitava um programa ordenado e planificado o que impulsionou desenvolvimento do projeto *Implementação de um Sistema de Sinalização de Áreas Protegidas*, financiado pelo Programa Ambiente²⁵⁴. Neste procedeu-se ao estudo de quais os materiais que melhor se aplicavam aos espaços e com maior resistência. Os materiais escolhidos são painéis em policarbonato e molduras de madeira tratada.

Ao longo do percurso pedestre da RNPA encontra-se, embora escassa, sinalética interpretativa, informativa e direcional²⁵⁵. Além dessa escassez, o problema mais significativo nessa sinalética consiste na sua degradação. A sinalética interpretativa, colocada segundo o projeto acima mencionado, apresenta-se lascada, consequência da sua exposição ao sol²⁵⁶. A possível ação de combate a este problema depende da alteração de posicionamento dos painéis

²⁵⁰ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 151.

²⁵¹ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 151.

²⁵² Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 153.

²⁵³ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 153.

²⁵⁴ FARINHA, João Carlos - *Implementação de um Sistema de Sinalização nas Áreas Protegidas*. [Em linha]. Departamento de Gestão de Áreas Classificadas – Zonas Húmidas. p. 6. [Consult. 18 fevereiro 2015]. Disponível em

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoeinovacao/BoasPraticaseTendencias/Documents/Sinal%C3%A9tica%20Parques%20Naturais.pdf>.

²⁵⁵ Cfr. Fig. 26, Anexos, p. 101.

²⁵⁶ Cfr. Fig. 27, Anexos, p. 101.

interpretativos para que a luz solar não incida diretamente sobre os mesmos, de forma evitar a longo prazo a sua degradação.

Estes painéis apresentam, também, informação excessiva o que leva a que os visitantes não se detenham a lê-la, pois torna-se cansativo e desinteressante²⁵⁷. A solução proposta consiste na divisão da informação por painéis de menores dimensões e colocá-los disseminados ao longo do percurso, evitando, também, a escassez existente.

Já a sinalética informativa e a sinalética direcional não se encontram de acordo com os materiais e com a estética proposta pelo projeto, tratando-se de sinais em madeira com a mensagem a tinta, o que resulta na sua degradação ao longo do tempo. Alguns sinais encontram-se com a sua superfície coberta por fungos e outros a tinta da mensagem desapareceu²⁵⁸. A possível solução resulta na sua substituição por sinais de policarbonato, propostos pelo projeto do ICNF.

Como complemento à sinalética nas visitas autoguiadas pode recorrer-se à utilização de folhetos, com informação adicional sobre o local. Segundo Jorge Morales Miranda, a construção destes folhetos deverá respeitar diversas fases, o que contribui para uma boa apresentação do património²⁵⁹. Antes da concretização do folheto definem-se os objetivos que se pretendem alcançar e, logo após, procede-se à construção do texto, de forma breve, simples, direta e perceptível, com recurso a um tema que clarifique a mensagem, evitando conceitos técnicos²⁶⁰.

A estruturação e o desenho dos folhetos passam, também, por diversas fases de modo a adquirir um formato atrativo: escolha de materiais, contribuindo para a durabilidade do folheto; a escolha das cores e do tipo de letra; ilustrações, que enriquecem o folheto; o uso de espaços em branco, que facilitam a leitura não a tornando exaustiva; e os créditos²⁶¹.

Só recentemente a RNPA dispõe deste meio disponível aos visitantes. Criado pelo responsável da Administração da RNPA, este folheto encontra-se de

²⁵⁷ Cfr. Fig. 28, Anexos, p. 102.

²⁵⁸ Cfr. Fig. 29, Anexos, p. 102.

²⁵⁹ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 221.

²⁶⁰ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 221-222; OLIVEIRA, Luís Filipe – *Educação Ambiental: Guia Prático para Professores, Monitores e Animadores Culturais e de Tempos Livres*. Lisboa: Texto Editora, maio de 2001. p. 16.

²⁶¹ Cfr. MORALES MIRANDA, Jorge – *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*. p. 223-224.

acordo com as normas acima descritas. Ele descreve o percurso interpretativo, em português e inglês, os cuidados a ter, um mapa do percurso e fotografias do que se poderá encontrar durante o percurso pedestre pelo Paul.

3.4. O Turismo de Natureza nas Áreas Protegidas

Semelhante ao conceito de património, o conceito de turismo regista uma evolução ao longo do tempo²⁶². Segundo Licínio Cunha, as primeiras definições eram demasiado vagas, pelo que a proposta apresentada em 1942 pelos professores Walter Hunziker e Kurt Krapf se reveste de particular importância. Estes caracterizam o turismo como “*o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam justificadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal*”²⁶³. Como se pode deduzir a partir desta definição e outras que se seguiram, o turismo implica uma mudança de lugar, ganhando, o conceito, uma “*dimensão espacial*”²⁶⁴.

Muitos autores definem o turismo concentrando-se na sua vertente economicista, outros afastam-se dessa perspetiva, enfatizando, de forma mais alargada, a sua dimensão social²⁶⁵. Todavia, compreende-se o turismo como uma vivência de emoções proporcionadas pelo usufruto dos vários recursos, pela experiência pessoal e pelas expectativas de cada turista, para além das deslocações²⁶⁶.

O turismo compreende uma diversidade de tipologias. A tipologia que se aplica ao estudo de caso é a do turismo de natureza, que se relaciona com o turismo ecológico²⁶⁷. O turismo ecológico ou ecoturismo “*inclui as viagens para as áreas naturais com o fim de observar e compreender a natureza e a história natural do ambiente tendo o cuidado de manter inalterável a integridade do ecossistema*”²⁶⁸. As motivações dominantes destes

²⁶² Cfr. CUNHA, Licínio – “*Introdução ao Turismo*”. 4.^a Edição. Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 2009. p. 29.

²⁶³ CUNHA, Licínio – “*Introdução ao Turismo*”. p. 29.

²⁶⁴ VIEIRA, João Martins – “*Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo – Uma Perspetiva Estratégica*”. Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 2007. p. 15-16.

²⁶⁵ Cfr. VIEIRA, João Martins – “*Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo – Uma Perspetiva Estratégica*”. p. 16.

²⁶⁶ Cfr. VIEIRA, João Martins – “*Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo – Uma Perspetiva Estratégica*”. p. 16; FOSTER, Douglas – “*Viagens e Turismo: Manual de Gestão*”. Mem Martins: Edições CETOP, 1992. p. 20-21; CUNHA, Licínio – “*Introdução ao Turismo*”. p. 30.

²⁶⁷ Cfr. CUNHA, Licínio – “*Introdução ao Turismo*”. p. 51.

²⁶⁸ CUNHA, Licínio – “*Introdução ao Turismo*”. p. 51.

turistas centram-se no regresso à natureza, na contemplação do meio natural e na evasão do meio urbano²⁶⁹.

No artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 47/99 de 16 de fevereiro de 1999 estabelece-se a noção de turismo de natureza:

“1 — Turismo de natureza é o produto turístico composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas, adiante designadas por áreas protegidas.

2 — O turismo de natureza desenvolve-se segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação ambiental, que permitam contemplar e desfrutar o património natural, arquitectónico, paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado.”²⁷⁰

O turismo de natureza compõe-se por três grupos relacionados com o grau de envolvimento do homem com o meio natural: a natureza *soft*, a natureza *hard* e natureza exótica²⁷¹. A natureza *soft* “pressupõe um envolvimento «leve» com a Natureza, assente no usufruto simples para lazer e descanso (contemplativo)”²⁷². A natureza *hard* “pressupõe um envolvimento «mais intenso» com a Natureza, abrangendo a realização de actividades dirigidas, como a observação de aves”²⁷³. Por fim, a natureza exótica “pressupõe um envolvimento «profundo/muito forte» com a Natureza, o qual se traduz na experiência ou vivência dos ciclos da Natureza sem intervenção significativa do homem”²⁷⁴.

Por toda a Europa observou-se, nos últimos anos, um aumento de cerca de 5% das viagens dirigidas ao contacto com a natureza e tudo indica que este número continue a aumentar²⁷⁵. Para o crescimento desta percentagem contribui a atribuição do estatuto de áreas

²⁶⁹ Cfr. CUNHA, Licínio – “Introdução ao Turismo”, p. 51.

²⁷⁰ Decreto-Lei n.º 47/99. *D.R. I Série-A*. 39 (16-2-1999). p. 806.

²⁷¹ Cfr. GAMITO, Maria Teresa – *As Áreas Protegidas: Fator de Desenvolvimento Local e Pólo de Atração Regional* [Em linha]. p. 6. [Consult. 24 de julho 2015]. Disponível em https://www.academia.edu/3094284/%C3%81reas_protegidas_Fator_de_desenvolvimento_local_e_p%C3%B3lo_de_atrac%C3%A7%C3%A3o_regional.

²⁷² GAMITO, Maria Teresa – *As Áreas Protegidas: Fator de Desenvolvimento Local e Pólo de Atração Regional*. p. 6.

²⁷³ GAMITO, Maria Teresa – *As Áreas Protegidas: Fator de Desenvolvimento Local e Pólo de Atração Regional*. p. 6.

²⁷⁴ GAMITO, Maria Teresa – *As Áreas Protegidas: Fator de Desenvolvimento Local e Pólo de Atração Regional*. p. 6.

²⁷⁵ Cfr. Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015. *D.R. I. Série*. 143 (21-7-2015). p. 4923. [Em linha]. [Consult. 19 de agosto 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2015/07/14000/0492204925.pdf>.

protegidas²⁷⁶ a diversos locais. A atribuição destes estatutos resulta da necessidade de proteger o ambiente e a biodiversidade. Esta tornou-se uma missão importante e urgente, pois a ameaça do desaparecimento de espécies e dos seus habitats encontra-se muito presente por todo o mundo. Assim, as áreas protegidas são espaços de salvaguarda dos valores naturais e científicos em “*territórios que reflectem um equilíbrio entre a paisagem natural e as actividades desenvolvidas pelo Homem*”²⁷⁷. Os seus objetivos de atuação encontram-se estipulados no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 19/93:

“A classificação de áreas protegidas visa a prossecução dos seguintes objectivos:

- a) A preservação das espécies animais e vegetais e dos habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;
- b) A reconstituição das populações animais e vegetais e a recuperação dos habitats naturais das respectivas espécies;
- c) A preservação de biótopos e de formações geológicas, geomorfológicas ou espeleológicas notáveis;
- d) A preservação ou recuperação dos habitats da fauna migratória;
- e) A investigação científica indispensável ao desenvolvimento dos conhecimentos humanos e o estudo e a interpretação de valores naturais, fornecendo elementos para a melhor compreensão dos fenómenos da biosfera;
- f) A preservação dos sítios que apresentem um interesse especial e relevante para o estudo da evolução da vida selvagem;
- g) A protecção e a valorização das paisagens que, pela sua diversidade e harmonia, apresentem interesses cénicos e estéticos dignos de protecção;
- h) O estabelecimento de reservas genéticas, garantindo a perenidade de todo o potencial genético, animal e vegetal;
- i) A promoção do desenvolvimento sustentado da região, valorizando a interacção entre as componentes ambientais naturais e humanas e promovendo a qualidade da vida das populações;
- j) A valorização de actividades culturais e económicas tradicionais, assente na protecção e gestão racional do património natural.”²⁷⁸

²⁷⁶ As áreas protegidas classificam-se através de diversas tipologias como parques nacionais, reservas naturais, parques naturais, monumentos naturais e paisagens protegidas. Cfr. Pontos 3 e 4 do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 19/93. *D.R. I Série*. 19 (23-3-1993). p. 271. [Em linha]. [Consult. 19 de agosto 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/file/584713>.

²⁷⁷ LANDOVSKY, Geraldo Santos; MENDES, José Fernando Gomes – As Áreas Protegidas em Portugal. In 4º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO, SUSTENTÁVEL [Em linha]. Faro: Universidade do Algarve, 2010. p. 1. [Consult. 8 de junho 2015]. Disponível em <http://pluris2010.civil.uminho.pt/Atas/PDF/Paper397.pdf>.

²⁷⁸ Decreto-Lei n.º 19/93. *D.R. I Série*. 19 (23-3-1993). p. 272.

Para a gestão das áreas classificadas devem adotar-se os planos de gestão ou planos específicos de ação para a conservação e recuperação de espécies e habitats no âmbito do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) definido pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho de 2008 e que compõe a RFCN²⁷⁹. As áreas protegidas pertencem a diferentes redes que integram o SNAC, como a Rede Natura 2000 e a Rede Nacional de Áreas Protegidas²⁸⁰, criada pelo Decreto-Lei n.º 19/93²⁸¹.

Todas as áreas protegidas devem apresentar um Plano de Ordenamento que estabelece a política de salvaguarda e conservação adequada a cada área e dispõe “*sobre os usos do solo e condições de alteração dos mesmos, hierarquizados de acordo com os valores do património em causa*”²⁸². De acordo com o deliberado no Plano de Ordenamento permite-se a prática de turismo específica para cada área e o seu não cumprimento resulta na atribuição de contraordenações e de sanções.

No auxílio à regulamentação da prática do turismo nas áreas protegidas criou-se o Plano Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98²⁸³. O PNTN visa a promoção e a afirmação dos valores e das potencialidades dos espaços naturais. Devido ao aumento do turismo de natureza, anteriormente referido, aprovou-se a 21 de julho do corrente ano o novo PNTN na Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015²⁸⁴.

No ponto n.º 6 do novo PNTN estabelecem-se os seus objetivos de atuação para as áreas classificadas:

- a) Compatibilizar o turismo de natureza com as características ecológicas e culturais de cada área, respeitando as respetivas capacidades de carga;*
- b) Promover projetos e ações públicas e ou privadas que contribuam para a adequada visitação das áreas classifica das, através da criação de infraestruturas, equipamentos, produtos e serviços;*

²⁷⁹ Decreto-Lei n.º 142/2008. *D.R. I Série*. 142 (24-7-2008). p. 4600. [Em linha]. [Consult. 19 de agosto 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/07/14200/0459604611.pdf>.

²⁸⁰ Esta rede é constituída por áreas interesse nacional e interesse regional ou local. As áreas de interesse regional correspondem ao parque nacional, reserva natural, o parque natural e o monumento natural. Já as de interesse regional e local consistem nas paisagens protegidas. Cfr. BRITO, Sérgio Palma – *Turismo: Sustentabilidade, Ordenamento do Território e Ambiente*. Porto: SPI: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2010. p. 53.

²⁸¹ Decreto-Lei n.º 19/93. *D.R. I Série*. 19 (23-3-1993) 271-277.

²⁸² POAP – Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. [Em linha]. [Consult. 19 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap>.

²⁸³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98. *D.R. I. Série-B*. 195 (25-8-1998) 4348-4350. [Em linha]. [Consult. 19 de agosto 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1998/08/195B00/43484350.pdf>.

²⁸⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015. *D.R. I. Série*. 143 (21-7-2015). p. 4922-4925.

- c) Promover a valorização, a recuperação e ou a reconversão do património cultural, imóvel, móvel e imaterial existente e associado a atividades suscetíveis de serem reconhecidas como turismo de natureza, carecendo, no caso de património classificado, de parecer prévio da tutela do património cultural nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro;
- d) Promover a criação de infraestruturas e equipamentos necessários às atividades de turismo de natureza, nomeadamente centros de receção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos eco museológicos, entre outros, bem como de sinalização adequada às funções de receção, informação, interpretação e visitas turísticas;
- e) Incentivar práticas turísticas, de recreio e lazer não nocivas para as áreas classificadas e compatíveis com a sua conservação;
- f) Fomentar atividades que contribuam para a sensibilização e educação ambiental e cultural dos visitantes e da população em geral;
- g) Incentivar a criação de micro e pequenas empresas, particularmente as iniciativas endógenas que promovam o desenvolvimento local e as relações de proximidade entre a população e os turistas;
- h) Incentivar o aparecimento de novas profissões e atividades económicas mais aliciantes à fixação dos jovens nas áreas classificadas e à criação de novos postos de trabalho;
- i) Promover as atividades que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural, paisagístico e cultural das áreas classificadas;
- j) Promover a comercialização dos produtos identitários de base local, nomeadamente através da gastronomia;
- k) Divulgar o património cultural imaterial, como as manifestações tradicionais e etnográficas locais, contribuindo para a afirmação da identidade cultural das populações.²⁸⁵

O turismo nas áreas protegidas influencia a valorização do património natural e cultural, possibilitando um desenvolvimento local e regional, promovido através de políticas públicas e investimentos públicos e privados, “mediante a previsão da respetiva elegibilidade no âmbito do quadro de financiamento europeu «Portugal 2020»²⁸⁶. Como auxiliar à valorização do património e ao desenvolvimento local e regional produziu-se uma marca nacional das áreas classificadas integradas no SNAC, denominada de *Natural.PT*²⁸⁷.

Esta marca pretende reconhecer a importância de uma rede de produtos, serviços e destinos sustentáveis, baseada nas áreas classificadas, em que a conservação da natureza, da biodiversidade, da paisagem e dos valores culturais se torna uma mais-valia e um incentivo a

²⁸⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015. *D.R. I. Série*. 143 (21-7-2015). p. 4923-4924.

²⁸⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015. *D.R. I. Série*. 143 (21-7-2015). p. 4923.

²⁸⁷ Cfr. Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015. *D.R. I. Série*. 143 (21-7-2015). p. 4923; *Natural.PT* [Em linha]. [Consult. 29 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.natural.pt/portal/pt/Home>.

visitar os locais, resultando na valorização das atividades e saberes tradicionais²⁸⁸. No ponto n.º 8 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015 determina-se que, no âmbito da implementação da marca *Natural.PT*, devem ser concretizadas ainda as seguintes ações:

- a) *Divulgação, ao nível regional, nacional e internacional, da marca e dos princípios da Natural.PT;*
- b) *Atualização e manutenção do portal interativo da Natural.PT;*
- c) *Apoio aos produtos e serviços das atividades económicas dos aderentes à marca Natural.PT;*
- d) *Apoio à divulgação da marca Natural.PT, designadamente por via da promoção de projetos coletivos de empreendedorismo com base nos recursos endógenos das diferentes áreas;*
- e) *Apoio a infraestruturas de suporte a atividades associadas à marca Natural.PT, designadamente sinalética, trilhos, infraestruturas de observação e inter-relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, infraestruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação, entre outras;*
- f) *Desenvolvimento de iniciativas de promoção da Natural. PT e sensibilização para a conservação da natureza junto da comunidade jovem e escolar;*
- g) *Promoção de ações de formação para a capacitação dos aderentes à Natural.PT para fruição das respetivas ferramentas e modos de operação no mercado;*
- h) *Apoio à estrutura de gestão da Natural.PT, através da definição do modelo de rede, para a comercialização dos produtos e serviços associados à marca, implementação do respetivo plano de marketing e divulgação, promoção e sensibilização junto dos atores locais, regionais e nacionais;*
- i) *Monitorização e divulgação dos resultados obtidos.*²⁸⁹

No sítio da *Internet* da marca *Natural.PT* disponibilizam-se, aos visitantes, informações sobre todas as áreas protegidas existentes em Portugal. A partir da imagem de um mapa do país onde se encontram identificadas as áreas protegidas, escolhe-se uma área, adquirindo-se diverso conhecimento sobre ela. Nomeadamente a biodiversidade presente e as infraestruturas, como a existência ou não de centros de interpretação e de percursos interpretativos. Fornece-se, também, informação sobre como chegar ao local, os meios de transporte disponíveis e os conselhos de segurança, bem como eventuais materiais necessários. Na página dedicada à RNPA encontram-se estas e outras informações, tal como as atividades que se podem praticar ao longo de todo o ano, tanto na Reserva como nos concelhos onde ela se insere²⁹⁰.

²⁸⁸ Cfr. Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015. *D.R. I. Série*. 143 (21-7-2015). p. 4923; *Missão e Objetivo*. *Natural.PT* [Em linha]. [Consult. 29 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.natural.pt/portal/pt/About/>.

²⁸⁹ Cfr. Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015. *D.R. I. Série*. 143 (21-7-2015). p. 4924.

²⁹⁰ Cfr. *Reserva Natural do Paul de Arzila*. *Natural.PT* [Em linha]. [Consult. 29 de agosto 2015]. Disponível em <http://natural.pt/portal/pt/AreaProtegida/Item/17>.

Paralelamente ao desenvolvimento do turismo de natureza verifica-se uma evolução da prática de desportos ao ar livre, a qual se passou a denominar desporto de natureza²⁹¹. Esta evolução resulta da necessidade de fuga ao quotidiano urbano e o do gosto pelo contacto com a natureza²⁹². Segundo o ponto n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 47/99 “*consideram-se actividades de desporto de natureza todas as que sejam praticadas em contacto directo com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza*”²⁹³.

Descritos no ponto n.º 3 do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 47/99 indicam-se os principais requisitos que as modalidades de desporto da natureza devem respeitar:

- a) *Respeitar o enquadramento legislativo próprio de cada actividade ou sector;*
- b) *Respeitar os locais indicados para a prática de cada modalidade desportiva;*
- c) *Respeitar os acessos e trilhos definidos, bem como os locais de estacionamento e de acampamento;*
- d) *Respeitar as condicionantes estabelecidas quanto aos locais, ao número de praticantes e à época do ano;*
- e) *Acondicionar e dotar de forma adequada os locais com equipamentos de qualidade e segurança necessários à prática de cada modalidade;*
- f) *Dotar os locais com sinalização e informação sobre as condições de utilização dos mesmos e recomendações para a prática de cada modalidade;*
- g) *Garantir a manutenção dos equipamentos, sinalização, acessos, estacionamento e locais de pernoita, bem como a qualidade ambiental de cada local e respectiva área envolvente;*
- h) *Respeitar as regras e orientações estabelecidas no código de conduta.*²⁹⁴

O ICNF criou uma lista de atividades desportivas possíveis de praticar na RNPA, consoante as áreas de proteção²⁹⁵. Na área de proteção total todas as atividades se encontram interditas²⁹⁶. Na área de proteção parcial são permitidas algumas atividades²⁹⁷. Já na área de

²⁹¹ RODRIGUES, Carla – *O desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer* [Em linha]. p. 4. [Consult. 2 de outubro 2014]. Disponível em <http://www.geografia.uminho.pt/uploads/carla.doc>.

²⁹² RODRIGUES, Carla – *O desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer*. p. 4.

²⁹³ Decreto-Lei n.º 47/99. *D.R. I Série-A*. 39 (16-2-1999). p. 807; Cfr. RODRIGUES, Carla – *O desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer*. p. 4; RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. p. 10.

²⁹⁴ Decreto Regulamentar n.º 18/99. *D.R. I Série-B*. 200 (27-8-1999). p. 5934. [Em linha]. [Consult. 2 de outubro 2014]. Disponível em http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/Doc05_040.pdf.

²⁹⁵ Cfr. *Atividades de Turismo de Natureza – Reserva Natural do Paul de Arzila*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 2 de julho 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/ativ/resource/doc/rnpa-turnat-ativ>.

²⁹⁶ Cfr. *Atividades de Turismo de Natureza – Reserva Natural do Paul de Arzila*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 2 de julho 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/ativ/resource/doc/rnpa-turnat-ativ>.

proteção complementar todas as atividades são permitidas, exceto as que incluem, na sua prática, veículos todo-o-terreno²⁹⁸. Estas atividades carecem de um parecer prévio ao abrigo do Plano de Ordenamento da RNPA e do ICNF²⁹⁹.

Para além das listas de atividades criadas pelo ICNF, aconselha-se, para cada área protegida, a elaboração de uma carta de desporto de natureza e o respetivo regulamento onde constem as regras e as orientações relacionadas com as diferentes modalidades, locais, as épocas do ano em que podem ser praticadas e a sua capacidade de carga³⁰⁰, minimizando, assim, os impactos negativos para o meio ambiente³⁰¹. A carta de desporto de natureza funciona, também, como um instrumento de ordenamento, planeamento e gestão da natureza³⁰². A RNPA criou uma carta de desporto da natureza, que se encontra em fase de aprovação pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, com o respetivo regulamento, de acordo com o estipulado no Programa Nacional de Turismo de Natureza. Com base nas características do território e a sustentabilidade do seu uso, consideram-se como atividades de desporto adequadas à RNPA, o pedestrianismo, hipismo, bicicleta todo o terreno na modalidade de cicloturismo e orientação e o turismo de observação³⁰³.

Numa época em cada vez mais se transmite a importância do exercício físico para o ser humano, a RNPA poderia aliar os seus espaços à prática de atividades físicas, como caminhadas ou o *yoga*, dado o seu impacto ambiental mínimo. Estas atividades ao ar livre apresentam diversas vantagens, pois tornam-se benéficas para a saúde, com o exercício do corpo e da mente, e permitem a interação com a natureza.

²⁹⁷ Cfr. *Atividades de Turismo de Natureza – Reserva Natural do Paul de Arzila*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 2 de julho2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/ativ/resource/doc/rmpa-turnat-ativ>.

²⁹⁸ Cfr. *Atividades de Turismo de Natureza – Reserva Natural do Paul de Arzila*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 2 de julho2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/ativ/resource/doc/rmpa-turnat-ativ>.

²⁹⁹ Cfr. *Atividades de Turismo de Natureza – Reserva Natural do Paul de Arzila*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 2 de julho2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/ativ/resource/doc/rmpa-turnat-ativ>.

³⁰⁰ “Este indicador mede a fragilidade do sítio e identifica as suas alterações provocadas pelas atividades turísticas. É normalmente uma medida compósita da qualidade, da quantidade e da sensibilidade do património natural do sítio e da capacidade das construções. O objetivo é o de estimar o número máximo de visitantes, sem perigo para o local, que podem ser recebidos e desenvolver as suas atividades correntes”. Cfr. CUNHA, Licínio – “Introdução ao Turismo”. p. 107.

³⁰¹ Cfr. RODRIGUES, Carla – *O desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer*. p. 5; RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. p. 7.

³⁰² Cfr. RODRIGUES, Carla – *O desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer*. p. 4; RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. p. 10.

³⁰³ RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. p. 53.

O turismo de observação configura outra atividade de baixo impacto ambiental passível de ser exercida em áreas protegidas. Em Portugal existe um crescente número de praticantes deste género de turismo que apresenta vários tipos de observação, como a observação noturna, da flora, de aves, de borboletas. A observação noturna permite a realização de distintas sessões, pois existe uma diversidade de espécies com hábitos noturnos, como aves, borboletas, anfíbios, morcegos, répteis e mamíferos. Embora a observação destas espécies se torne difícil elas podem ser identificadas através dos sons que produzem.

Cada participante deve fazer-se acompanhar dos materiais necessários à prática da atividade, como binóculos e roupa confortável. A necessidade destes materiais é anunciada, previamente, nos meios de divulgação do evento, pela organização. Para algumas destas atividades, como a observação noturna, pode ser cobrada uma taxa de inscrição e imposto um número mínimo e máximo de participantes. Sem listas de inscrição não se consegue prever o número de participantes o que pode originar gastos desnecessários para a RNPA com a realização de um evento, sem participantes. Propõe-se, por isso, a sua aplicação, evitando-se, também, que no dia da realização do evento os organizadores e os participantes não permaneçam, por tempo indeterminado, à espera de outros eventuais participantes.

Dentro do turismo de observação, a dedicada a aves ou *birdwatching* apresenta-se como a atividade com mais praticantes em todo o mundo, pois “*envolve de modo concreto o visitante com uma prática ecológica que antecede e se estende muito além da visitação, exigindo preparo, planeamento e posterior avaliação*”³⁰⁴. Em Portugal, esta atividade também registou um aumento de praticantes, como se pode observar pelo número crescente de entidades que desenvolvem atividades no ramo e pelo Festival de Observação de Aves em Sagres, que conta com cinco edições. Entre as entidades ligadas ao *birdwatching* encontra-se a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)³⁰⁵.

A SPEA organiza, em parceria com o ICNF e com as áreas protegidas, sessões de *Birdwatching* por todo o país, como o *EuroBirdwatch*. Criado pela *BirdLife International*,

³⁰⁴ DIAS, Reinaldo – A biodiversidade como atrativo turístico: o caso do Turismo de Observação de Aves no município de Ubatuba (SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo* [Em linha]. São Paulo. Vol. 4, n.º 1, 2011, pp.111-122. [Consult. 11 de junho 2014]. Disponível em <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/114/67>.

³⁰⁵ A SPEA, fundada a 25 de novembro de 1993, trata-se de uma organização não-governamental sem fins lucrativos que se dedica ao estudo das aves e dos seus habitats. Em 1999 tornou-se parceira da *BirdLife International*. Outras das suas prioridades consistem na sensibilização ambiental e na promoção do *birdwatching*. Cfr. SPEA. SPEA-Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível <http://www.spea.pt/pt/quem-somos/spea/>.

este evento realiza-se na Europa e na Ásia Central³⁰⁶. Em Portugal, a 4 de outubro de 2014, decorreram diversas atividades como palestras e passeios para observação de aves. A RNPA disponibilizou aos participantes deste evento um passeio pela Reserva, para a descoberta da riqueza ornitológica do Paul. A continuação das atividades de *Birdwatching* na RNPA depende do melhoramento dos observatórios e de uma maior divulgação desta atividade, possibilitando a adesão de mais praticantes de *Birdwatching* e a captação de iniciantes nesta atividade.

A observação de borboletas ou *Butterfly Watching* consiste numa atividade recente, contando com muitos praticantes nos Estados Unidos da América e no Norte do México³⁰⁷. Em Portugal, começam a surgir cada vez mais encontros organizados por diversas associações como o Tagis – Centro de Conservação das Borboletas de Portugal³⁰⁸, a Quercus e a Associação Aldeia³⁰⁹. A observação das borboletas contribui para o conhecimento das diferentes espécies e a importância que elas assumem no equilíbrio dos ecossistemas³¹⁰.

A prática desta atividade apresenta-se viável para a RNPA, pois nela habitam várias espécies de borboletas, entre elas, curiosamente, a maior e a mais pequena da Europa, a borboleta-do-medronheiro e a africana-azul, respetivamente³¹¹. Através de parcerias com as associações ambientais, transmite-se conhecimento e desenvolve-se uma divulgação da atividade na RNPA a nível nacional, o que promove a imagem da Reserva, como um importante local para a preservação da natureza, e atrai novos visitantes.

Ligado, também, ao turismo de natureza encontra-se o micoturismo, que se relaciona com a exploração de cogumelos silvestres, considerados como um rendimento adicional para

³⁰⁶ Cfr. SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves – *Milhares de europeus de olho nas aves no EuroBirdwatch 2014* [Em linha]. p. 1. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível http://www.spea.pt/fotos/editor2/ci_eurobirdwatch_20140918.pdf.

³⁰⁷ Nos Estados Unidos da América existem várias associações para o estudo de borboletas como a *North American Butterfly Association* e publicações como a *American Butterflies Magazine*. Criaram-se, também, incentivos para o *Butterfly Gardening*, para observação e estudo. Cfr. SANTOS, Antonio S. R. – *Observação de borboletas (Butterfly watching)* [Em linha]. p. 1. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível <http://www.aultimaarcadenoe.com.br/wp-content/uploads/2011/06/OBSERVA%C3%87%C3%83O-DE-BORBOLETAS-artigo-ASilveira.pdf>.

³⁰⁸ ONGA sem fins lucrativos dedicada à investigação, divulgação e preservação das borboletas e do seu habitat. Cfr. Tagis – Centro de Conservação das Borboletas de Portugal [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível em <http://www.tagis.pt/>.

³⁰⁹ Cfr. A Associação Aldeia nasceu no ano de 2003 e tem como “*objetivo contribuir para um desenvolvimento sustentável, fundamentado na conservação da Natureza e na preservação da Cultura e Tradições que sobrevivem nos meios rurais*”. Cfr. Associação Aldeia [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível em <http://www.aldeia.org/portal/PT/3/default.aspx>.

³¹⁰ GRUPO PORTUCEL SOPORCEL – *Projeto de defesa da biodiversidade: Grupo Portucel Soporcel acolheu Noite Europeia das Borboletas*. [Em linha]. 2008. [Consult. 11 de junho 2015]. Disponível em http://www.portucelsoporcel.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/cfb6e9abaf1ab1ac20194cc7cdf9cd8a.pdf.

³¹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA – *Percursos da Natureza de Coimbra*. p. 83.

as populações rurais. Embora o micoturismo se apresente como uma atividade recente em Portugal, ela mostra uma atração crescente, passível de se verificar no número de praticantes, que se deslocam por todo o país, deixando a colheita de cogumelos de constituir um exclusivo de agricultores e habitantes das zonas rurais³¹². Em variados locais os cogumelos tornaram-se num negócio, dinamizando o comércio local, através do seu cultivo e da sua posterior comercialização e dos produtos deles derivados³¹³.

Existe uma lacuna relativa à legislação que enquadra a atividade micológica. Em 2009 o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas aprovou o Código Florestal, que visava a salvaguarda da floresta e os seus recursos³¹⁴. Nele encontra-se o artigo 64.º que se refere aos recursos micológicos, onde se define as normas relativas à colheita de cogumelos, como as quantidades, os locais e as entidades às quais se deve pedir autorização³¹⁵.

O Código Florestal encontra-se atualmente revogado pela Lei n.º 12/2012 de 13 de março³¹⁶. Com a revogação do Código Florestal regressou-se ao enquadramento legislativo anterior. Este estipula que a recolção de cogumelos “*em áreas/espacos pertencentes a terceiros, sejam públicos ou privados, carecem de autorização prévia dos respectivos proprietários/gestores/administradores, conforme o Código Civil*”³¹⁷. Também a colheita em matas públicas deve-se decorrer de acordo com os Planos de Gestão Florestal das respetivas matas³¹⁸.

Esta atividade não se baseia, apenas, na recolção de cogumelos e na sua degustação. Ela abrange, ainda, os passeios pelas florestas para fotografar diversas espécies e os seus

³¹² Cfr. CASTRO, Susana Maria Carvalho de – *Micoturismo: Enquadramento Estratégico em Áreas Protegidas* [Em linha]. Lisboa: 2009. Tese de Mestrado. p. 24. [Consult. 24 de julho 2015]. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2008>; COSTA, Kelly Minhoz Laranjo – *Micoturismo: uma opção para a Serra da Estrela* [Em linha]. Aveiro: 2010. Tese de Mestrado. p. 52. [Consult. 8 de agosto 2015]. Disponível em <https://ria.ua.pt/handle/10773/3835>.

³¹³ Cfr. COSTA, Kelly Minhoz Laranjo – *Micoturismo: uma opção para a Serra da Estrela*. p. 52-53.

³¹⁴ Cfr. COSTA, Kelly Minhoz Laranjo – *Micoturismo: uma opção para a Serra da Estrela*. p. 58; Decreto-Lei n.º 254/2009. *D.R. I Série*. 186 (24-09-2009). p. 6827. [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/03/05200/0110301103.pdf>.

³¹⁵ Cfr. Decreto-Lei n.º 254/2009. *D.R. I Série*. 186 (24-09-2009). p. 6838.

³¹⁶ Cfr. Lei n.º 12/2012. *D.R. I Série*. 52 (13-03-2012). p. 1103. [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/03/05200/0110301103.pdf>.

³¹⁷ DIREÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL; INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS – *Manual de Boas Práticas de Colheita e Consumo de Cogumelos Silvestres* [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, julho 2013. p. 35. [Consult. 12 de agosto 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/agir/boapratic/resource/doc/man-cogumel-silv>.

³¹⁸ DIREÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL; INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS – *Manual de Boas Práticas de Colheita e Consumo de Cogumelos Silvestres*. p. 35.

habitats³¹⁹. O seu desenvolvimento resulta do aparecimento, por todo o nosso país, de associações micológicas, como a Pantorra, a Miscara e a Ambi – Associação Micológica da Beira Interior. Estas entidades, sem fins lucrativos, apresentam como objetivos principais a promoção do conhecimento científico e técnico dos cogumelos e a promoção da conservação e salvaguarda das diferentes espécies e dos seus habitats³²⁰.

Contudo, na RNPA a colheita de cogumelos encontra-se proibida de acordo com a alínea g) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 219/88 de 27 de junho³²¹. De forma a contornar esta proibição e desenvolver este tipo de turismo na Reserva poder-se-ia criar um jardim micológico semelhante ao *Jardín Micológico y Centro Andaluz de Micología “La Trufa”*. Situado na Andaluzia, a origem deste jardim deve-se à *Consejería de Medio Ambiente y Ordenación del Territorio de la Junta de Andalucía*, tornando-se no único jardim micológico da Europa³²². A sua vertente de uso público e educativa constitui a sua mais-valia³²³. *La Trufa* apresenta como principais objetivos a promoção do conhecimento, potenciar a conservação e fomentar a atividade micológica, através de campanhas de educação ambiental³²⁴.

Para a criação de um jardim micológico na RNPA seria benéfica uma articulação com a Universidade de Coimbra, de forma a mapear um local propício ao estudo da micologia. Utilizando o *Jardín Micológico y Centro Andaluz de Micología “La Trufa”* como exemplo, o jardim da RNPA teria de se encontrar dividido em zonas: uma zona de exposição de cogumelos e outra de cultivo ao ar-livre. No Centro de Interpretação da RNPA podem

³¹⁹ Cfr. COSTA, Kelly Minhoz Laranjo – *Micoturismo: uma opção para a Serra da Estrela*. p. 52.

³²⁰ Cfr. CASTRO, Susana Maria Carvalho de – *Micoturismo: Enquadramento Estratégico em Áreas Protegidas*. p. 25; *Associação Micológica Marifusa*. Miscara [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <http://miscara.blogspot.pt/2007/08/associo-micologica-marifusa.html>; *AMBI – Associação Micológica da Beira Interior*. Miscara [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <http://miscara.blogspot.pt/2007/11/ambi-associo-micologica-da-beira.html>; *A Pantorra – Associação Micológica* [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <http://pantorra.pt/>.

³²¹ “g) Cortar ou colher espécies botânicas não cultivadas, salvo a colheita de bunho feita de forma tradicional pela população local, e introduzir espécies botânicas exóticas de cultivo ou silvestre”. Cfr. DECRETO-LEI n.º 219/88. *D.R. I Série*. 146 (27-6-1988). p. 2619. [Em linha]. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/eventos/dia-rnpa>.

³²² Cfr. *Jardín Micológico y Centro Andaluz de Micología “La Trufa”*. Junta de Andalucía [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.juntadeandalucia.es/medioambiente/site/portalweb/menuitem.7e1cf46ddf59bb227a9ebe205510e1ca/?vgnextoid=d61fa5f197239110VgnVCM1000000624e50aRCRD&vgnnextchannel=c134e6f6301f4310VgnVCM2000000624e50aRCRD&rating=5>.

³²³ Cfr. *Jardín Micológico y Centro Andaluz de Micología “La Trufa”*. Junta de Andalucía [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.juntadeandalucia.es/medioambiente/site/portalweb/menuitem.7e1cf46ddf59bb227a9ebe205510e1ca/?vgnextoid=d61fa5f197239110VgnVCM1000000624e50aRCRD&vgnnextchannel=c134e6f6301f4310VgnVCM2000000624e50aRCRD&rating=5>.

³²⁴ Cfr. *Jardín Micológico y Centro Andaluz de Micología “La Trufa”*. Junta de Andalucía [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.juntadeandalucia.es/medioambiente/site/portalweb/menuitem.7e1cf46ddf59bb227a9ebe205510e1ca/?vgnextoid=d61fa5f197239110VgnVCM1000000624e50aRCRD&vgnnextchannel=c134e6f6301f4310VgnVCM2000000624e50aRCRD&rating=5>.

decorrer sessões de Educação Ambiental dedicadas à micologia e uma exposição sobre o tema.

3.5. Novas Tecnologias

A utilização das novas tecnologias possibilita a modernização dos meios interpretativos da RNPA e, conseqüentemente, influencia a obtenção de novos públicos. A RNPA deve adaptar-se às mudanças ocorridas a nível tecnológico, adotando novos meios para efetuar a comunicação, todavia a falta de verbas não permite que se consiga proceder a esse desenvolvimento. Para a concretização de algumas das seguintes propostas impõem-se a realização de parcerias com instituições educativas que apresentem nos seus planos de estudo cursos ligados à informática e ao design e multimédia³²⁵.

Como complemento à sinalética podem utilizar-se os áudio-guias. Em Portugal existem empresas especializadas no ramo, porém a sua contratação torna-se dispendiosa. A alternativa encontra-se numa plataforma gratuita e de simples utilização denominada de *Audite*³²⁶. Esta plataforma permite, através de um registo de utilizador, o *upload* de ficheiros áudio com a descrição do património existente. Após o *upload*, os conteúdos ficarão disponíveis para que o visitante consiga usufruir dos mesmos. Para isso ele deverá efetuar o *download* da aplicação, através do *Google Play*, para o seu dispositivo móvel, *smartphone* ou *tablet*, e repetir o mesmo processo com o ficheiro áudio.

Esta aplicação apresenta vantagens e desvantagens. Para além da vantagem da sua gratuitidade, a utilização da aplicação não depende totalmente da ligação à *Internet*, necessária apenas nos processos de *upload* e *download*, tornando-se desnecessária para a audição dos ficheiros áudio. A sua desvantagem consiste no facto de encontrar somente disponível para sistemas operativos *Android*, ainda não se verificando a sua compatibilidade com o sistema operativo *IOS*.

A gravação dos ficheiros áudio compete à RNPA. Esta gravação deve respeitar uma comunicação simples e fluída, de forma a não se tornar maçadora para o ouvinte, de acordo com o percurso interpretativo da Reserva Natural. A

³²⁵ Exemplos dessas instituições são: a Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, a Escola Superior de Educação, o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, Escolas Secundárias, o Instituto Técnico, Artístico e Profissional de Coimbra e a Associação Diogo Azambuja de Montemor-o-Velho.

³²⁶ Audite – Plataforma Gratuita Online de Áudio-Guias [Em linha]. [Consult. 9 de maio 2015]. Disponível em <http://audite.dll.pt/>.

RNPA pode optar pela gravação dos ficheiros em diversas línguas, de modo a alcançar o eventual público estrangeiro. Para além da gravação, a RNPA deve proceder à divulgação deste novo complemento à visita ao Paul, de forma a cativar mais visitantes.

Como forma de combater o uso de informação excessiva nos quadros interpretativos ao longo do percurso pedestre, a utilização de Códigos QR³²⁷, nesses quadros, pode apresentar-se como uma solução viável. Assim os visitantes podem recorrer a informação adicional sobre a Reserva através do seu telemóvel.

O Código QR consiste num código de barras bidimensional criado pela empresa Japonesa Denso-Wave, em 1994, e que pode ser lido através do telemóvel, desde que este integre uma câmara fotográfica e de um *software* específico para a leitura de Códigos QR³²⁸. Esta aplicação permite a focalização do código, através da câmara fotográfica, e de seguida, este descodifica-se e traduz-se em informação que se armazena no dispositivo móvel do visitante³²⁹.

A utilização desta tecnologia apresenta duas vantagens importantes. A primeira prende-se com a sua acessibilidade, dado que, a maioria das pessoas, atualmente, possui acesso à *Internet* no seu telemóvel recorrendo à utilização de dados móveis. A segunda vantagem relaciona-se com aspetos económicos e com a sustentabilidade ambiental, pois a descodificação do código não requer a utilização de papel e tinta, apenas requer o uso do telemóvel³³⁰.

Outra proposta consiste numa aplicação para *smartphones* e *tablets* à semelhança das aplicações *E-guide* e *À Reconquista* criadas pela Rede de Castelos e Muralhas do Mondego. Estas aplicações permitem traçar um roteiro turístico de acordo com os interesses do utilizador e o local onde este se encontra, ao mesmo tempo que se obtêm fotografias e informações sobre o património e o comércio local. Nestas aplicações disponibilizam-se, também, jogos interativos, proporcionando-se experiências lúdicas³³¹.

³²⁷ Em inglês *Quick Response Code*.

³²⁸ Cfr. OKADA, Sionara Ioco; SOUZA, Eliane Moreira Sá de – Estratégias de Marketing Digital na Era da Busca. *REMark – Revista Brasileira de Marketing* [Em linha]. Vol. 10, n.º 1 (jan./abr. 2011), p. 60. [Consult. 4 de março 2015]. Disponível em http://revistabrasileirmarketing.org/ojs2.2.4/index.php/remark/article/viewFile/2199/pdf_41.

³²⁹ Cfr. OKADA, Sionara Ioco; SOUZA, Eliane Moreira Sá de – Estratégias de Marketing Digital na Era da Busca. p. 60-61.

³³⁰ Cfr. OKADA, Sionara Ioco; SOUZA, Eliane Moreira Sá de – Estratégias de Marketing Digital na Era da Busca. p. 62.

³³¹ Cfr. *E-guide*. Castelos e Muralhas do Mondego [Em linha]. [Consult. 8 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/e-guide>; *À Reconquista*. Castelos e Muralhas do Mondego

A aplicação da RNPA deve colocar à disposição dos utilizadores visitas interativas e jogos relacionados com o Paul. As visitas interativas servem de complemento ao percurso interpretativo existente na RNPA e, posteriormente, aos percursos propostos na *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*, aquando a sua aprovação, fornecendo conhecimento sobre as características do património natural e cultural a ele agregado. Proporciona-se, igualmente, aos utilizadores informações sobre como chegar à Reserva e onde pernoitar, prevendo-se um possível desenvolvimento do comércio local ou o surgimento de negócios ligados ao património natural e cultural.

Outra proposta consiste na criação de uma Rede dos Paus do Baixo Mondego, devido às características semelhantes que apresentam. Esta Rede deve funcionar como mecanismo de auxílio à promoção, salvaguarda e conservação da biodiversidade das três zonas húmidas. Para o pleno funcionamento da Rede dos Paus do Baixo Mondego necessita-se de um Centro de Interpretação, para realização e promoção de ações de valorização do património natural e a conceção de atividades turísticas, como desportos de natureza, atividades lúdicas e visitas guiadas ou através de áudio-guias ou da aplicação para *smartphones* e *tablets*. A Rede pode contribuir, também, para o surgimento de estudos ou projetos sobre os Paus.

3.6. Divulgação

Os meios de comunicação, servindo de veículo para a promoção e para a divulgação do património em estudo, podem solucionar a lacuna publicitária presente na RNPA. Estes meios de comunicação podem efetuar-se a nível regional e a nível global, através dos jornais e da *Internet*. Encontram-se breves menções à RNPA na *Internet*, em sítios dedicados ao turismo e ao ambiente. Os sítios das autarquias e dos municípios, em que a Reserva Natural se insere, fornecem informações sobre as características do local e sobre o que se pode encontrar. Considera-se que a página da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho apresenta a informação mais completa, pois para além das características do Paul e do que lá existe, também, se disponibiliza informação de como chegar à Reserva Natural, entre outras informações³³².

Nos três concelhos em que a RNPA se insere existem diversos periódicos. O estabelecimento de contactos com redações de jornais de forma a possibilitar a criação de artigos, que valorizem o património natural e a sua importância, ou,

[Em linha]. [Consult. 8 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/a-reconquista>.

³³² Cfr. Paul de Arzila. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho [Em linha]. [Consult. 2 de julho 2015]. Disponível em http://www.cm-montemorvelho.pt/paul_arzila.htm.

então, um anúncio publicitário, que funcione como um convite a visitar o local e forneça informação sobre eventuais atividades e iniciativas ligadas à RNPA.

A utilização da *Internet* para a divulgação e promoção do património torna-se bastante efetiva devido à sua capacidade de alcance. Uma das opções centra-se no desenvolvimento de uma *mailing list* para a difusão de uma *newsletter* criada pela RNPA em colaboração com a Associação dos Amigos do Paul de Arzila (AAPA) e as Juntas de Freguesia.

Esta deverá conter a descrição acompanhada de fotografias das atividades realizadas, artigos criados e cedidos por colaboradores e informação de futuros eventos. Para a sua criação poderá recorrer-se a serviços gratuitos disponíveis na *Internet*, como a *TinyLetter*. Este serviço direcionado para pequenas empresas permite a rápida edição e formatação de textos e uma opção de arquivo, onde poderão ser guardadas todas as *newsletters* criadas³³³.

Outra opção consiste na criação de sítios na *Web*, contudo não se considera a melhor opção, pois implica a necessidade de financiamento para a sua criação e para a sua manutenção. A opção com maior viabilidade passa por uma intervenção nas redes sociais. Hoje em dia as redes sociais apresentam-se como a ferramenta de comunicação e divulgação mais utilizada globalmente³³⁴. Segundo o estudo *Os Portugueses e as Redes Sociais: Análise Sobre o Comportamento dos Portugueses nas Redes Sociais e Sobre o Buzz Social de Marcas*, realizado pela *Marktest Counsoulting* em 2014, estima-se que o *Facebook* é a rede social mais utilizada pelos portugueses, atingindo 96% dos utilizadores de redes sociais³³⁵.

A criação de uma página da RNPA no *Facebook* torna-se benéfica para a Reserva. Servindo como elo de ligação entre o Paul e a população, nela deve estar presente uma descrição das características do património natural e cultural existente nas três freguesias. Nesta página pode-se fornecer informação que motive o público e divulgar as atividades futuras, levadas a cabo pela Reserva,

³³³ PEREIRA, João Pedro – Criar uma *Newsletter* em Poucos Minutos. *Público* [Em linha]. (21 de janeiro de 2014). [Consult. 11 de novembro 2015]. Disponível em <http://www.publico.pt/tecnologia/noticia/para-criar-newsletter-poucos-minutos1620456>.

³³⁴ Cfr. CARDOSO, Danilo Pessoa – As Redes Sociais como Ferramentas de Divulgação de Eventos. *Fasci-Tech* [Em linha]. São Caetano do Sul, Vol. 1, n.º 5 (Out/Dez 2011). p. 31. [Consult. 16 de maio 2015]. Disponível em <http://www.fatecsaocaetano.edu.br/fascitech/index.php/fascitech/article/view/45/44>.

³³⁵ Cfr. Grupo Marktest – *Os Portugueses e as Redes Sociais: Análise Sobre o Comportamento dos Portugueses nas Redes Sociais e Sobre o Buzz Social de Marcas*. [Em Linha]. Lisboa, 2014. p. 2. [Consult. 16 de maio 2015]. Disponível em http://www.marktest.com/wap/private/images/logos/Folheto_redes_sociais_2014.pdf.

com a posterior publicação de fotografias dessas atividades, estimulando novas visitas. Ao mesmo tempo serve de local onde os utilizadores e participantes podem deixar as suas opiniões e sugestões, para que a Reserva consiga renovar os seus serviços e programas.

A página oficial da RNPA no *Facebook* poder-se-ia utilizar para a escolha da “Espécie do Mês”. Esta atividade desenvolve-se frequentemente nos museus, onde se seleciona uma peça e se efetua a sua caracterização e contextualização. Para desenvolver esta atividade a RNPA escolheria, todos os meses, uma espécie faunística ou florística do Paul e divulgaria as suas características e o seu habitat, permitindo o conhecimento mais detalhado sobre as diferentes espécies.

3.7. Associação dos Amigos do Paul de Arzila

Propõe-se a reaproximação da população ao Paul como uma medida urgente e complementar, às medidas apresentadas anteriormente. Esta meta, necessariamente resultado de uma união de esforços, auxiliada pela reativação AAPA, contribuiria para a proteção e preservação do Paul e das tradições a ele agregadas.

A AAPA surgiu após a criação da Reserva Natural com o objetivo de defender os “valores do Paul, dado o enorme potencial deste para a comunidade e o seu desaproveitamento pelas instituições públicas”³³⁶. A partir do seu nascimento, realizaram-se reuniões com o ICN e procurou-se estabelecer parcerias locais para levar a cabo projetos para aplicação nas freguesias, procurando reforçar a ligação destas ao património em causa³³⁷. As suas ações não atingiram, porém, os seus objetivos, o que contribuiu para a estagnação da Reserva³³⁸.

Esta Associação lançou uma publicação intitulada *Olhos d’Água*, que publicava notícias sobre o Paul, a Reserva e a freguesia, divulgando os acontecimentos positivos e negativos e procurando, também, alertar para a preservação do património comum³³⁹.

³³⁶ PINHO, João Carlos Santos – Freguesia de Arzila: o Paúl e a Comunidade. Seis Séculos de História. p. 297.

³³⁷ Cfr. PINHO, João Carlos Santos – Freguesia de Arzila: o Paúl e a Comunidade. Seis Séculos de História. p. 297-298.

³³⁸ Cfr. PINHO, João Carlos Santos – Freguesia de Arzila: o Paúl e a Comunidade. Seis Séculos de História. p. 298.

³³⁹ Cfr. PINHO, João Carlos Santos – Freguesia de Arzila: o Paúl e a Comunidade. Seis Séculos de História. p. 298.

Com a reativação da AAPA deseja-se reforçar o papel desta na valorização do património natural e cultural do Paul. Para isso ambiciona-se a captação de sócios a nível local e regional que, através de cotas mensais ou anuais e em colaboração estreita com a RNPA, contribua para desenvolver e produzir atividades ou projetos para os visitantes e para a população envolvente, de forma a garantir a sua integração nas ações desenvolvidas.

Outro projeto baseia-se na criação de um livro de memórias e de um documentário, com entrevistas e histórias cedidas por habitantes. O objetivo deste projeto centra-se na partilha das memórias relacionadas com a vida no Paul, não somente da população de Arzila, como também das populações de Anobra e Pereira, de forma a originar uma nova relação com a RNPA. O desenvolvimento do livro de memórias não prescinde da obtenção de parcerias entre a AAPA, as Juntas de Freguesia e outras entidades para a angariação de possíveis apoios e patrocínios. Para a realização do documentário poder-se-ia efetuar parcerias com cursos de design e multimédia que têm abraçado desafios de valorização patrimonial. Após a concretização do projeto pretende-se a comercialização do livro em vários locais, como o Centro de Interpretação da RNPA, as Juntas de Freguesia e locais dedicados ao turismo, e o visionamento do documentário na RNPA.

3.8. Propostas de Atividades no Âmbito da Educação Ambiental

Juntamente com as ações de manutenção e promoção, a RNPA deve proceder a uma diversificação de programas e atividades. Estas podem aliar-se com a prática da Educação Ambiental e de ações de sensibilização. Tratando-se de um conceito que solicita o envolvimento dos cidadãos nas problemáticas ambientais do seu meio, a concretização da Educação Ambiental apresenta importantes finalidades³⁴⁰. A sua finalidade definiu-se na *Carta de Belgrado de 1975*³⁴¹ e, posteriormente, na *Conferência de Tbilissi de 1977*³⁴².

³⁴⁰ Cfr. GONÇALVES, Fernando [et al.] – *Atividades Práticas em Ciência e Educação Ambiental*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007. p. 24; OLIVEIRA, Luís Filipe – *Educação Ambiental: Guia Prático para Professores, Monitores e Animadores Culturais e de Tempos Livres*. p. 7.

³⁴¹ *Carta de Belgrado de 1975*: “A finalidade da EA é desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e os problemas com ele relacionados, e que tenha os conhecimentos, capacidades, atitudes, motivações e o sentido de compromisso que lhe permita trabalhar individual e coletivamente na procura de soluções dos problemas ambientais atuais e futuros”. Cfr. GONÇALVES, Fernando [et al.] – *Atividades Práticas em Ciência e Educação Ambiental*. p. 26.

³⁴² *Conferência de Tbilissi de 1977*: “O desenvolvimento de uma tomada de consciência em relação ao ambiente e à interdependência económica política e ecológica do mundo moderno de modo a estimular o sentido de responsabilidade e de solidariedade entre nações para que os problemas ambientais graves que se colocam a nível mundial possam ter uma resolução”. Cfr. GONÇALVES, Fernando [et al.] – *Atividades Práticas em Ciência e Educação Ambiental*. p. 26.

Os objetivos propostos pelas Nações Unidas para a Educação Ambiental consistem na “*tomada de consciência e sensibilização para o ambiente*” de forma a auxiliar as pessoas na consciência do ambiente global e dos problemas a ele agregados; na “*aquisição de conhecimentos necessários*” para a compreensão do ambiente e da sua relação com o Homem; na “*aquisição e desenvolvimento de atitudes*” incentivando o interesse pelo ambiente e pela tarefa de o conservar e melhorar; na “*aquisição e desenvolvimento de competências*” de forma a tornar operativos os conhecimentos e as atitudes adquiridas, através de ações sobre o ambiente; e no “*desenvolvimento de uma participação activa na resolução de questões ambientais*”³⁴³.

Atualmente deparamo-nos com vários problemas ambientais e para eles procuram-se soluções a curto prazo e a longo prazo³⁴⁴. As medidas a curto prazo resultam, muitas vezes, em atitudes drásticas por não se recorrer ao uso da Educação Ambiental; já as segundas, a longo prazo, resultam da prática da Educação Ambiental como medidas de prevenção³⁴⁵.

A Educação Ambiental tem de ser instruída nas escolas e no dia a dia dos cidadãos, para que estes pratiquem as suas ações com o menor impacto possível³⁴⁶. Esta educação pode efetuar-se com recurso a vários materiais e atividades, como livros, folhetos, exposições e percursos pelas áreas protegidas³⁴⁷, adaptados ao tipo de público a que se destinam. Assim, a Educação Ambiental “*deve ser entendida como uma educação permanente e geral, atenta às mudanças que se sucedem num mundo submetido a rápidas transformações*”³⁴⁸.

Para a concretização de sessões de Educação Ambiental, deve proceder-se à criação de um serviço educativo na RNPA. Este serviço, dirigido para o público escolar e geral, serve para a transmissão de conhecimentos sobre as atitudes que o ser humano deve tomar em relação ao seu meio ambiente, desenvolvendo ações de sensibilização e outras atividades, em seguida descritas.

³⁴³ GONÇALVES, Fernando [et al.] – *Atividades Práticas em Ciência e Educação Ambiental*. p. 26-27; ANTÓNIO CARIDE, José; ÁNGEL MEIRA, Pablo – *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. p. 178.

³⁴⁴ Cfr. OLIVEIRA, Luís Filipe – *Educação Ambiental: Guia Prático para Professores, Monitores e Animadores Culturais e de Tempos Livres*. p. 7.

³⁴⁵ OLIVEIRA, Luís Filipe – *Educação Ambiental: Guia Prático para Professores, Monitores e Animadores Culturais e de Tempos Livres*. p. 7.

³⁴⁶ LEÃO, Carla [et al.] – *Educação Ambiental e Cidadania. Contributo para uma Reflexão Consciente* [Em linha]. Lisboa: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2011. p. 3-4. [Consult. 8 de junho 2015]. Disponível em http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/populacao-e-prospectiva/educacao-ambiental-e-cidadania.-contributo-para-uma-reflexao-consciente/publicaassapso-cepese_educassapso-ambiental-pdf.

³⁴⁷ OLIVEIRA, Luís Filipe – *Educação Ambiental: Guia Prático para Professores, Monitores e Animadores Culturais e de Tempos Livres*. p. 17-24.

³⁴⁸ ANTÓNIO CARIDE, José; ÁNGEL MEIRA, Pablo – *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. p. 180.

As ações de sensibilização podem auxiliar na resolução dos conflitos existentes entre a RNPA e as populações, que muitas vezes não têm consciência dos valores naturais e culturais existentes ao seu redor³⁴⁹. Para a realização de sessões de sensibilização e de Educação Ambiental convém estabelecer protocolos com diversas entidades. Com a parceria entre o serviço educativo da RNPA e o Núcleo Regional de Coimbra da Quercus torna-se possível o desenvolvimento de sessões de Educação Ambiental. A Quercus realiza sessões de sensibilização que visam educar os cidadãos para uma vida sustentável com respeito pelo ambiente³⁵⁰. Para isso a Quercus utiliza diversos métodos, como oficinas, formações, passeios, materiais didáticos e jogos³⁵¹.

A RNPA pode desenvolver sessões à semelhança do *Projeto Quinta de Educação e Ambiente*. Este projeto, que se dirige ao primeiro ciclo do Ensino Básico e aos Jardins de Infância, iniciou a sua atividade no ano de 2000 com parcerias com o Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo, a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, o Instituto das Comunidades Educativas, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e a Junta de Freguesia de Vila Nova de Santo André³⁵². O seu principal objetivo é despertar a sensibilidade das crianças para a valorização e conhecimento do património natural e cultural da Reserva Natural³⁵³. O projeto a aplicar na RNPA direcionar-se-ia para outros ciclos do Ensino Básico e, também, ao Ensino Secundário, estabelecendo acordos com o ICNF, Juntas de Freguesia, as Câmaras Municipais e com as escolas da região.

Também direcionado às escolas pode-se utilizar como exemplo as palestras criadas pelo Parque Natural da Madeira³⁵⁴. Ao dispor dos alunos encontram-se variados temas alusivos à diversidade de espécies existentes no parque. A RNPA pode desenvolver palestras semelhantes, vocacionadas para o conhecimento e estudo das espécies existentes no Paul e outros temas pertinentes.

³⁴⁹ Cfr. SILVA, Carlos Pereira da – Áreas Protegidas em Portugal: Que papel? Conservação *versus* desenvolvimento. *GeolNova* [Em linha]. n.º 2 (2000). p. 41-42. [Consult. 8 de junho 2014]. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n2-2.pdf>.

³⁵⁰ Cfr. *Educação*. Educação e Formação [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível <https://quercuseduca.wordpress.com/educacao/>.

³⁵¹ Cfr. *Educação*. Educação e Formação [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível <https://quercuseduca.wordpress.com/educacao/>.

³⁵² Cfr. *Projeto Quinta de Educação e Ambiente*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/gloablnews/projeto-quinta-de-educacao-e-ambiente>.

³⁵³ Cfr. *Projeto Quinta de Educação e Ambiente*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/gloablnews/projeto-quinta-de-educacao-e-ambiente>.

³⁵⁴ Cfr. *Programa de Educação Ambiental*. Serviço do Parque Natural da Madeira: Conservação da Biodiversidade [Em linha]. [Consult. 23 de junho 2015]. Disponível em http://www.pnm.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=56&lang=pt.

Outra opção centra-se no trabalho do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana (GNR). Com o crescente interesse pela defesa, preservação e conservação da natureza e do meio ambiente, a GNR criou o SEPNA, pois ela apresenta condições para combater as agressões do ambiente, devido à sua presença por todo o país, resultando num maior poder de intervenção num curto espaço de tempo³⁵⁵. As sessões de sensibilização do SEPNA dirigem-se a adultos e, também, a crianças e jovens.

O SEPNA assume como principais missões de atuação o zelo pelo cumprimento da legislação e regulamentação referentes à conservação e proteção da natureza e do meio ambiente; a coordenação da atividade de prevenção, vigilância e deteção de incêndios florestais e de outras agressões ao meio ambiente; a cooperação com entidades públicas e privadas; a promoção e colaboração na execução de ações de formação, sensibilização, informação e Educação Ambiental e a realização de ações de vigilância e de fiscalização³⁵⁶.

Também se pode associar à Educação Ambiental a existência de inúmeros dias comemorativos relacionados com o ambiente e a natureza, como o dia da árvore ou o dia da água. Estes dias possibilitam a criação de atividades lúdicas e eventos, como colóquios, *workshops* e concursos. Estas iniciativas pretendem funcionar como campanhas de sensibilização e consciencialização para a importância do ambiente e destinam-se ao público escolar e ao público em geral.

Dado que no âmbito do público que visita a RNPA o escolar detém o maior peso, torna-se crucial a manutenção deste público e para isso urge criar novas atividades direcionadas aos diferentes graus do sistema educativo, à semelhança do Parque Natural da Madeira. O Parque Natural da Madeira desenvolveu, para o pré-escolar, ateliers com diferentes temas, como “*Conheces o lobo-marinho?*” e “*Quem é a freira-do-bugio?*”³⁵⁷. O programa destes ateliers baseia-se na projeção de slides, visionamento de vídeos e realização de trabalhos manuais de acordo com as temáticas³⁵⁸.

A RNPA pode desenvolver ateliers semelhantes aos referidos, adaptando-os para o conhecimento e estudo das espécies existentes no Paul. As atividades propostas devem

³⁵⁵ Cfr. *A GNR a Agir!*. Guarda Nacional Republicana [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível <http://www.gnr.pt/default.asp?do=5r20n/DE.5v67n1/fv67n1>.

³⁵⁶ Cfr. *A GNR a Agir!*. Guarda Nacional Republicana [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível <http://www.gnr.pt/default.asp?do=5r20n/DF.zv55n1/Zv55n1>.

³⁵⁷ Cfr. *Programa de Educação Ambiental*. Serviço do Parque Natural da Madeira: Conservação da Biodiversidade [Em linha]. [Consult. 23 de junho 2015]. Disponível em http://www.pnm.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=56&lang=pt.

³⁵⁸ Cfr. *Programa de Educação Ambiental*. Serviço do Parque Natural da Madeira: Conservação da Biodiversidade [Em linha]. [Consult. 23 de junho 2015]. Disponível em http://www.pnm.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=56&lang=pt.

possibilitar a sua execução na RNPA e nas escolas, através do estabelecimento de um protocolo com diversas entidades educativas. As atividades desenvolver-se-iam pelos técnicos da RNPA e pelos professores, numa prévia abordagem aos temas.

Na RNPA pode-se criar momentos dedicados à leitura de contos infantis. Direcionados para as crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo, os contos infantis resultam como forma de transmissão de conhecimentos e de valores, para além da sua finalidade recreativa³⁵⁹. Muitos contos baseiam-se em situações reais, pois os seus autores buscam inspirações em elementos da natureza e na relação que o Homem estabelece com ela³⁶⁰. A audição e a leitura de contos infantis contribuem para o desenvolvimento das competências das crianças, como o estímulo à criatividade, o desenvolvimento da memória, da capacidade de atenção e de compreensão, apuramento da inteligência, alargamento do léxico e do conhecimento sobre a natureza e o desenvolvimento da socialização da criança³⁶¹.

Para que as crianças desenvolvam o contacto com a natureza as atividades ao ar livre tornam-se benéficas. Numa escola da Califórnia os alunos decidiram que o pátio da escola merecia atenção, pois tratava-se de um pátio em alcatrão³⁶². Este pátio dividiu-se em três partes para a realização de atividades lúdico-pedagógicas e uma delas destinou-se à conservação da natureza, onde as crianças plantaram árvores, flores, relva e uma horta³⁶³. Na Reserva poderia disponibilizar-se uma área onde as crianças contactassem com o meio ambiente, através da aprendizagem e plantação de espécies autóctones.

Os jogos de carácter pedagógico constituem uma boa atividade para as crianças e jovens. A comprovar encontra-se o fato de a RNPA colocar à disposição dos visitantes um *puzzle* com ilustrações de animais e, segundo os dados fornecidos, as crianças mostram bastante interesse por este jogo³⁶⁴. A vantagem dos jogos pedagógicos consta na sua fácil adaptação às distintas idades dos visitantes. Podem ser criados diversos jogos, como labirintos e palavras cruzadas, adaptados ao Paul.

Devido ao interesse no *puzzle* por parte das crianças, pensa-se que a manutenção da prática deste jogo se torna importante. Dever-se-ia criar novos *puzzles* com materiais diferentes, como a madeira. Este material torna as peças mais resistentes, aumentando a sua durabilidade. Para a criação dos *puzzles* contribuiria o auxílio de artesãos ou das escolas, nas

³⁵⁹ Cfr. ALMEIDA, António – *Abordar o Ambiente na Infância*. Lisboa: Universidade Aberta, 2002. p. 140.

³⁶⁰ Cfr. ALMEIDA, António – *Abordar o Ambiente na Infância*. p. 142.

³⁶¹ Cfr. ALMEIDA, António – *Abordar o Ambiente na Infância*. p. 140-141.

³⁶² Cfr. THE EARTHWORKS GROUP – *50 Coisas Simples que as Crianças Podem Fazer para Salvar Terra*. 3.^a edição. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. p. 200.

³⁶³ Cfr. THE EARTHWORKS GROUP – *50 Coisas Simples que as Crianças Podem Fazer para Salvar Terra*. p. 200.

³⁶⁴ Cfr. Fig. 30, Anexos, p. 102.

unidades curriculares de Educação Visual e Tecnológica. Os jogos de tabuleiro mostram-se muito eficazes, aliando o divertimento com o conhecimento. Aqui as crianças divertem-se a jogar ao avançar e recuar nas casas, ao mesmo tempo que respondem a perguntas relacionadas com a natureza, o ambiente e o Paul.

A Associação dos Amigos do Parque Biológico Municipal de Vila Nova de Gaia editou um livro dedicado aos jogos relacionados com a Educação Ambiental³⁶⁵. A adaptação desses jogos para RNPA funcionaria como um novo atrativo para as crianças que visitam a Reserva. Entre os jogos descritos no livro, destacam-se o jogo das apresentações e o jogo do passeio da confiança. O primeiro, como forma de desinibir as crianças, incentiva cada das crianças a apresentar-se e de seguida dizer um nome de um animal ou planta começado pela mesma letra do seu nome próprio, como por exemplo: Sara – Sapo³⁶⁶. O segundo jogo consiste em utilizar os sentidos do tato, da audição e do olfato³⁶⁷. As crianças devem formar grupos de dois. Uma venda os olhos enquanto a outra serve de guia³⁶⁸. De mãos dadas uma criança guiará a outra, afastando-a dos obstáculos e aproximando-a de objetos que vão encontrando pelo caminho, como cascas de árvores, pedras, folhas, para os identificar através do tato ou do olfato³⁶⁹.

Direcionado e adaptado a todos os anos escolares, sugere-se a realização de um *Peddy Paper*. Este jogo decorreria ao longo de todo o percurso da RNPA, onde se encontrariam desafios, como perguntas e jogos, a resolver no menor tempo possível. Os desafios devem relacionar-se com a RNPA, pelo que se torna necessário que exista um conhecimento do património do Paul por parte dos participantes. Esse conhecimento pode adquirir-se, previamente, nas escolas ou com as explicações fornecidas pelos guias da RNPA.

Propõe-se a criação da “Semana do Ambiente” direcionada às escolas, a decorrer uma vez por ano. Nesta semana abordar-se-ia a temática do Ambiente, visando a formação dos alunos nas questões ambientais globais e, também, nas questões ligadas às zonas húmidas, como o Paul. A participação nesta semana deve efetuar-se através da inscrição das escolas, para se conseguir adaptar os programas aos respetivos ciclos de ensino.

Durante a “Semana do Ambiente” decorreria a “Oficina Arte e Natureza”. Para a realização desta oficina pode recorrer-se a protocolos com a Associação Recreativa Coimbra Artística (ARCA) e a Escola Universitária das Artes de Coimbra (EUAC). A criação de

³⁶⁵ *JOGOS de Educação Ambiental*. Vila Nova de Gaia: Associação dos Amigos do Parque Biológico Municipal, 2000.

³⁶⁶ *JOGOS de Educação Ambiental*. p. 1.

³⁶⁷ *JOGOS de Educação Ambiental*. p. 2.

³⁶⁸ *JOGOS de Educação Ambiental*. p. 2.

³⁶⁹ *JOGOS de Educação Ambiental*. p. 2.

oficinas dirigidas a crianças e jovens são um meio de divertimento e aprendizagem em diversas áreas. Esta oficina abarca um conjunto de atividades destinadas aos diferentes ciclos escolares. Para os alunos do primeiro ciclo e do segundo ciclo as atividades visam promover a aprendizagem da reciclagem e reutilização de materiais produzindo novos objetos. Aqui praticam-se diversas técnicas como a pintura e a colagem, a reciclagem de papel e a técnica de origami, sob a temática da natureza. Para os alunos do terceiro ciclo e Secundário as atividades devem mostrar outra responsabilidade e sensibilidade, através do visionamento de documentários ligados à Natureza, à sua importância, aos seus problemas e soluções.

Para as crianças e jovens torna-se interessante explicar que a natureza funciona como um dos principais meios de inspiração para o ser humano no desenvolvimento das suas manifestações artísticas, apresentando-se vários artistas e as suas obras, desde as pinturas rupestres à *Land Art* protagonizada por artistas como Robert Smithson.

Numa vertente mais ligada ao Paul e à sua matéria-prima principal, os participantes podem desenvolver diversos objetos utilizando o bunho e aprender a manufatura das esteiras e da cestaria. Esta atividade direciona-se a todos os anos escolares de modo a transmitir o património cultural inerente ao Paul.

Direcionados para o público geral, os colóquios apresentam-se como uma importante proposta, que apesar da sua vertente mais teórica, podem resultar num meio de atração de visitantes com interesses distintos e que pretendam adquirir conhecimento sobre diferentes áreas, como por exemplo as Universidades Seniores. Embora os colóquios se destinem ao público geral, pretende-se que parte integrante do seu público se constitua por pessoas das freguesias envolventes da RNPA, com o objetivo de efetuar uma reaproximação ao Paul.

Para a concretização destes colóquios convém realizar protocolos com diferentes departamentos da Universidade de Coimbra, como o Departamento de Ciências da Vida e o Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC) e o Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Após a concretização das parcerias proceder-se-ia ao convite de oradores, destes Departamentos, especializados com o tema do colóquio. A RNPA pode oferecer uma panóplia de temas de colóquios bem para além dos ambientais, como os temas históricos ou arqueológicos. De acordo com estas temáticas propõem-se a realização de dois colóquios, um sobre a presença romana e outro sobre a presença islâmica no Baixo Mondego. Para além do relato da história destas civilizações apresentar-se-ia o seu modo de vida e costumes, bem como, as suas manifestações artísticas.

Antes dos colóquios pontuais referidos acima, considera-se vital a realização de um colóquio que exponha todas as problemáticas ligadas ao Paul, a decorrer no Dia da Reserva a 27 de junho. Este colóquio abordaria a importância da proteção e preservação do património natural, com foco na RNPA. Intitulado de “Encontro pelo Paul”, ele destinar-se-ia essencialmente às populações, outrora “donas” do Paul, pois nota-se uma falta de reconhecimento da importância das zonas húmidas e dos seus valores naturais.

Este evento ambiciona alertar e sensibilizar para a necessidade de salvaguarda do Paul e deseja, igualmente, reconciliar a RNPA e as populações envolventes, permitindo que ambas as partes exponham as suas opiniões num formato de debate, de forma a encontrar possíveis soluções para alguns problemas. O evento ofereceria uma diversidade de programas, como uma visita guiada pelo Paul e, também, a apresentação de temas pertinentes, como o processo que conduziu à classificação da Reserva, a riqueza da fauna e flora, os pontos positivos e negativos da RNPA e a relação das populações com a RNPA.

Para além de iniciativas centradas no património natural, pode e deve, igualmente, abordar-se o património cultural, criando colóquios específicos. Propõe-se a realização de um designado “Atividades Artesanais em Extinção”. Este colóquio, com duração de dois dias dividir-se-ia em duas partes, “Atividades Artesanais em Extinção – Esteiras e Cestaria” e “Atividades Artesanais em Extinção – Pesca Artesanal”, dirigindo-se a toda a população e a visitantes que procurem o contacto com as antigas técnicas artesanais. O quadro de oradores deveria integrar artesãos, que procederiam ao relato da vida de trabalho no Paul e à descrição da sua arte, conferindo e relembrando o seu papel importante para o Paul e para o desenvolvimento destas atividades artesanais. Juntamente com este colóquio e de modo a diversificar o género de visitas guiadas aventa-se a realização de visitas guiadas efetuadas pelos antigos trabalhadores do Paul. Durante a visita estes poderiam fornecer a sua visão do passado do Paul e da sua vida de trabalho. Esta atividade reveste-se de uma grande importância, pois permite que o público conheça o passado do Paul como o principal meio de subsistência da população e possibilita, também, que a população obtenha um papel de destaque, apresentando e mostrando o seu património aos visitantes.

Após as conferências seguir-se-ia uma mostra artesanal onde se apresentaria o modo de manufatura dos objetos. Prevê-se difícil concretizar uma demonstração do mesmo tipo em relação à pesca artesanal, pois desconhece-se se ainda subsistam artesãos que dominem a manufatura dos instrumentos de pesca. Como alternativa, poder-se-ia expor as variadas técnicas de pesca, recorrendo para tal a um pedido de empréstimo dos instrumentos de pesca ao Grupo Folclórico e Etnográfico de Arzila.

A existência de mais dois paus no Vale Mondego, o Paul da Madriz e o Paul do Taipal, para além do Paul de Arzila, possibilitaria a realização de um colóquio intitulado de “Os Paus do Mondego”. Este colóquio divulgaria a riqueza florística e faunística destes paus. Após o colóquio seria interessante promover uma visita guiada pelos três paus, para se estabelecer um contacto crítico e comparativo com a natureza existente.

Propõe-se, também, a organização de um “Ciclo de Conversas da Natureza”. Este evento pretende abordar sobre temas da natureza como forma de sensibilização e de transmissão de conhecimentos sobre as diversas temáticas. A situação financeira atual da Reserva não permite a contratação de oradores para estas sessões. Caberá, então, à RNPA elaborar o convite explicando a situação, de forma a que os oradores aceitem participar de forma solidária. De modo a integrar as populações nestes eventos existe a possibilidade de, através da *mailing list* e das redes sociais, a RNPA solicitar propostas de temas aos cidadãos.

Os *workshops* organizam-se em muitos parques naturais, em parceria com associações do ambiente, com vista a integrar os visitantes e a dar a conhecer diferentes áreas de conhecimento, com fins culturais, informativos e formativos. Estas iniciativas têm potencial para gerar uma grande adesão em virtude da sua vertente teórico-prática e apostando numa diversidade de programas a RNPA consegue abranger nas suas atividades distintos públicos. Os *workshops* devem apresentar-se inovadores e atraentes para a população de forma a envolvê-la. Dada a falta de verbas da RNPA, para a realização dos *workshops* podem ser cobradas taxas de inscrição. Após a concretização dos cursos será concedido aos participantes um certificado de participação.

Anteriormente realizado em Arzila, o *workshop* de fotografia com o tema *Natureza: Reserva Natural do Paul de Arzila*, recebeu uma grande adesão. Apesar de não ter integrado a criação deste *workshop*, a RNPA pode aliar-se futuramente à organização e direcionar a temática do curso para temas específicos, como aves ou flora. No possível programa do *workshop* de fotografia fornecer-se-ia em primeiro lugar conhecimentos técnicos básicos sobre como fotografar. Posteriormente, através do percurso da RNPA, proceder-se-ia à aplicação dos saberes adquiridos. Para este *workshop* os participantes deveriam fazer-se acompanhar de máquinas fotográficas apropriadas à atividade.

Os *workshops* podem funcionar como complemento ao turismo de observação, através de cursos de iniciação a esta prática, diversificando as temáticas de acordo com o tipo de observação escolhido. Estes *workshops* introduziriam os participantes nos objetivos e modo de funcionamento da atividade e apresentariam as espécies que se podem observar na RNPA. Para a concretização destes cursos seria vantajoso uma parceria com diversas entidades.

Como complemento ao turismo de observação poder-se-ia desenvolver, em parceria com o grupo ASk – Aveiro Sketchers³⁷⁰, um *workshop* de *sketching* direcionado para o tema da natureza, onde poderiam apresentar o seu trabalho e partilhar experiências. Esta parceria tornar-se-ia benéfica para a RNPA como forma de divulgação, pois o grupo dispõe de páginas nas redes sociais e de um blog, onde partilha todas as suas atividades.

Propõe-se um curso prático ligado à RNPA que funcionaria como complemento ao colóquio das “Atividades Artesanais em Extinção” e incidiria na divulgação das técnicas artesanais. Neste âmbito, seria transmitido, através dos artesãos locais, o método de manufatura das esteiras, da cestaria e dos instrumentos de pesca. A escolha de artesãos locais para efetuar a formação permite a solidificação da reaproximação das populações ao Paul, ao mesmo tempo que possibilita um contato entre os artesãos e os participantes.

Para além destes temas existem outros direcionados a um género diferente de público, como o vocacionado para a agricultura tradicional ou biológica e a micologia. Um curso de agricultura biológica mostra a importância deste tipo de prática por oposição à agricultura industrial e a vantagem do uso de fertilizantes naturais que não poluam os solos. Para a realização deste *workshop* pode recorrer-se ao núcleo de Coimbra da Agrobio – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica³⁷¹.

Considera-se importante a realização de um *workshop* de micologia servindo de complemento ao turismo micológico. A existência de um grande número de pessoas que procedem à recolha de cogumelos para alimentação e o facto de algumas espécies de cogumelos apresentarem riscos para a saúde, justifica a realização de uma ação de formação e de um curso de identificação de cogumelos pode evitar eventuais acidentes. Neste *workshop* pretende-se, também, transmitir a importância dos fungos para o ecossistema, ao mesmo tempo que se realizam atividades, como saídas de campo com o objetivo de aplicação dos conhecimentos adquiridos e o cultivo de diferentes espécies.

Ainda relacionado com a micologia e em parceria com o projeto Ambifungi³⁷² seria interessante a realização de workshops sobre a produção do cogumelo *Pleurotus ostreatus* em

³⁷⁰ ASk trata-se de um grupo informal de pessoas que partilham o gosto pelo desenho entre si, realizando encontros pela região de Aveiro e, em ocasiões pontuais, para outras regiões. Cfr. FAQ. Ask [Em linha]. [Consult. 12 de novembro 2015]. Disponível em <http://aveirosketchers.blogspot.pt/p/faq.html>.

³⁷¹ Cfr. Fundada em 1985 a Agrobio procede à divulgação da agricultura biológica em Portugal para pessoas que têm em comum preocupações com a qualidade dos alimentos, a saúde, o ambiente e a defesa de uma prática agrícola mais saudável. Cfr. *Quem Somos*. Agrobio – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica [Em linha]. [Consult. 2 de junho 2015]. Disponível em <http://www.agrobio.pt/pt/quem-somos.T117.php>.

³⁷² O projeto foi fundado pelo Engenheiro Marco Ferraz após a aprendizagem do modo de cultivo dos cogumelos e a experimentação de diferentes fórmulas, este descobriu um novo substrato que permite a produção de cogumelos em casa, as borras de café. Inicialmente o projeto visava a realização de ações de Educação Ambiental para grupos de forma a promover a área da micologia. Posteriormente surgiu a ideia de possibilitar a

casa. Segundo a Ambieduca, a produção de cogumelos remonta a tempos antigos, através da utilização de diferentes substratos, como a palha e troncos de madeira³⁷³. Pretende-se com este *workshop* fornecer aos participantes uma formação sobre produção de cogumelos em borras de café e em troncos de madeira, ao mesmo tempo que se pretende sensibilizar para a importância da valorização de resíduos orgânicos e dar a conhecer as propriedades nutricionais e medicinais do cogumelo *Pleurotus ostreatus*³⁷⁴. As formações do projeto Ambifungi proporcionam dicas para a manutenção de um *kit* doméstico para cada participante³⁷⁵.

O *Geocaching* constitui uma atividade de “caça ao tesouro” através da utilização de um *global positioning system* (GPS), onde se inserem as coordenadas, previamente publicadas numa das várias páginas da *Internet* dedicadas ao jogo, para encontrar uma *geocache*³⁷⁶. Na área da RNPA encontra-se escondida uma *geocache*³⁷⁷. Esta ligação entre a RNPA e o *Geocaching* justifica a organização de um *workshop* sobre esta prática, que se desenvolve por todo o mundo. O *workshop* pretende familiarizar os participantes com esta atividade, explicando-lhes as regras e o modo de jogar. Após a apresentação da atividade, procede-se a uma “caça ao tesouro” conjunta. Para a sua realização pode-se desenvolver parcerias com empresas especializadas nesta atividade, como a *GeocacherZone* e a *Geocaching@PT*, que organizaram vários *workshops*, como o *1º Workshop de Geocaching – Espaço Monsanto*³⁷⁸. Poder-se-ia, igualmente, colocar mais *geocaches* no espaço da RNPA.

A concretização de concursos mostra-se apelativa e consiste numa forma diferente de interação com a RNPA. Os concursos propostos dirigem-se a dois públicos diferentes, o escolar e o geral. O objetivo destes concursos centra-se na promoção da criatividade aliada ao

produção de cogumelos em casa. Cfr. *Ambifungi – Cogumelos*. Ambieduca [Em linha]. [Consult. 23 de setembro 2015]. Disponível em <http://ambiente-que-educa.blogspot.pt/p/ambifungi.html>.

³⁷³ Cfr. *Ambifungi – Cogumelos*. Ambieduca [Em linha]. [Consult. 23 de setembro 2015]. Disponível em <http://ambiente-que-educa.blogspot.pt/p/ambifungi.html>.

³⁷⁴ Cfr. *Ambifungi – Cogumelos*. Ambieduca [Em linha]. [Consult. 23 de setembro 2015]. Disponível em <http://ambiente-que-educa.blogspot.pt/p/ambifungi.html>.

³⁷⁵ Cfr. *Ambifungi – Cogumelos*. Ambieduca [Em linha]. [Consult. 23 de setembro 2015]. Disponível em <http://ambiente-que-educa.blogspot.pt/p/ambifungi.html>.

³⁷⁶ Cfr. Uma *geocache* consiste num recipiente de vários tamanhos ou formatos. Dentro do recipiente podem ser encontrados um livro de registo e objetos, que podem ser trocados por outros. Cfr. *Geocaching 101- Geocaching* [Em linha]. [Consult. 20 de junho 2015]. Disponível em <https://www.geocaching.com/guide/>.

³⁷⁷ Cfr. No sítio *Geocaching* encontra-se disponível para os utilizadores as coordenadas desta *geocache* e informações relativas à RNPA. Pode-se encontrar, também, comentários, deixados pelos jogadores, que descrevem os pontos positivos da prática desta atividade na RNPA. Cfr. *Paul de Arzila (Coimbra)*. *Geocaching* [Em linha]. [Consult. 20 de junho 2015]. Disponível em http://www.geocaching.com/seek/cache_details.aspx?wp=GCWDRF&title=paul-de-arzila-coimbra.

³⁷⁸ *1º Workshop de Geocaching – Espaço Monsanto*. *Geocaching* [Em linha]. [Consult. 20 de junho 2015]. Disponível em http://www.geocaching.com/geocache/GC1CHQ0_1-workshop-de-geocaching-espaco-monsanto.

conhecimento e na transmissão de mensagens claras sobre as boas práticas a ter em mente nas áreas protegidas.

Para o público geral pensou-se num concurso de fotografia. Este pode realizar-se de modo isolado ou ligado ao *workshop* de fotografia. Os participantes, após uma inscrição, devem concorrer com uma fotografia. O tema, obrigatoriamente, referir-se-ia ao Paul e à sua fauna e flora. As fotografias ficam em exposição no Centro de Interpretação até à escolha da melhor fotografia. Esta escolha poderia resultar de votação por parte da população e/ou dos visitantes da Reserva. Após a escolha proceder-se-ia à sua publicação na página oficial da RNPA no *Facebook*.

Para o público escolar propõe-se concursos dirigidos aos diferentes anos do ensino básico, com o objetivo de criar uma interação diferente entre os alunos e o Paul. A criação de um concurso semelhante ao “*Ecocompatível*”, criado pelo Parque Natural da Madeira, consiste na construção de uma frase, com quatro ou cinco palavras obrigatórias, relacionadas com o tema³⁷⁹. Este concurso pode ser proposto às escolas e realizado uma vez em cada período escolar (no total três), diversificando nos subtemas. Após a receção das frases e a escolha da frase vencedora, esta seria publicada na página da RNPA no *Facebook*.

Também, para os alunos do segundo ciclo do Ensino Básico dirige-se o Concurso de Contos. Através da proposta aos professores de Língua Portuguesa, os alunos devem desenvolver um conto relacionado com o Paul, usando como personagem principal a garça-vermelha³⁸⁰. Cabe à RNPA a leitura e escolha do melhor conto e de seguida procede à sua publicação na página do *Facebook* e na revista anual.

Para os alunos do ensino básico e ensino secundário dirige-se o Concurso de Banda Desenhada, desenvolvido, também, pela LPN³⁸¹. Os alunos devem criar uma banda desenhada relacionada com o Paul e os problemas ambientais, usando como personagens principais as espécies existentes na RNPA. Este concurso procura a sensibilização dos alunos para a existência de ameaças associadas ao Paul. As bandas desenhadas serão publicadas na página do *Facebook* e expostas na RNPA, onde as pessoas podem proceder à votação do melhor

³⁷⁹ Cfr. *Programa de Educação Ambiental*. Serviço do Parque Natural da Madeira: Conservação da Biodiversidade [Em linha]. [Consult. 23 de junho 2015]. Disponível em http://www.pnm.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=56&lang=pt.

³⁸⁰ Cfr. A garça-vermelha figura no símbolo da Reserva Natural devido ao seu estatuto de ameaça. Cfr. CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA – *Percursos da Natureza de Coimbra*. p. 80; ALMEIDA, Francisco Ferrand de – Paul de Arzila: Futura Reserva da Biosfera. p. 499.

³⁸¹ *Concurso de Banda Desenhada - Missão: proteger a Abetarda, o Sisão e o Peneireiro-das-torres*. Liga para a Proteção da Natureza [Em linha]. [Consult. 24 de junho 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/O-que-fazemos/Iniciativas/Realizadas/Events.aspx?olderEvents=true&tabid=2463&code=pt&ItemID=236>.

trabalho. Após a votação a vencedora será publicada na página do *Facebook* e na revista anual.

Para o terceiro ciclo do Ensino Básico destina-se o Concurso de Reportagens em parceria com a unidade curricular de Língua Portuguesa. Os alunos devem redigir uma reportagem sobre o Paul, optando por reportar os problemas existentes ou as suas riquezas naturais. Esta atividade serve de uma chamada de atenção para os jovens sobre os problemas ambientais. Após a seleção da reportagem, por parte da RNPA, procede-se à sua publicação, à semelhança do Concurso de Histórias, na página do *Facebook* da RNPA e na revista anual.

A realização de um Concurso de Documentários destina-se a alunos dos Cursos de Design e Multimédia. Propõe-se que se crie um documentário de apresentação do Paul, onde se exponha as suas características, as suas espécies e o seu património cultural. Depois de selecionado o documentário vencedor segue-se a sua divulgação na rede social e o seu visionamento na RNPA, pelos visitantes. Dada a impossibilidade de atribuir um prémio com um valor monetário, o lançamento dos concursos deve ser acompanhado por um trabalho de sensibilização (valorização de um património da região).

Conclusão

O presente trabalho procurou, em primeiro lugar, caracterizar a situação atual da RNPA e os acontecimentos que lhe deram origem. Perante as diversas dificuldades detetadas e numa tentativa de resolução propôs-se, ao longo do projeto, uma série de medidas para solucionar os diversos problemas existentes e, também, para uma reaproximação das populações à RNPA. Dada a precária situação financeira da Reserva Natural, as propostas não se assumem com maior radicalidade e ambição, pois a viabilização das mesmas constitui igualmente uma preocupação central. Optou-se, então, por propostas que exijam um baixo ou nenhum custo de realização e para a sua concretização apontam-se possíveis programas de financiamento europeus e nacionais.

Apresentando-se como um local de grande interesse biológico e como uma importante zona húmida do Baixo Mondego, o Paul tem sido ao longo do tempo um local de estudo científico e académico devido à sua biodiversidade, conduzindo, assim, à sua classificação como Reserva Natural. A classificação, juntamente com outros estatutos atribuídos à Reserva como o de *Important Bird Area in Europe*, tem por objetivo a proteção, conservação e preservação dos diversos habitats, da fauna e da flora.

Agregado ao património natural em estudo, encontram-se vestígios arqueológicos e um saber fazer ligado ao artesanato e à vida de trabalho que, em tempos idos, consistiam os principais meios de subsistência da maioria dos agregados familiares. Torna-se urgente a salvaguarda e preservação desta cultura tradicional, para que não caia no esquecimento, já que se trata de testemunhos de uma vida passada e integra a identidade das populações operárias do Paul.

Após a classificação do Paul assistiu-se a uma série de divergências que contribuiram significativamente para as fragilidades hoje existentes. O problema mais preocupante e o que se perspetiva mais difícil de se resolver é a relação identitária da população com a Reserva. Esta questão é fruto do modo como se operou a patrimonialização do Paul, pois nem todos os cidadãos concordaram com a sua classificação ou se sentiram envolvidos no processo, o que contribuiu para que a população deixasse de se identificar com o Paul.

Os cidadãos sentem que lhes foram roubadas as suas terras com a imposição da legislação aplicada na Reserva que proíbe algumas práticas, cessando, assim, algumas das suas atividades como a agricultura e a pesca. Embora a existência de proibições se registre, estas apenas se aplicam a algumas zonas de proteção do Paul e não incluem todas as

atividades, como a colheita do bunho que funciona como forma de limpeza das áreas pantanosas e a continuação da manufatura das esteiras.

Também resultante da classificação é o facto de a RNPA e a sua gestão aparecem com alguma frequência como tema das conversas dos habitantes das freguesias contíguas, principalmente a freguesia de Arzila, onde se regista o maior número de críticas negativas à Reserva. A população acusa a administração da RNPA de ser a principal responsável pelo desmazelo da Reserva e de não fazer nada para o impedir. Porém as críticas não se verificam, apenas, da parte das populações, a RNPA critica a ausência de ações dos cidadãos que contribui, também, para o descuido do património natural.

Como se referiu existem falhas na manutenção dos espaços verdes, apresentando-se cobertos de vegetação e para a agudizar esta situação a RNPA não efetua a contratação de funcionários para a manutenção, devido à sua situação financeira. De forma a auxiliar a RNPA na manutenção do Paul apontam-se algumas alternativas como as ONGA, que mostram um papel ativo na colaboração em outras áreas protegidas por todo o país.

Além das dificuldades assinaladas relativamente à manutenção da Reserva Natural, entendeu-se que a RNPA necessita de corrigir falhas ao nível da promoção e gestão, modernização dos seus serviços e da sua divulgação, que se refletem num estado de letargia e num decréscimo do número de visitantes no Paul e no Centro de Interpretação da RNPA. As propostas destinadas a auxiliar a promoção e a gestão centram-se na renovação dos materiais interpretativos e expositivos, através de uma reestruturação no modo em como a informação disponibilizada se apresenta, e pelo modo de comunicação e interação dos guias com os visitantes nas várias atividades aventadas.

Os materiais interpretativos presentes ao longo do percurso pedestre e no Centro de Interpretação registam alguma degradação e encontram-se com informação excessiva o que dificulta a leitura por parte dos visitantes. Propôs-se, então, uma série de estratégias para ultrapassar esta situação. As estratégias visam uma alteração na forma como a informação se apresenta, dividindo-se por mais quadros interpretativos, que serão dispostos pelo percurso, combatendo, assim, a sua escassez. Para além da disseminação da informação interpretativa ponderou-se a alteração da posição dos painéis e, também, do tipo de material utilizado na sinalética direcional de forma a torna-los mais resistentes e duradouros.

Já os materiais pertencentes à exposição etnográfica no Centro Interpretativo mostram-se expostos de forma incorreta. Encontram-se dispostos no chão, com a sua legenda, também, no chão ou sobre a própria peça. As legendas apenas identificam a peça faltando a descrição

da sua função. Para solucionar esta questão propôs-se que o modo de exposição dos objetos e das suas legendas seja alterado de forma a facilitar a visualização por parte do visitante.

Pensou-se, igualmente, numa série de estratégias baseadas na obra de Jorge Morales Miranda, *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio – El Arte de Acercar el Legado Natural y Cultural al Público Visitante*, para alterar a forma de comunicação e interação com os visitantes. O guia deve adotar estas estratégias para facilitar a transmissão clara das informações e a integração do público ao longo das visitas.

Considerou-se importante uma modernização ao nível dos serviços prestados pela RNPA. Essa modernização recorre à utilização das novas tecnologias. Através da criação de áudio-guias, Códigos QR e aplicações para os *smartphones* ou *tablets* prevê-se um maior dinamismo e uma atração de novos públicos, ao mesmo tempo que se transmite a informação necessária para o conhecimento do património natural e cultural em estudo.

De forma a abranger uma maior área de divulgação da Reserva Natural propôs-se o uso da *Internet* e dos periódicos da região. Através da *Internet* pode criar-se uma *mailing list* para futuros contatos e divulgação das notícias e atividades realizadas. A criação de uma página oficial na rede social *Facebook* funcionaria, também, como um meio de aproximação da Reserva Natural aos cidadãos. Nela poder-se-iam publicar informações e fotografias sobre a Reserva e os eventos por ela criados.

De acordo com o desenvolvimento do turismo de natureza e o aumento da prática de desportos ao ar livre nas áreas protegidas analisou-se a possibilidade de algumas atividades serem praticadas na RNPA. Estas atividades devem provocar o mínimo impacto negativo, tendo em conta a capacidade de carga de cada área protegida. As atividades de baixo impacto ambiental que são adequadas à RNPA consistem no turismo de observação e no micoturismo.

O primeiro permite a observação de várias espécies de animais e plantas, sendo o *birdwatching* o mais praticado em Portugal e na RNPA, que dispõe de dois observatórios, mas apenas um se apresenta em condições de ser utilizado. Propôs-se a criação de eventos dedicados a outros tipos de observação, como a noturna e a de borboletas. Como complemento a estes eventos é importante a realização de *workshops*, onde se exponham todos os conhecimentos sobre a área.

O micoturismo é uma prática em evolução em Portugal, pois cada vez mais se assiste à concretização de viagens com o intuito de colheita de cogumelos ou apenas para os observar. Devido à proibição da colheita de espécies botânicas na RNPA, optou-se por propor a criação de um jardim micológico, onde se cultivassem diversas espécies, que serviriam para estudo e, também, para a observação por parte do público.

O plano de valorização da Reserva Natural abarca diversas atividades no âmbito da Educação Ambiental destinadas ao público escolar e ao público geral. A Educação Ambiental funciona como uma forma de sensibilização dos cidadãos para os problemas ambientais e encaminha-os para que no seu quotidiano tomem atitudes e medidas preventivas, a longo prazo, com vista a salvaguardar o ambiente. É muito importante que a Educação Ambiental faça parte da formação das crianças e dos jovens. Assim, ela deve ser introduzida nas escolas, com o principal objetivo de sensibilizar, desde cedo, crianças e jovens para as questões ambientais.

Propôs-se a criação de um serviço educativo na RNPA com a finalidade de criar sessões de Educação Ambiental em parceria com diversas entidades como a Quercus, através de formações, oficinas e atividade didáticas. O serviço educativo deve ficar responsável pela concretização dos eventos e atividades propostos.

Direcionadas para as escolas pensou-se na criação de atividades de acordo com os diferentes graus de ensino, como a leitura de contos infantis, jogos didáticos, *Peddy Paper's*, a “Semana do Ambiente” e concursos. A “Semana do Ambiente” consiste num conjunto de oficinas dedicadas à natureza e a diferentes áreas, como as artes. Já os concursos destinam-se a incentivar a criatividade e os conhecimentos dos alunos.

Dirigidos ao público geral propôs-se a realização de colóquios e de *workshops*, sobre diversas temáticas de forma a transmitir conhecimentos e atrair pessoas com interesses distintos. Estes eventos possibilitam o convite de especialistas exteriores à RNPA para veicularem conhecimentos sobre um determinado tema, passível de discussão a partir do universo da Reserva Natural.

Os colóquios projetados para a Reserva Natural funcionam como sessões de sensibilização sobre as diferentes problemáticas, como a natureza, o abandono do Paul e a extinção das atividades artesanais. O facto de o tema natureza englobar diferentes assuntos, permite que se realizem diversas sessões ao longo do tempo.

O colóquio sobre o abandono do Paul ambiciona reunir a população com a RNPA, para que se transmita a importância da preservação e proteção do Paul como zona húmida e local de grande riqueza biológica. Ao mesmo tempo pretende-se a realização de um debate sobre as razões que levaram ao afastamento da população e as críticas que esta lança sobre a administração da RNPA. Este colóquio configura uma tentativa de instalar o diálogo entre os dois lados, de forma a desenvolver estratégias para auxiliar a conservação do Paul.

Com este colóquio relaciona-se outro, também, muito importante, sobre a extinção das atividades artesanais – esteiras, cestaria e pesca artesanal. Estas atividades ligam-se com o

Paul, pois era ele que fornecia as matérias-primas para a manufatura dos objetos. O seu objetivo é alertar para a situação de risco e potencial perda deste património cultural. Para a realização do colóquio torna-se essencial a presença dos artesãos como oradores para que apresentem o seu saber fazer e a importância deste para a subsistência das famílias. Após a conferência é pertinente a realização de demonstrações sobre o método de construção das esteiras, cestos e instrumentos de pesca.

Propôs-se a realização de diversos *workshops* na RNPA, pois trata-se de uma opção viável e dinâmica para a transmissão de diferentes áreas de conhecimento e muito usada em várias áreas protegidas. Os temas dos *workshops* devem mostrar-se inovadores de forma a atrair participantes. Não se descarta a reedição de alguns já concretizados dado que registam uma comprovada adesão, como é o caso das oficinas de fotografia. Perspetiva-se que os *workshops* sirvam de complemento a diversas atividades possíveis de se realizar na RNPA, como as baseadas no turismo de observação.

A resolução dos problemas apresentados na RNPA não basta, por si só, para a preservação do património natural e cultural. Concluiu-se que se não existir uma união de esforços entre a RNPA e as suas populações envolventes, continuar-se-á a caminhar para a perda da sua identidade e do património em comum e só as duas conseguem manter vivas a tradição e a identidade que se relacionam intimamente com Paul. Para que esta união se concretize importa reativar a AAPA, servindo de intermediária entre os dois lados e, também, como organizadora e colaboradora em diversas ações relacionadas com o Paul, com o objetivo de reaproximar as populações. A salvaguarda do património natural e cultural depende da participação ativa das populações nas ações de conservação e nas diversas iniciativas e atividades, contribuindo para a dinamização e reabilitação da Reserva Natural.

Anexos



Fig. 2 – Área da Reserva Natural do Paul de Arzila. Proveniência: RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – Reserva Natural do Paúl de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão. Instituto da Conservação da Natureza. p. 10.

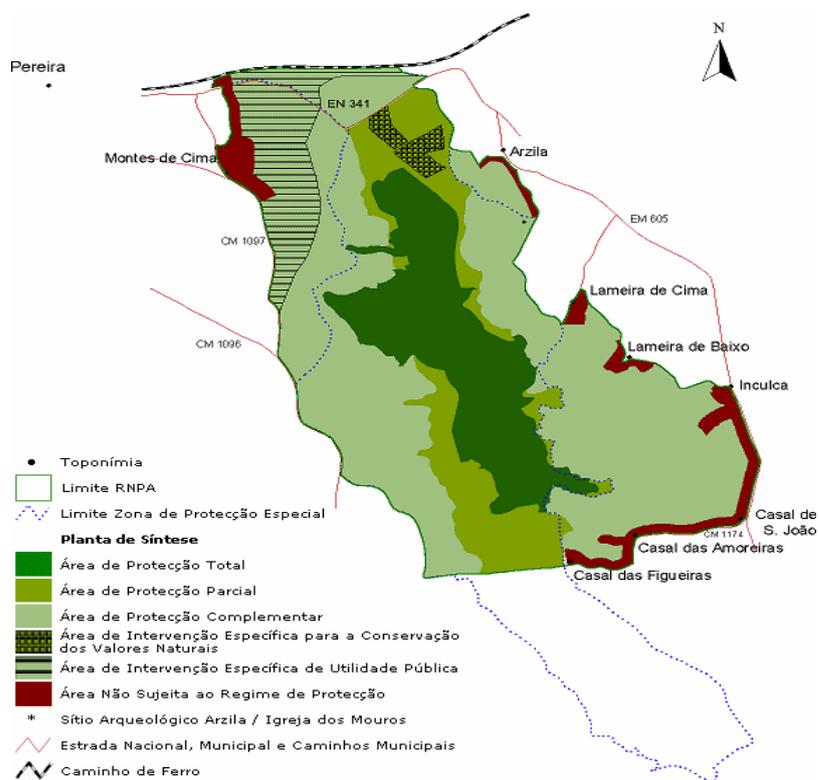


Fig. 3 – Áreas de protecção da Reserva Natural do Paul de Arzila. Proveniência: Paul de Arzila. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho [Em linha]. [Consult. 6 de novembro 2015]. Disponível em http://www.cm-montemorvelho.pt/paul_arzila.htm.



Fig. 4 – Mosaicos romanos com a representação do Caimão. Fotografia da autora.



Fig. 5 – Cestaria em vime. Fotografia da autora.



Fig. 6 – Fisca. Proveniência: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, Delegação de Coimbra – *As Artes de Pesca Antiga do Baixo Mondego*. 1999. p. 1.



Fig. 7 – Rabuda. Proveniência: PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paúl e a Comunidade. Seis Séculos de História*. p. 315.



Fig. 8 – Sertela. Proveniência: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, Delegação de Coimbra – *As Artes de Pesca Antiga do Baixo Mondego*. 1999. p. 5.



Fig. 9 – Esteira. Proveniência: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, Delegação de Coimbra – *As Artes de Pesca Antiga do Baixo Mondego*. 1999. p. 4.

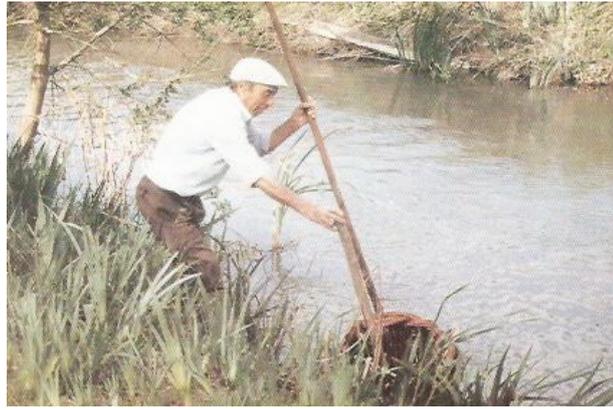


Fig. 10 – Poceiro e calcão. Proveniência: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, Delegação de Coimbra – *As Artes de Pesca Antiga do Baixo Mondego*. 1999. p. 3.



Fig. 11 – Apanha do bunho. Proveniência: RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paúl de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. Instituto da Conservação da Natureza. p. 39.



Fig. 12 – Manufatura das esteiras. Proveniência: PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paúl e a Comunidade. Seis Séculos de História*. p. 313.



Fig. 13 – “Igreja dos Mouros”. Fotografia da autora.



Fig. 14 – Aspeto da água da vala do Paul. Fotografia da autora.



Fig. 15 – Falta de limpeza de uma área particular após o corte das árvores. Fotografia da autora.



Fig. 16 – Exemplo do trabalho executado pelos Escuteiros no PNM. Proveniência: *Mês do Voluntariado no Parque Natural de Montesinho*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. [Em linha]. [Consult. 13 de novembro 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/gloablnews/vol-pnm>.



Fig. 17 – Centro de Interpretação da RNPA. Proveniência: *Arzila*. União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila [Em linha]. [Consult. 13 de novembro 2015]. Disponível em <http://www.uftaveiroamealarzila.pt/>.



Fig. 18 – Peças e legenda presentes na exposição permanente no Centro de Interpretação da RNPA. Fotografia da autora.



Fig. 19 – Placares interpretativos do Centro de Interpretação da RNPA. Fotografia da autora.



Fig. 20 – Mesa de um parque de merendas na RNPA. Fotografia da autora.



Fig. 21 – Local onde deveria existir equipamento para depositar os eventuais resíduos. Fotografia da autora.



Fig. 22 – Resíduos no solo. Fotografia da autora.



Fig. 23 – Observatório da RNPA. Fotografia da autora.



Fig. 24 – Instalações Sanitárias. Fotografia da autora.



Fig. 25 – Espaço para confeção de refeições. Fotografia da autora.



Fig. 26 – Percurso interpretativo da RNPA [numeração da autora]. 1 – Centro de Interpretação; 2 – Sinalética interpretativa e direcional. Proveniência: *Paul de Arzila*. Aves de Portugal [Em linha]. [Consult. 11 de abril 2015]. Disponível em <http://www.avesdeportugal.info/sitarzila.html>.

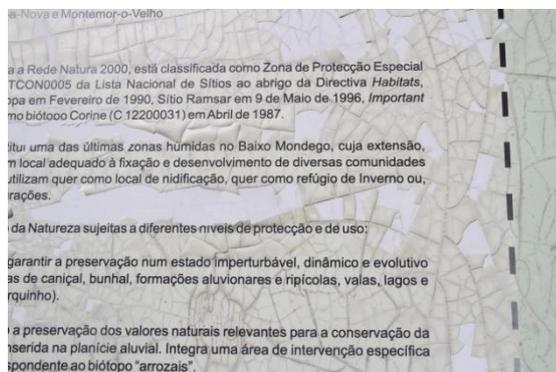


Fig. 27 – Exemplo da degradação da sinalética interpretativa. Fotografia da autora.



Fig. 28 – Exemplo do excesso de informação da sinalética interpretativa. Fotografia da autora.



Fig. 29 – Exemplo da sinalética coberta por fungos. Fotografia da autora.



Fig. 30 – Puzzle da RNPA. Fotografia da autora.

Bibliografia

Obras

ABADE, Augusto; ROMÃO, José – Esteiras de Arzila. *Antropologia*. Coimbra. Vol. 6. 1988.

ALMEIDA, António – *Abordar o Ambiente na Infância*. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

ALMEIDA, Francisco Ferrand de – Paul de Arzila: Futura Reserva da Biosfera. *Cyanopica*. Porto. n.º 4, Vol. III (1986).

BARATA, Carlos Manuel da Silva – *Cadastro dos Terrenos do Núcleo Central (Análise e Atualização do Cadastro da DGSH de 1964)*. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território; Instituto de Conservação da Natureza; Reserva Natural do Paúl de Arzila, outubro de 2001.

ANTÓNIO CARIDE, José; ÁNGEL MEIRA, Pablo – *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BRITO, Sérgio Palma – *Turismo: Sustentabilidade, Ordenamento do Território e Ambiente*. Porto: SPI: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2010.

CALAF MASACHS, Roser; FONTAL MERILLAS, Olaia (coords.) – *Comunicación educativa del patrimonio: referentes, modelos y ejemplos*. Espanha: Ediciones Trea, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA – *Percursos da Natureza de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2005.

CAMARERO IZQUIERDO, Carmen; GARRIDO SAMANIEGO, María José – *Marketing del Patrimonio Cultural*. Madrid: Ediciones Pirámide, 2004.

CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. 3ª Edição. Lisboa: Edições 7º, janeiro de 2008.

CHOAY, Françoise – *Património e Mundialização*. Évora: Casa Sul Editora, Centro de História da Arte de Universidade de Évora, 2005.

CORREIA, Vergílio – *Notas de Arqueologia e Etnografia do Concelho de Coimbra*. Coimbra, 1940.

CUNHA, Licínio – “*Introdução ao Turismo*”. 4.^a Edição. Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 2009.

CUSTÓDIO, Jorge (coord.) [et al.] – *100 Anos de Património: Memória e Identidade: Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010.

DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, Lda, 1999.

DUARTE, Nélia Marisa Batista – *Levantamento dos Recursos Turísticos das Freguesias de Pereira, Arzila e Anobra*. Coimbra: 2000. Relatório de Estágio.

FOSTER, Douglas – “*Viagens e Turismo: Manual de Gestão*”. Mem Martins: Edições CETOP, 1992.

GÓIS, Correia – *Recados de Património/88*. Carapinheira: Liga dos Amigos dos Campos do Mondego, abril de 1989.

GONÇALVES, Fernando [et al.] – *Atividades Práticas em Ciência e Educação Ambiental*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

HENRIQUES, Pedro C. [et. al] – *Pauis do Baixo Mondego*. Instituto da Conservação da Natureza, 2002.

INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, Delegação de Coimbra – *As Artes de Pesca Antiga do Baixo Mondego*. 1999.

JOGOS de Educação Ambiental. Vila Nova de Gaia: Associação dos Amigos do Parque Biológico Municipal, 2000.

MARTINS, Guilherme D'Oliveira – *Património, Herança e Memória: A Cultura como Criação*. Lisboa: Gradiva, 2009.

MCDONALD, Sharon – Undesirable Heritage: Fascist Material Culture and Historical Consciousness in Nuremberg. *International Journal oh Heritage Studies*. Vol. 12, n.º 1 (janeiro 2006).

OLIVEIRA, Luís Filipe – *Educação Ambiental: Guia Prático para Professores, Monitores e Animadores Culturais e de Tempos Livres*. Lisboa: Texto Editora, maio de 2001.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (org.) – *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, 2006.

PINHO, João Carlos Santos – *Freguesia de Arzila: o Paúl e a Comunidade. Seis Séculos de História*. Arzila / Coimbra: Junta de Freguesia de Arzila, 2013.

RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA – *Carta de Desporto da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila: Estudo Preliminar*. [Texto policopiado], julho 2011.

RESERVA NATURAL DO PAUL DE ARZILA / CENTRO DE ZONAS HÚMIDAS – *Reserva Natural do Paúl de Arzila, Uma Contribuição Para o Plano de Gestão*. Instituto da Conservação da Natureza, 2004.

THE EARTHWORKS GROUP – *50 Coisas Simples que as Crianças Podem Fazer para Salvar Terra*. 3.^a edição. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

VIEIRA, Ricardo; MAGALHÃES, Fernando – *Património e Identidade*. Porto: Profedições; Leiria: CIID-Centro de Investigação, Identidade e Diversidade(s), 2009.

VIEIRA, João Martins – “*Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo – Uma Perspetiva Estratégica*”. Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 2007.

Publicações Online / Websites

A estratégia Europa 2020 em poucas palavras. Comissão Europeia [Em linha]. [Consult. 5 setembro 2015] Disponível em http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/index_pt.htm.

A GNR a Agir!. Guarda Nacional Republicana [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível <http://www.gnr.pt/default.asp?do=5r20n/DE.5v67nnp1/fv67nnp1>.

A Pantorra – Associação Micológica [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <http://pantorra.pt/>.

AMBI – Associação Micológica da Beira Interior. Miscara [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <http://miscara.blogspot.pt/2007/11/ambi-associao-micolgica-da-beira.html>.

Anilhagem de Aves. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 2 de junho 2015]. Disponível em http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/cempa/anilh-aves#_Oque.

Apresentação. Liga para Proteção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 11 de março 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/A-LPN/Sobre-a-LPN/Apresentacao/Content.aspx?tabid=2371&code=pt>.

Arzila. União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila [Em linha]. [Consult. 13 de novembro 2015] Disponível em <http://www.uftaveiroamealarzila.pt/>.

Arzila/Igreja dos Mouros. Portal do Arqueólogo, Direção-Geral do Património Cultural [Em linha]. [Consult. a 12 de janeiro de 2015] Disponível em

<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=trabalhos.resultados&subsid=126247&vp=2441874>.

Associação – Associação Aldeia [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível em <http://www.aldeia.org/portal/PT/3/default.aspx>.

Associação Micológica Marifusa. Miscara [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <http://miscara.blogspot.pt/2007/08/associacao-micolgica-marifusa.html>.

Atividades de Turismo de Natureza – Reserva Natural do Paul de Arzila. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 2 de julho 2014] Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/ativ/resource/doc/rmpa-turnat-ativ>.

Audite – Plataforma Gratuita Online de Áudio-Guias [Em linha]. [Consult. 9 de maio 2015]. Disponível em <http://audite.dll.pt/>.

Campanha de PrendONGAs – Natal 2014. Liga para Proteção da Natureza. [Em linha] [Consult. 24 de junho 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/O-que-fazemos/Iniciativas/Realizadas/Events.aspx?olderEvents=true&tabid=2463&code=pt&ItemID=1873>.

CARDOSO, Danilo Pessoa – *As Redes Sociais como Ferramentas de Divulgação de Eventos. Fasci-Tech* [Em linha]. São Caetano do Sul, Vol. 1, n.º 5 (Out/Dez 2011). p. 30-40. [Consult. 16 de maio 2015]. Disponível em <http://www.fatecsaocaetano.edu.br/fascitech/index.php/fascitech/article/view/45/44>.

CASTRO, Susana Maria Carvalho de – *Micoturismo: Enquadramento Estratégico em Áreas Protegidas* [Em linha]. Lisboa: 2009. Tese de Mestrado. [Consult. 24 de julho 2015]. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2008>.

CENTRO 2020: Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 [Em linha]. [Consult. 8 de setembro 2015]. Disponível em <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/BROCHURAS%20PO/BrochuraCentro2020.pdf>.

Convenção de Ramsar. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 30 de dezembro 2014] Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/ramsar>.

COSTA, Kelly Minhoz Laranjo – *Micoturismo: uma opção para a Serra da Estrela* [Em linha]. Aveiro: 2010. Tese de Mestrado. [Consult. 8 de agosto 2015]. Disponível em <https://ria.ua.pt/handle/10773/3835>.

DIAS, Reinaldo – A biodiversidade como atrativo turístico: o caso do Turismo de Observação de Aves no município de Ubatuba (SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo* [Em linha]. São Paulo. Vol. 4, n.º 1, 2011, p.111-122. [Consult. 11 de junho 2014] Disponível em <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/114/67>.

DIREÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL; INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS – *Manual de Boas Práticas de Colheita e Consumo de Cogumelos Silvestres* [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, julho 2013. [Consult. 12 de agosto 2014] Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/agir/boapratic/resource/doc/man-cogumel-silv>.

Educação. Educação e Formação [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível <https://quercuseduca.wordpress.com/educacao/>.

E-guide. Castelos e Muralhas do Mondego [Em linha]. [Consult. 8 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/e-guide>; *À Reconquista*. Castelos e Muralhas do Mondego [Em linha]. [Consult. 8 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/a-reconquista>.

FARIA, Margarida Lima de; ALMEIDA, Renata – A problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita. *Comunicação & Cultura* [Em linha]. n.º 1 (2006). p. 128-129. [Consult. 10 de junho 2015]. Disponível em http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/01_06_M_Lima_Faria_Renata_Almeida.pdf.

FARINHA, João Carlos - *Implementação de um Sistema de Sinalização nas Áreas Protegidas*. [Em linha]. Departamento de Gestão de Áreas Classificadas – Zonas Húmidas. [Consult. 18 fevereiro 2015]. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoeinovacao/BoasPraticaseTendencias/Documents/Sinal%C3%A9tica%20Parques%20Naturais.pdf>.

FIRMINO, Ana – Educação Ambiental em Tempo de Mudança. *GeoINova* [Em linha]. n.º 9 (2009). p. 91-100. [Consult. 24 de junho 2015]. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/numero9.htm>.

FAQ. Ask [Em linha]. [Consult. 12 de novembro 2015]. Disponível em <http://aveirosketchers.blogspot.pt/p/faq.html>.

FONSECA, C; PEREIRA, M. – Reflexões Sobre o Contributo dos Instrumentos de Gestão para a Resiliência de Áreas Protegidas em Portugal. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território* [Em linha]. n.º 3 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. p. 67-91. [Consult. 8 de junho 2015]. Disponível em <file:///C:/Users/utilizador/Downloads/101-507-1-PB.pdf>.

Fundo da Biodiversidade. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 15 de julho 2015] Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/fundos/fundo-biodiversidade>.

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER. Quadro Comunitário de Apoio III Portugal 2000-2006 [Em linha]. [Consult. 8 de setembro 2015]. Disponível em <http://www.qca.pt/fundos/feder.asp>.

GAMITO, Maria Teresa – *As Áreas Protegidas: Fator de Desenvolvimento Local e Pólo de Atração Regional* [Em linha]. [Consult. 24 de julho 2015]. Disponível em https://www.academia.edu/3094284/%C3%81reas_protegidas_Fator_de_desenvolvimento_lo cal_e_p%C3%B3lo_de_atrac%C3%A7%C3%A3o_regional.

Gestão do Programa LIFE. Agência Portuguesa do Ambiente [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015] Disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=160&sub2ref=1021&sub3ref=1024>.

GRUPO MARKTEST – *Os Portugueses e as Redes Sociais: Análise Sobre o Comportamento dos Portugueses nas Redes Sociais e Sobre o Buzz Social de Marcas*. [Em Linha]. Lisboa, 2014. [Consult. 16 de maio 2015]. Disponível em http://www.marktest.com/wap/private/images/logos/Folheto_redes_sociais_2014.pdf.

GRUPO PORTUCEL SOPORCEL – *Projeto de defesa da biodiversidade: Grupo Portucel Soporcel acolheu Noite Europeia das Borboletas*. [Em Linha]. 2008. [Consult. 11 de junho 2015]. Disponível em http://www.portucelsoporcel.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/cfb6e9abaf1ab1ac20194cc7cdf9cd8a.pdf.

HERNÁNDEZ DE LA OBRA, Joaquín; GÓMEZ-LIMÓN GARCÍA, Javier – *Conceptos de Uso Público en los Espacios Naturales Protegidos* [Em linha]. Madrid: EUROPARC-Espanha; Fundación Fernando González Bernáldez, 2005. Vol. 1. [Consult. 8 de abril 2015]. Disponível em http://www.redeuroparc.org/documentos_anexos/Publicaciones/ligadas_a_plan_de_accion/manual_1.pdf.

História. Liga para Proteção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 11 de março 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/A-LPN/Sobre-a-LPN/Historia/Content.aspx?tabid=2372&code=pt>.

Jardín Micológico y Centro Andaluz de Micología “La Trufa”. Junta de Andalucía [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.juntadeandalucia.es/medioambiente/site/portalweb/menuitem.7e1cf46ddf59bb227a9ebe205510e1ca/?vgnnextoid=d61fa5f197239110VgnVCM1000000624e50aRCRD&vgnnextchannel=c134e6f6301f4310VgnVCM2000000624e50aRCRD&rating=5>.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan – *Cultura e Identidade e Desenvolvimento Local: Conceitos e Perspetivas para Regiões em Desenvolvimento*.

Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local. [Em linha] vol.3, n.º 4 (março 2002). p. 35-42. [Consult. 22 de fevereiro 2015]. Disponível em <http://anagrama.art.br/textos/livros/culturadesenvKASHIM.pdf>.

LANDOVSKY, Geraldo Santos; MENDES, José Fernando Gomes – As Áreas Protegidas em Portugal. In 4º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO, SUSTENTÁVEL [Em linha]. Faro: Universidade do Algarve, 2010. [Consult. 8 de junho 2015]. Disponível em <http://pluris2010.civil.uminho.pt/Atas/PDF/Paper397.pdf>.

LEÃO, Carla [et al.] – *Educação Ambiental e Cidadania. Contributo para uma Reflexão Consciente* [Em linha]. Lisboa: CEPESSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2011. [Consult. 8 de junho 2015]. Disponível em http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/populacao-e-prospetiva/educacao-ambiental-e-cidadania.-contributo-para-uma-reflexao-consciente/publicaassapso-cepese_educaassapso-ambiental-pdf.

LIFE 2014-2020. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015] Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/gest-biodiv1/prog-life/life-2014-2020>.

MARCOS ARÉVALO, Javier – La Tradición, el Patrimonio y la Identidad. *Revista de Estudios Extremeños* [Em linha]. Vol. 60, n.º 3 (2004). p. 925-956. [Consult. 14 de junho 2015]. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1125260>.

Mês do Voluntariado no Parque Natural de Montesinho. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/gloablnews/vol-pnm>.

Missão e Objetivo. Natural.PT [Em linha]. [Consult. 29 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.natural.pt/portal/pt/About/>.

MORALES MIRANDA, Jorge; GUERRA ROSADO, Francisco – *Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos: La Atención a los Visitantes Reales y Potenciales* [Em linha]. Sevilha, junho de 1992. [Consult. 28 de setembro 2014]. Disponível em <http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/docs/docs/UsoPublico.pdf>.

Natural.PT [Em linha]. [Consult. 29 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.natural.pt/portal/pt/Home>.

NEVES, J. P. [et al.] – Reintrodução do Caimão (Porphyrio Porphyrio) no Baixo Mondego. In I CONGRESSO IBÉRICO DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FAUNA SELVAGEM [Em linha], Castelo Branco, 2002. [Consult. 23 de dezembro 2014] Disponível em http://encontroiberico.no.sapo.pt/docs/ReintroducaoCaimao_JNeves.pdf.

Núcleo LPN – Centro. Liga para Proteção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 11 de março 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/A-LPN/Estruturas/List.aspx?tabid=2381&code=pt&ItemID=117>.

Número de Visitas Guiadas. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 26 de outubro 2015] Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/resource/docs/visit/visitantes-visitas2014/view>.

O que é o Portugal 2020. Portugal 2020 [Em linha]. [Consult. 8 de setembro 2015]. Disponível em <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>.

Objetivos gerais. Agência Portuguesa do Ambiente [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015] Disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=160&sub2ref=1021&sub3ref=1023>.

OKADA, Sionara Ioco; SOUZA, Eliane Moreira Sá de – Estratégias de Marketing Digital na Era da Busca. *REMark – Revista Brasileira de Marketing* [Em linha]. Vol. 10, n.º 1 (jan./abr. 2011), p. 46-72. [Consult. 4 de março 2015]. Disponível em http://revistabrasileiramarketing.org/ojs2.2.4/index.php/remark/article/viewFile/2199/pdf_41.

OSA TOMÁS, Jesús de la – *La Interpretación del Patrimonio: una herramienta para acercar el patrimonio natural y cultural de nuestra tierra a nuestros vecinos y a los turistas que nos visitan, en beneficio de todos: habitantes, visitantes y territorio*. [Em linha]. Huesca, 2006. [Consult. 28 de setembro 2014]. Disponível em <http://cederul.unizar.es/sicoderxix/ponencia8.pdf>.

Paul da Madriz: Zona de Proteção Especial – Turismo do Centro [Em linha]. [Consult. 23 de junho 2014] Disponível em http://www.turismodocentro.pt/pt/produtos_.2/paul_da_madriz_-_zona_de_proteccao_especial_.a208.html.

Paul de Arzila. Aves de Portugal [Em linha]. [Consult. 11 de abril 2015] Disponível em <http://www.avesdeportugal.info/sitarzila.html>.

Paul de Arzila. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho [Em linha]. [Consult. 2 de julho 2015]. Disponível em http://www.cm-montemorvelho.pt/paul_arzila.htm.

Paul do Taipal: Zona de Proteção Especial – Turismo do Centro [Em linha]. [Consult. 23 de junho 2014] Disponível em http://www.turismodocentro.pt/pt/produtos_.2/paul_do_taipal_-_zona_de_proteccao_especial_.a207.html.

PEIXOTO, Paulo – A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Em linha]. n.º 70 (dezembro 2004), p. 183-204. [Consult. 28 setembro 2014]. Disponível em <https://rccs.revues.org/1056>.

PEREIRA, João Pedro – Criar uma *Newsletter* em Poucos Minutos. *Público* [Em linha]. (21 de janeiro de 2014). [Consult. 11 de novembro 2015]. Disponível em <http://www.publico.pt/tecnologia/noticia/para-criar-newsletter-poucos-minutos-1620456>.

POAP – Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. [Em linha]. [Consult. 19 de agosto 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap>.

Programa de Educação Ambiental. Serviço do Parque Natural da Madeira: Conservação da Biodiversidade [Em linha]. [Consult. 23 de junho 2015]. Disponível em

http://www.pnm.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=56&lang=pt.

Programa LIFE 2014-2020. Agência Portuguesa do Ambiente [Em linha]. [Consult. 5 de setembro 2015] Disponível em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=160&sub2ref=1021>.

Programa Voluntariado Jovem para as Florestas. Portal da Juventude. [Em linha]. [Consult. 19 de fevereiro 2015]. Disponível em http://www.juventude.gov.pt/Voluntariado/VolFlorestas/Jovens/Paginas/Programa_Voluntariado_Jovem_para_as_Florestas_Jove.aspx.

Projeto de Valorização do Património Natural do Campo Branco. Liga para Proteção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 11 de março 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/O-que-fazemos/Projetos/Projetos-a-decorrer/List.aspx?tabid=2459&code=pt&ItemID=269>.

Projeto Quinta de Educação e Ambiente. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/gloablnews/projeto-quinta-de-educacao-e-ambiente>.

Regulamento (UE) n.º 1293/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013. *Jornal Oficial da União Europeia* [Em linha]. 20 dezembro 2013. p. 185-208. [Consult. 6 de agosto 2015]. Disponível em http://www.apambiente.pt/_zdata/Instrumentos/Instrumentos%20Financeiros/ProgramaLiFE20142020/RegLIFE20142020PT.pdf.

REIS, Paula Maria Ricacho dos – Reações e Oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila: (ou a Consciência da Ineficácia na Proteção do Ambiente em Portugal). In III CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 1996 – *Práticas e Processos da Mudança Social* [Em linha]. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. p. 3. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4926fa623f7b6_1.pdf.

Rede Natura 2000. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 27 de dezembro 2014] Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000>.

Reserva Natural – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 23 de junho 2014] Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/ap/nac/res-natur>.

Reserva Natural do Paul de Arzila. Natural.PT [Em linha]. [Consult. 29 de agosto 2015]. Disponível em <http://natural.pt/portal/pt/AreaProtegida/Item/17>.

RODRIGUES, Carla – *O desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer* [Em linha]. [Consult. 2 de outubro 2014]. Disponível em <http://www.geografia.uminho.pt/uploads/carla.doc>.

SANTOS, Antonio S. R. – *Observação de borboletas (Butterfly watching)* [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível <http://www.ultimaarcadenoe.com.br/wp-content/uploads/2011/06/OBSERVA%C3%87%C3%83O-DE-BORBOLETAS-artigo-ASilveira.pdf>.

SILVA, Carlos Pereira da – *Áreas Protegidas em Portugal: Que papel? Conservação versus desenvolvimento*. *GeoINova* [Em linha]. n.º 2 (2000). p. 27-44. [Consult. 8 de junho 2014]. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n2-2.pdf>.

SILVA, Elsa Peralta – *Património e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural*. *Antropológicas* [Em linha]. Lisboa, n.º4 (2000), p. 217-224. [Consult. 15 outubro 2014]. Disponível em <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1713/1/217-224.pdf>.

SIMÕES, Anabela [et al.] – *Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila* [Em linha]. Instituto de Conservação da Natureza. Vol. I. p. 14 [Consult. 30 de dezembro de 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap/pornpa/pornpa-doc>.

SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves – *Milhares de europeus de olho nas aves no EuroBirdwatch 2014* [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível http://www.spea.pt/fotos/editor2/ci_eurobirdwatch_20140918.pdf.

SPEA. SPEA-Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível <http://www.spea.pt/pt/quem-somos/spea/>.

Tagis – Centro de Conservação das Borboletas de Portugal [Em linha]. [Consult. 30 de maio 2015]. Disponível em <http://www.tagis.pt/>.

UNESCO – *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* [Em linha]. [Consult. 15 de junho 2015]. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.

UNESCO – *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* [Em linha]. [Consult. 15 de junho 2015]. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>.

Voluntariado. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/agir/volunt>.

Voluntariado. Liga para Proteção da Natureza. [Em linha]. [Consult. 19 de fevereiro 2015]. Disponível em <http://www.lpn.pt/Homepage/Apoiar/Voluntariado/FormMember.aspx?tabid=2443&code=pt>.

Voluntariado. Quercus. [Em linha]. [Consult. 19 de fevereiro 2015]. Disponível em <http://www.quercus.pt/apoiar-conservacao-natureza/3106-voluntariado>.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa – Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História* [Em linha]. Vol. 26, n.º 51 (2006), p. 251-262. [Consult. 25 de setembro 2014]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/12.pdf>.

Legislação

Decreto-Lei n.º 219/88. *D.R. I Série*. 146 (27-6-1988) 2618-2620. [Em linha]. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/eventos/dia-rnpa>.

Decreto-Lei n.º 19/93. *D.R. I Série*. 19 (23-3-1993) 271-277. [Em linha]. [Consult. 19 de agosto 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/file/584713>.

Decreto-Lei n.º 47/99. *D.R. I Série-A*. 39 (16-2-1999) 805-818. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/Doc005.pdf>.

Decreto-Lei n.º 142/2008. *D.R. I Série*. 142 (24-7-2008) 4596-4611. [Em linha]. [Consult. 19 de agosto 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/07/14200/0459604611.pdf>.

Decreto-Lei n.º 171/2009. *D.R. I Série*. 148 (3-8-2009) 4991- 4993. [Em linha]. [Consult. 3 de setembro 2015] Disponível em <https://dre.pt/application/file/492868>.

Decreto-Lei n.º 254/2009. *D.R. I Série*. 186 (24-09-2009) 6822-6848. [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/03/05200/0110301103.pdf>.

Decreto Regulamentar n.º18/99. *D.R. I Série-B*. 200 (27-8-1999) 5932-5937. [Em linha]. [Consult. 2 de outubro 2014]. Disponível em http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/Doc05_040.pdf.

Lei n.º 71/98. *D.R. I Série-A*. 254 (3-11-1998) 5694-569. [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em http://www.voluntariado.pt/preview_documentos.asp?r=116&m=PDF.

Lei n.º 12/2012. *D.R. I Série*. 52 (13-03-2012) 1103. [Em linha]. [Consult. 12 de agosto 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/03/05200/0110301103.pdf>.

Portaria n.º 487/2010. *D.R. I Série*. 134 (13-07-2010) 2580-2584. [Em linha]. [Consult. 15 de julho 2015] Disponível em http://www.confagri.pt/legislaca/Portaria_487_2010.pdf.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98. *D.R. I Série-B*. 195 (25-8-1998) 4348-4350. [Em linha]. [Consult. 19 de agosto 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1998/08/195B00/43484350.pdf>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004. *D.R. I. Série-B*. 143 (19-6-2004). 3730-3736. [Em linha]. [Consult. 22 de dezembro 2014]. Disponível em <http://www.legislacao.org/primeira-serie/resolucao-do-conselho-de-ministros-n-o75-2004-area-proteccao-intervencao-areas162500>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2005. *D.R. I. Série-B*. 51 (14-3-2005) 2170-2173. [Em linha]. [Consult. 12 de março 2015]. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2005/03/051B00/21702173.pdf>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015. *D.R. I. Série*. 143 (21-7-2015) 4922-4925. [Em linha]. [Consult. 19 de agosto 2015] Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2015/07/14000/0492204925.pdf>.